

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 125

QUINTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF.

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERALImpresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE JULHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 127, de 1997 (nº 799/97, na origem), de 14 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1996 (nº 57/95, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sancionado e transformado na Lei nº 9.471, de 14 de julho de 1997. 14284

Nº 414, de 1997-CN (nº 810/97, na origem), de 15 do corrente, em aditamento à Mensagem nº 363, de 1997-CN (nº 720/97, na origem), solicitando a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal, entre as proposições a serem deliberadas pelo Congresso Nacional na sessão legislativa extraordinária de 1º a 25 de julho do corrente ano. 14284

1.2.2 – Requerimentos

Nº 495, de 1997, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal da entrevista do Senador José Fogaça publicada no jornal **O Povo**, da Fundação Pedrosa Horta, PMDB – RS. 14284

Nº 496, de 1997, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Indústria, Comércio e Turismo as informações que menciona. 14285

Nº 497, de 1997, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Aeronáutica as informações que menciona. 14286

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/57, de 1997 (nº 2.127/97, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão relativa à solicitação da Prefeitura Municipal de Goiorê – PR para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos se-

rão destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como aquisição de terrenos a serem doados à Companhia de Habilitação do Paraná – COHAPAR, para a implantação do Programa de Vilas Rurais. 14286

Recebimento da Mensagem nº 128, de 1997 (nº 811/97, na origem), de 15 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares dos Estados Unidos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial, do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária. 14286

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Comentários à matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de ontem, a respeito do Sistema Único de Saúde e a suspeita de desvio de recursos oriundos da CPMF, destinados à Saúde, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. 14286

SENADOR COUTINHO JORGE – Considerações sobre pronunciamento dos bispos da Região Norte à população, lançado no último dia 7 em Belém, acerca da situação econômica e social do Estado do Pará. 14289

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Expectativas de significativa parcela da Nação em relação às reformas estruturais de que o Brasil necessita, constante do estudo elaborado pela Fipe/USP, que constitui o documento básico dos debates no Fórum das Reformas – A Nação Tem Pressa, promovido pela Fiesp, no dia 23 de junho último. Atuação do Congresso Nacional no cumprimento de suas competências, tanto na discussão e aprovação das emendas constitucionais como na feitura, sistematização e aperfeiçoamento das leis. 14292

1.2.5 – Requerimentos

Nº 498, de 1997, de autoria do Senador João Rocha, solicitando a retirada definitiva do Requerimento nº 493, de 1997. **Deferido.** 14295

Nº 499, de 1997, de autoria do Senador Ernandes Amorim, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. 14295

Nº 500, de 1997, de autoria do Senador João Rocha, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. 14296

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.463-15, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14297

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.469-20, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – Lloydbrás, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14297

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.475-29, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14298

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.477-38, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14298

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.479-30, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 14299

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.480-32, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo

mês e ano, que "altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14300

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.481-51, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14300

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.482-38, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14301

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.508-19, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14301

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.512-12, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14302

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.520-10, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março

de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14303

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.534-7, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14303

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.535-7, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14304

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.537-40, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14304

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.538-42, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14305

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.539-33, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14306

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.540-26, em 10

de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14306

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.542-24, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14307

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.543-24, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14307

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.546-21, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14308

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.547-32, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vão, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14309

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.548-33, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 14309

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.550-41, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de

Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14310

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.551-24, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14310

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.554-17, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14311

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.555-12, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$106.000.000,00, para os fins que especifica". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14311

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.556-12, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14312

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.558-9, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14313

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.559-15, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14313

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.560-7, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14314

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.562-7, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14314

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.567-5, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14315

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.574-2, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14316

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.577-1, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14316

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Análise sobre a atual estrutura militar do Brasil, no momento em que se comemora os 53 anos de chegada da Força Expedicionária Brasileira aos campos de luta da II Guerra Mundial. Congratulando-se com Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) pela publicação intitulada "O Brasil e suas Forças Armadas". 14317

SENADOR *JOSÉ EDUARDO DUTRA* – Considerações sobre a polêmica em torno da proposta de reforma da Previdência, apelando em favor do adiamento da votação do seu parecer, marcada para amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal..... 14318

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Esclarecimentos ao Senador José Eduardo Dutra com referência à solicitação contida em seu pronunciamento. 14319

SENADOR *HUMBERTO LUCENA* – Registrando nos Anais do Senado a nota do Governador da Paraíba, José Maranhão, com esclarecimentos sobre as negociações entre o seu governo e os líderes do movimento grevista da Polícia Militar do Estado. 14320

1.3 – ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 117, de 1997 (nº 732/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Carlos Alberto Leite Barbosa, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. Apreciado em sessão secreta... 14321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 93, de 1997 (nº 461/97, na origem), de 17 de abril último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Affonso Celso de Ouro-Preto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia. Apreciado em sessão secreta. . 14321

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 102, de 1997 (nº 597/97, na origem), de 23 de maio último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Carlos Moreira Garcia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da

Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer a de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra. Apreciado em sessão secreta..... 14321

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997 (nº 2.142/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Aprovado, sendo rejeitadas todas as emendas a ele oferecidas, após pareceres, tendo usado da palavra os Srs. José Eduardo Dutra, Josaphat Marinho, Lúcio Alcântara, Antonio Carlos Valadares, Lauro Campos, Ronaldo Cunha Lima, Eduardo Suplicy, Jader Barbalho, a Sra. Emília Fernandes, e os Srs. José Roberto Arruda, José Sarney e José Fogaça, tendo o Sr. Josaphat Marinho encaminhado à mesa declaração de voto. À sanção. 14321

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *GILBERTO MIRANDA* – Convicção de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso dotará o Brasil de um sistema portuário que permitirá o ingresso de nosso País no rol das nações efetivamente desenvolvidas. 14392

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Aumento da violência no Estado do Pará. Fuga na penitenciária estadual de Americano, no Pará. Crise e abandono por que passa o sistema público de segurança no Estado..... 14393

1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 16-7-97****3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 1.749 (republicação), 1.904 a 1.937, de 1997..... 14395

4 – MESA DIRETORA**5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária em 16 de julho de 1997

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Ronaldo Cunha Lima
Joel de Hollanda e Ramez Tebet*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Eptacio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jader Barbalho – Jefferson Péres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – José Serra – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Otoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 127, de 1997 (nº 799/97, na origem), de 14 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1996 (nº 57/95, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sancionado e transformado na Lei nº 9.471, de 14 de julho de 1997.

MENSAGEM Nº 414, DE 1997 – CN (nº 810/97, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em aditamento à Mensagem 720, de 26 de junho de 1997, e atendendo pedido do Senhor Presidente do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência incluir, ente as proposições a serem deliberadas por esse Congresso na sessão legislativa extraordinária de 1º a 25 de julho do corrente ano, a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, que "Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal."

Brasília, 15 de julho de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara..

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 495, DE 1997

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal da entrevista do Senador José Fogaça publicada no jornal **O Povo**, da Fundação Pedrosa Horta, PMDB – RS.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador, **Ronaldo Cunha Lima**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora e posteriormente incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 496, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, as seguintes informações:

1 – Quais os critérios adotados pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo para a concessão de licença de importação de vinhos e demais produtos identificados na NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul ns. 22-4-10;22-4-21.00; 22-4-29.00 e 22.4-30?

2 – A Instrução Normativa nº 97/26 (cópia anexa) está em vigor?

3 – Qual o fundamento legal para a eficácia da supracitada Instrução Normativa nº 97/26, do Departamento de Operações de Comércio Exterior?

4 – Quais as razões que levaram o Ministério da Indústria e do Comércio a adotar as pautas mínima e máxima somente para vinhos importados?

5 – Que motivo levou o Ministério da Indústria, do comércio e do Turismo a editar a Instrução Normativa nº97/26, que fixa o preço mínimo para vinhos importado em US\$25 (preço FOB) a caixa com 12 garrafas de 750 ml., enquanto que produtos similares nacionais são exportados ou vendidos no mercado interno por, aproximadamente, US\$15 a caixa (antes da incidência de tributos)?

6 – A não concessão de licença de importação para vinhos cujos preços não estejam dentro dos parâmetros da Instrução Normativa nº 97/26 está inviabilizando o comércio de vinhos importados.

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo continuará adotando esta prática limitativa?

7 – Por que a IN nº 97/26 estabeleceu a pauta máxima de US\$75 (preço FOB) para vinhos importados, quando os produtos mais caros do mundo, como por exemplo os grandes vinhos da região de

Bordeaux, na França, custam muito mais do que este valor?

Justificação

A presente solicitação funda-se na imperiosa necessidade de se esclarecer os motivos pelos quais o Ministério do Comércio, da Indústria e do Turismo tem negado, sistematicamente, licenças para importação de vinhos cujos preços se situem fora dos patamares fixados pela Instrução Normativa nº 97/26.

A adoção de tal critério, que estabelece o preço mínimo – FOB – de US\$25 e o máximo de US\$75 – FOB –, além de aleatório e arbitrário, não se acha embasado em qualquer norma jurídica, sendo, portanto, ilegal, conforme já se manifestou o Poder Judiciário em casos análogos.

Além deste relevante aspecto relativo à legalidade e constitucionalidade da medida, deve-se levar em consideração, ainda, o vultoso prejuízo causado ao mercado importador de vinhos, champagnes e espumantes por esta barreira não tarifária.

Estas, em síntese, as razões que nos levam ao pedido ora formulado.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Gilberto Miranda**.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO

Secretaria de Comércio Exterior

Instrução Normativa nº 97/26

Rio de Janeiro (RJ) 8-5-97

IMPORTAÇÃO SISCOMEX

Deverá ser processada a seguinte alteração no Anexo I (Alçada para deferimento automático na agência), de Instrução Normativa nº 97/002, de 30-1-97;

a) Incluir as mercadorias abaixo:

NCM	Preços-US\$
220,10	48,00 a 160,00
2201,21.00	25,00 a 75,00
2201,20.00	25,00 a 75,00
2201,30	25,00 a 75,00

2. A cotação acima é indicativa para o produto comercializado em caixa com doze garrafas de 760 ml, admitida a proporcionalidade para o conteúdo ou para o número de garrafas.

3. (...) importações negociadas ao amparo do ACE-14 (Brasil/Argentina) e do ACE-35 (Mercosul/Chile – Anexo 4 da IN-2, de 30-1-97), deverão

ser estudados à luz das condições constantes daqueles instrumentos de negociação. A alçada para deferimento automático das operações dentro da cota é de CIF US\$ 10,00 ou CIF US\$ 30,00, conforme o Caso, não admitindo-se a proporcionalidade nestes Casos.

Departamento de Operações de Comércio Exterior – **Paulo César de Freitas(...)**, Diretor.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 497, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 0, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Aeronáutica, as seguintes informações:

- a) cópia do contrato comercial assinado com a Raytheon Company;
- b) cópia de todos os Termos Aditivos ao contrato comercial assinados com a Raytheon Company;
- c) cópia de todas as planilhas, anexas ou não, ao Contrato Comercial e aos Termos Aditivos, em que são informados os preços unitários de todos os itens que compuseram o respectivo Contrato e seus Aditivos.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/57, de 1997 (nº 2.127/97, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura Municipal de Goioerê - PR - para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos serão destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como aquisição de terrenos a serem doados à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para implantação do Programa de Vilas Rurais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - A Presidência recebeu a Mensagem nº 128, de 1997 (nº 811/97, na origem), de 15 do corrente, pela qual

o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares dos Estados Unidos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

V. Exª dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a **Folha de S.Paulo** de segunda-feira, dia 14 de julho, publicou uma matéria muito interessante a respeito do Sistema Único de Saúde.

O tema Saúde tem ocupado espaço na nossa agenda, tem propiciado muito debate, muita discussão. Tivemos aqui uma grande luta para aprovar a CPMF, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que, afinal, foi aprovada e está rendendo, surpreendentemente, recursos acima do que imaginavam os responsáveis pela área econômica. Fala-se até em torná-la permanente ou prorrogá-la por mais algum tempo.

Mas há queixas na imprensa. A Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, querida colega nossa, pessoa muito devotada às causas da Saúde, obteve inclusive uma liminar na Justiça Federal do Rio de Janeiro sobre a aplicação da CPMF.

O que está havendo, Sr. Presidente? Parte dos recursos da CPMF que estão chegando ao Ministério da Saúde está sendo destinada a pagar contas que esse Ministério tem, em função de empréstimo contraído anteriormente com o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

É de se perguntar se isso, na verdade, é um desvio. Esse empréstimo foi feito pelo Ministério da Saúde para gastar em Saúde, para gastar com o SUS, e é, evidentemente, um passivo, uma conta. Aliás, essa teria sido uma das razões do pedido de exoneração do Ministro Adib Jatene, porque ele queria a CPMF como recurso a mais, e essas contas seriam pagas com recursos do Tesouro.

Mas, a rigor, ninguém pode dizer que isso configura um desvio de finalidade. As contas que o Ministério tem com o FAT, decorrentes de empréstimos do exercício de 1996, na verdade, representam dinheiro aplicado em Saúde. Não considero que haja um desvio de finalidade. Simplesmente a CPMF acabou servindo mais para pagar essa conta do que para acrescentar um novo volume de recursos para a Saúde.

Aliás, o Ministro Carlos Albuquerque, numa providência que julgo interessante, colocou na Internet todos os dados sobre a CPMF: quanto recebeu, em que aplicou, enfim, qual o destino dessa contribuição, porque houve muita discussão quando da sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Os economistas - que muitas vezes querem ser os senhores da vida e da morte nos países e nas sociedades - erraram mais uma vez redondamente, porque previam o caos, o descalabro, se aprovada a CPMF. Ela foi aprovada, está sendo cobrada, e não se pode imputar a ela responsabilidade por qualquer desacerto da economia brasileira. É preciso ter cuidado com essas previsões, com esses arautos do caos e do pessimismo em relação a medidas econômicas.

A matéria da **Folha de S.Paulo** contém dado muito interessante. Ela fala da aplicação de recursos do SUS e mostra, inclusive, uma intenção, um desejo, uma vontade do Ministro Carlos Albuquerque de corrigir essa que é uma distorção que talvez poucos Srs. Senadores conheçam e saibam que existe. É que a aplicação **per capita** de recursos do SUS privilegia, favorece os grandes Estados em detrimento dos pequenos, em detrimento dos Estados mais pobres.

Senão vejamos: o Paraná lidera o **ranking** do gasto **per capita** do SUS por Estado, porque lá o SUS aplica R\$63,39 para cada paranaense, enquanto na distante Roraima da Senadora Marluce Pinto, que estava aqui há pouco, o SUS aplica R\$25,41. Quer dizer, aplica no Paraná, **per capita**, duas vezes e meia o que aplica em Roraima.

Em São Paulo, o gasto **per capita** do SUS é de R\$60,83. Na Paraíba do nosso querido Ney Suassuna, a aplicação é de R\$45,95. O Rio Grande do Sul tem como aplicação **per capita** do SUS 59,57%; o Estado do Mato Grosso do Sul, do nosso prezado Colega Senador Ramez Tebet, 48,54%. No Pará, do Senador Coutinho Jorge, nosso Colega de partido e amigo, 27,51% contra 54,85% do Rio de Janeiro. É uma disparidade enorme!

O Sr. Ney Suassuna - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna - V. Ex^a está explicando que quanto mais desenvolvido o Estado, mais recebe, e que quanto mais subdesenvolvido, com mais problemas de saúde, menos recebe. A que V. Ex^a atribui essa injustiça?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Há uma causa básica que se encontra em uma distorção perversa do SUS: de um lado, o pagamento por produção, quer dizer, por aquilo que se realiza - consultas, cirurgias e exames; e, por outro, a tabela única de prestação de serviços, que é a mesma de Rondônia a São Paulo, de Porto Alegre a Rio Branco. Portanto, há dois fatores: primeiro, a tabela única de pagamento, válida para todo o território nacional; segundo, a remuneração por serviços prestados.

O Ministro está empenhado em modificar essa situação, já adotou uma mudança, que vai vigorar a partir dos próximos meses, que é o chamado PAB - Piso de Atendimento Básico -, e vai estipular um valor que cobrirá despesas com vacinação, consulta, etc. Depois, dará liberdade para que cada Estado decida que valor atribuir e como fazer esses pagamentos.

O Sr. Ramez Tebet - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Lúcio Alcântara, o interessante é que eu trouxe algumas notas para abordar o mesmo assunto. V. Ex^a o aborda com muita propriedade desta tribuna, até porque V. Ex^a conhece melhor o tema Saúde, que é a sua especialidade. Como político, apenas sinto, por exemplo, o que está ocorrendo hoje em Campo Grande, capital do meu Estado, com a Santa Casa de Misericórdia. Temos levado esse assunto ao Ministério para mostrar a situação aflitiva em que se encontra a Santa Casa, que está recusando o atendimento de doentes que vêm de todos os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul para ser atendidos nessa instituição. A Santa Casa está sem condições de atender os pacientes; estes estão indo para o Hospital Universitário, que também está superlotado. Em suma, no meu Estado, existe o caos! Mas quero dizer que V. Ex^a aborda o assunto por um ângulo que me tinha passado despercebido, porque, em verdade, V. Ex^a tenta mostrar que a aplicação dos recursos da saúde são, evidentemente, maiores nos grandes centros

urbanos, nos Estados mais desenvolvidos. V. Ex^a faz uma abordagem - e endosso suas palavras - da aplicação **per capita**. O doente de São Paulo ou das grandes metrópoles é mais ou menos valioso do que os dos nossos Estados, dos Estados menos favorecidos? É isso o que chama a atenção. Se para um doente de uma grande metrópole gasta-se R\$60, por que para um doente de uma cidade pequena, de uma província, onde não há recursos, gasta-se menos? Isso é incompreensível! Portanto, apenas por esse aspecto levantado, só por esse dado, vale o discurso de V. Ex^a, que cumprimento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Pode-se dizer sempre que essa distorção tem uma causa: maior complexidade, maior disponibilidade de serviços altamente complexos nesses Estados desenvolvidos - grandes cirurgias, grandes hospitais, tratamentos especializados. Mas V. Ex^a, com a sua sensibilidade de homem público, de político, mostrou claramente que nessas regiões inóspitas, onde o atendimento é difícil, onde a própria disponibilidade de recursos técnicos e profissionais é escasso - como Roraima, por exemplo -, é lógico que há uma demanda por um volume apreciável de recursos. Não estamos discutindo o volume global de recursos aplicados, estamos falando em **per capita**. Nesse caso, essa disparidade fica bem clara: para beneficiar os Estados mais desenvolvidos.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, que já foi Relator da Lei Eleitoral, gosta dessas matérias e sabe que há uma intenção. O próprio Ministro Sérgio Motta falou até em propor um plebiscito para isso, sobre a questão do tamanho das Bancadas nos Estados. Muitos entendem, principalmente os grandes Estados - São Paulo, sobretudo, mais uma vez - que isso fere um princípio democrático básico: "one man, one vote"; quer dizer, um homem, um voto. Portanto, um cidadão de Roraima vale oito, dez vezes o que vale um cidadão de São Paulo, porque há uma notória desproporção entre o tamanho da representação federal e o eleitorado desses Estados. Para São Paulo, há um número muito menor do que, em princípio, teria direito; e para esses pequenos Estados do Norte, há um número muito maior do que eles teriam direito, em função do eleitorado.

Pergunto: e agora, como ficamos em relação a esse caso da Saúde, se se alega o princípio de respeito à cidadania? Mas não vale para a Saúde; vale para a representação política, mas não vale para uma questão essencial, fundamental de sobrevivência. Para esses que sustentam o mesmo argumento

- aos quais oponho algumas restrições -, pergunto: como ficam diante dessa comparação com a Saúde?

O Sr. Ramez Tebet - Não quero responder a V. Ex^a, quero somar com V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não!

O Sr. Ramez Tebet - Vejam bem: a hora em que sufocarem a representação política das unidades pequenas da Federação, os desequilíbrios sociais vão se agigantar cada vez mais. É preciso entender que, em um processo político, em um processo eleitoral, os Estados têm a representação proporcional ao seu número de eleitores ou de habitantes, conforme o Texto Constitucional. No caso, o que está vigindo no País é o número de eleitores. Porém, as grandes unidades da Federação têm um teto maior, mas elas estão muito à frente na representação, não têm do que se queixar. Nós é que temos de unir nossos esforços, tal como fizemos em 1988. Na Constituição de 1988, eu não era Parlamentar, mas V. Ex^a era, e as Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se uniram para conseguir algo para as nossas regiões. Portanto, o que queremos é um tratamento igualitário e que realmente se promova o desenvolvimento deste País, sem se esquecer do desenvolvimento do nosso interior. V. Ex^a está dizendo que até na Saúde este País está discriminando os brasileiros. Aí sim é que se está violentando o princípio sagrado da cidadania. Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não, Senador Ramez Tebet. Muito obrigado.

O meu pronunciamento tem a finalidade de alertar o Congresso no sentido de que é preciso dar força ao Ministro Carlos Albuquerque, para que S. Ex^a possa promover essa reestruturação do SUS, que é de inteira justiça. Não há como se explicar essa disparidade. Vamos aqui mostrar mais uma vez: o Paraná, em relação a Roraima, tem um gasto **per capita** mais de duas vezes maior.

Está-se falando muito em parlamentarismo; respeito as pessoas que pensam assim. Mas, vejam bem, se tivermos o parlamentarismo e, além dele, uma revisão do tamanho da Bancada, se se unirem aqui três grandes Estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, estes vão dominar o Congresso, vão dominar politicamente e economicamente o País, não há a menor dúvida.

Dessa forma, mesmo que se admita um superdimensionamento dessas pequenas bancadas do Norte - o Ceará não tem esse problema, pois tem o número exato sob qualquer ângulo que se examine

a questão -, penso que é um freio a esse poder econômico e, de certa maneira, agora, ao poder político desses grandes Estados. E não me venham com essa conversa de dizer que o Senado é quem representa a Federação, que todos nesta Casa são iguais, porque temos experiências do dia-a-dia e sabemos que não é exatamente assim. Recomendo, para quem tem interesse, um livro chamado "Perfis Parlamentares", que trata de um discurso feito por Epitácio Pessoa quando assumiu o seu mandato de deputado. Nesse discurso, o primeiro, ele abordou a questão da representação federal dos pequenos Estados, de quanto eram importantes para o equilíbrio político da Federação.

Concluindo, Sr. Presidente, reitero que o Ministro da Saúde promova rapidamente essas mudanças. Os Governadores dos pequenos Estados, inclusive do Ceará, têm diligenciado, têm cobrado do Ministro essas providências. O Governador Tasso Jereissati está anunciando que vai efetivamente executá-las. No entanto, é claro que existem posicionamentos contrários, argumentos para evitar a mudança de uma situação já constituída, mas extremamente desfavorável aos pequenos Estados, aos Estados mais pobres, menos desenvolvidos do País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Com a palavra o Senador Coutinho Jorge, por cessão do Senador José Agripino.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 4 de julho, a Arquidiocese de Belém publicou um documento, assinado por Dom Vicente Joaquim Zico, Arcebispo Metropolitano de Belém, e Dom Carlos Verzeletti, Bispo Auxiliar de Belém, sobre o pronunciamento dos bispos a respeito da situação econômica e social do Estado do Pará. Teço, agora, algumas considerações com relação ao conteúdo básico desse documento.

Na verdade, esse documento é sério e oportuno. Trata-se de uma denúncia sobretudo em relação aos problemas do Pará do ponto de vista social, econômico e político e apresenta uma série de sugestões ao seu final. O documento, na verdade, sintetiza de forma clara e objetiva uma série de críticas que os meios acadêmicos, intelectuais, políticos e jornalistas vêm fazendo desde a década de 70 em relação ao Estado colonizado do Pará, que, apesar de rico em potencialidade, tem desenvolvido uma trajetória altamente negativa nesse período.

A importância do documento deve-se principalmente à sua origem: a Igreja Católica, mediante a palavra dos seus expressivos representantes.

A situação de qualquer sociedade é fruto do processo histórico, do modo como as forças políticas e econômicas tomaram decisões no passado. No caso do Pará, tais decisões foram altamente desfavoráveis para a economia e para a sociedade. Os bispos, no documento, reconhecem esse fato, o que demonstram em diversas passagens, como naquela em que citam a abertura da Belém-Brasília, da Transamazônica, a implantação de grandes projetos - como Carajás e outros da área mineral -, a política muitas vezes equivocada de incentivos fiscais. E é bom lembrar que, naquela altura, os próprios paraenses posicionaram-se contrários à forma de decisão e implantação desses megaprojetos.

O modelo político então vigente no País não considerou as ponderações da sociedade local e executou decisões de cima para baixo, da forma mais conveniente para o Governo. O resultado negativo é sobejamente conhecido. E os Bispos, de forma bem clara, mostram as conseqüências, na área social, decorrentes dessa forma impositiva de tomar decisão na sociedade amazônica e paraense.

Na verdade, os atuais Governos Estadual e Federal, em conjunto com a Bancada Federal, Senadores e Deputados Federais, vêm aos poucos tentando buscar soluções para os problemas tão graves, aqui mencionados pelos Bispos. No entanto, não se pode superar um atraso de 25 anos em apenas três anos de governo. Há pelo menos um aspecto bem claro: o grande esforço no sentido de mudar. Uma série de decisões já foram tomadas e estão sendo implementadas pelo Governo.

Faço alguns comentários a respeito dos temas mais relevantes apresentados pelos Bispos e algumas considerações sobre as decisões tomadas em relação aos problemas mencionados.

Em relação à famosa hidrelétrica de Tucuruí, a maior hidrelétrica brasileira, há a denúncia de que os municípios localizados em torno dela não têm energia. Esse é um equívoco muito sério. Todos sabemos que originariamente a hidrelétrica foi implantada sobretudo para beneficiar os grandes projetos como a Albrás/Alunorte, Alcoa e outros.

Na verdade, o Governo Federal sempre resistiu à idéia de implantar uma linha de transmissão com rebaixamento que envolvesse todas as regiões do Estado. O Governo atual, fazamos justiça, priorizou a construção do chamado Linhão, ou seja, a linha de transmissão que vai de Tucuruí a Altamira chega em

Ruopólis, sobe ao norte para Itaituba e desce para Santarém. O Linhão, já decidido e priorizado no plano Brasil em Ação, foi estimado em R\$236 milhões. A obra já foi iniciada, e é provável que até o final de 1998 esse grande sonho da Transamazônia, esse sonho que irá provocar verdadeira revolução nessa Região, se realize inteiramente.

Portanto, houve mudança radical de atitude por parte desse Governo Federal em relação aos anteriores. Os próprios Parlamentares colocaram, no Orçamento vigente, recursos de R\$73 bilhões para a obra, além de R\$7 bilhões para a região do Baixo Tocantins e R\$10,5 bilhões para o sul e norte de nosso Estado.

Quero lembrar também que há o projeto de gás natural oriundo da bacia de Urucum, no Amazonas, que irá beneficiar os quatro Estados, como também energizar toda a faixa esquerda do meu Estado.

Essa é uma solução. Está sendo elaborado um projeto, e há um prazo de consecução para essa mudança. Isso vai mudar radicalmente a matriz energética da Amazônia e do Brasil, que hoje utiliza apenas 2% do gás na geração de energia. Há um estudo nacional para que essa utilização chegue a 10% do total dessa matriz. Hoje, há prevalência de geração de energia por parte de hidrelétricas.

Além da energia, outro aspecto importante colocado pelos Bispos de forma muito clara diz respeito ao papel dos políticos federais na luta por recursos e às ações coletivas da Bancada. Quero lembrar que, nesse aspecto, a Bancada Federal, juntamente com o Governo do Estado, com Senadores e com Deputados, tem trabalhado rigorosamente no Estado do Pará. Há realmente uma decisão colegiada, utilizando o instrumento da Ata.

Durante os anos de 1995, 1996 e 1997, projetos da maior importância foram colocados pela Bancada, que, de forma coerente, priorizou recursos para a energia, rodovias, hidrovias e portos, infraestrutura física fundamental para deslançar o processo de desenvolvimento do meu Estado. Essa é uma prioridade correta.

Os recursos foram alocados, mas o trabalho do Parlamentar não se esgota somente na alocação de recursos do Orçamento. É preciso haver contínua pressão do Governo Federal em favor da liberação dos recursos, para se evitar o que se chama de contingenciamento. Nesse sentido, a Bancada tem feito denúncias. Por várias vezes, eu mesmo tenho feito discursos sobre o assunto.

O Orçamento é, sobretudo, uma peça autorizativa; não é um ato coercitivo, obrigatório, de aplica-

ção dos recursos contidos no projeto de lei. Na verdade, o Parlamentar tem que pressionar e quando não o consegue, é fundamental a mobilização popular, como está sendo feita. Portanto, não houve desinteresse da Bancada do meu Estado em relação a esse projeto.

Foram alocados recursos para projetos da mais alta importância, como a duplicação da BR-163, da Santarém-Cuiabá, da BR-223 e da Transamazônica. Também foram destinados recursos para as pontes dessa região, bem como para a BR-158 e a BR-153, e para hidrovias como a Araguaia-Tocantins, Tapajós e Marajó. Houve prioridade, também, para os portos de Santarém e de Barcarena, como instrumentos importantes de desenvolvimento para aquela área, além, é claro, de recursos destinados à Tramo-oeste, à energização de toda a Santarém-Cuiabá e da Transamazônica, no valor, já referido, de R\$73 milhões para este ano. A Bancada também priorizou, entre os projetos importantes na área de saneamento, a macrodrenagem de Belém, alocando cerca de R\$16 milhões para a contrapartida do Estado, em face do empréstimo do BID para o Estado do Pará.

Outro aspecto importante do documento dos Bispos diz respeito à Santarém-Cuiabá e à hidrovia Araguaia-Tocantins. O Governo Federal incluiu ambos os projetos no plano Brasil em Ação, de tal ordem que a rodovia Santarém-Cuiabá tem recursos alocados da ordem de R\$14 milhões no Orçamento deste ano, e o Ministro dos Transportes, recentemente, definiu que vai alocar recursos adicionais para que possamos chegar ao final de 1998 com a implantação do asfaltamento dessa rodovia importante - que integra o Norte, o Sul, o Centro-Oeste e a Amazônia - até o Município de Rurópolis. Penso que será um passo fundamental para viabilizar esse grande ponto de escoamento.

O projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins também está incluído no plano Brasil em Ação e conta com um valor de R\$158 milhões, de um total estimado em R\$220 milhões. No Orçamento atual, a Bancada priorizou R\$13,5 milhões para o projeto, mas a grande luta não é só pela integração de cinco Estados, através dessa grande hidrovia, mas para viabilizar a construção das eclusas de Tucuruí, que deveriam ter sido implantadas na época da construção da hidrelétrica, perfazendo, naquela altura, apenas 4% do total de investimentos.

Portanto, podemos afiançar que Senadores e Deputados têm trabalhado de forma coesa na defesa dos interesses globais do Estado. Há, portanto,

uma unanimidade, independentemente de qualquer Partido.

Em relação à privatização da Vale do Rio Doce, o Governo Federal possuía instrumento legal para privatizá-la, como a qualquer empresa; o Congresso Nacional tinha-lhe dado esse poder. Nossa luta, na verdade, foi para diminuir o impacto negativo dessa privatização, sobretudo em relação ao Fundo de Desenvolvimento da Vale.

Desde a criação da Vale, existia um Fundo oriundo do seu lucro líquido, destinado a beneficiar os Estados sob a influência dos vários projetos da empresa. De fato, durante 30 anos, de uma forma ou de outra, os recursos foram liberados numa média anual, nos últimos cinco anos, de 25 milhões, alocados para os projetos de infra-estrutura econômico-social dos municípios que sofriam os impactos negativos dos grandes empreendimentos da Vale do Rio Doce.

Nesse sentido, tivemos o privilégio de coordenar um trabalho com oito Estados e de conseguir, antes da privatização da Vale, um acordo do Ministro do Planejamento e do Presidente da República para a manutenção do Fundo, como ocorreu. Em abril, assinamos com quatro Ministérios um protocolo em que foi definida a vinculação desse Fundo ao BNDES. Aos R\$85 milhões do antigo Fundo incorporaram-se mais R\$115 milhões do BNDES, perfazendo R\$200 milhões, que seriam aplicados nos municípios da área de influência dos projetos da Vale do Rio Doce.

O Governo Federal, atendendo às nossas ponderações de que o BNDES é um banco voltado aos grandes projetos, decidiu, entre outros aspectos, criar uma diretoria para cuidar dos projetos sociais de reforma agrária que estão sendo implantados, a fim de que se mantenham as vantagens antes oferecidas pela Vale, como financiamento subsidiado e, em alguns casos, até a fundo perdido, em favor do desenvolvimento econômico-social.

Portanto, muda a conotação tradicional do BNDES neste campo com essa nova diretoria, que vai realmente realizar um trabalho importante em favor do Brasil na área social.

Quanto ao Projeto Salobo, o maior projeto a ser implantado na América Latina, no valor de US\$1,5 bilhão - projeto de cobre localizado na área de Carajás, no meu Estado -, estava decidido pela própria Vale do Rio Doce, antes da privatização, que sua implantação ocorreria neste ano. Houve negociação com o Governo do Estado em termos de apoio, de incentivos fiscais e infra-estruturais, o que

foi concedido. Com a privatização, o Presidente do grupo, Benjamin Steinbruch, decidiu que deveria haver uma renegociação quanto aos aspectos de financiamento do projeto e quanto a algumas negociações de incentivos.

É claro que agora é a empresa privada que domina a Vale do Rio Doce e creio, pelas conversas que tivemos com o Sr. Benjamin, que os participantes do financiamento desse grande projeto estão fazendo uma reavaliação. Mas é inegável que ele será mantido no meu Estado, sobretudo devido às descobertas recentes de novas jazidas de cobre, ouro e prata, com alta concentração, que indicam a sua viabilidade e a necessidade de sua implantação.

Fiquei encarregado de manter contato com o Sr. Benjamin Steinbruch e de me reunir, brevemente, com a Bancada para discutir os passos posteriores de ação da nova empresa em relação ao Projeto Salobo. Devemos, sim, estar alerta e trabalhar unidos em favor da viabilização desse projeto, importante para o nosso Estado.

Gostaria de comentar, também, a reforma agrária, um outro aspecto importante que o documento dos Bispos não explicitou, mas em relação ao qual perpassou inquietude.

Não tenho dúvida nenhuma de que ela é absolutamente indispensável e necessária para o País. Em meu Estado, há um ano, ocorreu a morte de 19 sem-terra e passou a ser prioridade nacional a solução dos conflitos do sul e sudeste dessa região. Nesse sentido, o Governo Federal tomou uma série de medidas em relação à legislação, juntamente com o Parlamento.

Não podemos esquecer a modernidade que foi dada ao ITR, sobretudo com relação à aplicação de pena para as áreas improdutivas, o rito sumário, e a recente medida provisória editada pelo Governo Federal, que passa a ter instrumentos mais ágeis e rápidos para interferir nas áreas improdutivas para fins de desapropriação.

O Sr. Ministro Raul Jungmann, acompanhado do Presidente do Incra, Milton Seligman, e por vários Parlamentares, esteve no Pará e tomou uma série de decisões naquela importante área, que já foi emblemática, representando um alerta ao Brasil do quanto a reforma agrária é indispensável e que também passa a ser emblemática no encaminhamento de soluções importantes. Estamos acompanhando **pari passu** decisões importantes tomadas naquela área desde janeiro deste ano, juntamente com o Ministério, que já definiu inclusive a área como prioritária, com uma vinculação direta do INCRA ao Ministério.

rio, diretamente de Brasília. Portanto, há uma ação deliberada de atuação do Governo Federal.

Sr. Presidente, hoje envolvemos todos os Municípios da área com a implantação dos Conselhos Municipais de Reforma Agrária para participar da discussão daqueles que são efetivamente sem terra, sobretudo nas áreas improdutivas passíveis de serem desapropriadas naqueles Municípios.

Nesse aspecto, as Prefeituras estão participando do processo como co-responsáveis pela execução dos vários assentamentos. Tanto que hoje, em uma primeira etapa, foram assinados 26 convênios com as Prefeituras para que elas se encarreguem da infra-estrutura dos assentamentos, envolvendo educação, saúde, estradas vicinais e outros.

Lembro também que se inicia a implantação do projeto inovador, chamado Lumiar, de assistência técnica naquela região. Mais de 35 fazendas já foram desapropriadas. E a recente desapropriação da Fazenda Bradesco - a maior fazenda desapropriada daquela região, com 61 mil hectares - dá um exemplo de relacionamento entre o Movimento dos Sem-Terra e o Governo. O Movimento dos Sem-Terra não invadiu a fazenda. Houve, sim, um entendimento claro. O Presidente desapropriou a área, e somente com a chegada do Ministro e do respectivo decreto de desapropriação é que a fazenda foi ocupada de forma coerente e racional, dando um exemplo de que a convivência e a respeitabilidade entre as partes deve ser cumprida - e isso está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) (Fazendo soar a campainha) - Senador Coutinho Jorge, lembro a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado. Portanto, pediria a V. Ex^a que concluísse o seu brilhante pronunciamento.

O SR. COUTINHO JORGE - Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de me referir aos aspectos levantados pelos Bispos no que diz respeito ao importante projeto de macrodrenagem de Belém. Quando fui Prefeito daquela cidade, tive o privilégio de negociar recursos com o BID, e hoje alegro-me em ver esse projeto implantado pelo Governador Almir Gabriel. Com isso, creio que vamos retirar 500 mil pessoas das condições subumanas.

Sr. Presidente, os Bispos fizeram uma série de denúncias contra a miséria, o desemprego, a migração, a prorrogação do FEF, a desoneração das exportações, a política de incentivos fiscais.

Tais pontos são inquestionáveis, indefensáveis. Fazem parte do contexto geral do País; não é um caso isolado do meu Estado, mas ocorre em todo o Brasil.

A solução passa por uma mudança de orientação na política econômica do Governo, não temos dúvida alguma; na área econômica, incentivando o emprego e a abertura de pequenas e médias empresas; na agricultura que, aliada à reforma agrária, garanta não apenas a produção de culturas para exportação, mas, principalmente, culturas alimentares. Portanto, é importante que essa política global seja implementada no Brasil.

Sr. Presidente, como Relator do Plano Plurianual, posso afirmar que uma série de projetos foram implantados, no ano passado, na área de comunicação e de energia. Praticamente foi cumprida em cem por cento a meta. Mas, no que diz respeito à área de habitação, o Governo cumpriu apenas 35%. Com isso, a área social foi prejudicada.

E após concluir a avaliação do Plano, teremos um encontro com o Ministro Antonio Kandir. Portanto, o próprio Governo reconhece que deixou de cumprir metas na área social e que precisa reformular a atuação do Plano Plurianual para o próximo ano.

Parabenizo os Bispos pelo documento, que representa uma denúncia oportuna, vindo de fonte séria e respeitável, fazendo um alerta ao povo paraense, e por que não dizer ao povo brasileiro. Isso significa que devemos dar um basta a equívocos e omissões acumulados durante anos; significa também que todos nós políticos, empresários, igreja, imprensa, toda a sociedade paraense devemos nos unir, dar as mãos e trabalhar em favor de mudanças básicas e necessárias, melhorando as condições de vida daquela população e, sobretudo, as perspectivas de seu futuro. Quem sabe, possamos levar um acréscimo de felicidade para aquela região.

Parabenizo o trabalho dos Bispos do meu Estado pelo conteúdo do documento.

Sr. Presidente, acredito que terei novas oportunidades de tecer comentários mais aprofundados sobre a inquietação que envolve a Arquidiocese de Belém em relação aos assuntos econômicos, sociais e políticos do meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Joel de Hollanda, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao ilustre Senador Joel de Hollanda. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em recente

edição especial, a **Revista da Indústria** lançou um estudo exclusivo, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FIPE/USP, por encomenda da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

O estudo constitui o documento básico dos debates no Fórum das Reformas - A Nação Tem Pressa, promovido pela FIESP e realizado no dia 23 de junho último, com a presença de mais de 1.200 empresários e com ampla repercussão na imprensa nacional. O documento foi apresentado ao País com vigor, com tintas de inquietude, descrevendo a expectativa de significativas parcelas da Nação em relação às reformas estruturais de que o Brasil necessita, em particular a reforma tributária, a da Previdência e a administrativa.

Nos termos do estudo, o Fórum declara que a Nação tem pressa porque "não fazer a reforma tributária significa deixar de crescer 1,5% do PIB ao ano. Não fazer a reforma administrativa significa deixar de crescer 0,4% do PIB. Não fazer a reforma da Previdência significa deixar de crescer 1,8% do PIB. Somando-se todas essas perdas, temos a impressionante figura de 3,7% do PIB".

Por outro lado, segundo a economista Maria Helena Zockun, assessora da FIESP, se o País, hoje, já tivesse as reformas consagradas, estaria crescendo à taxa de 6,6%, ao invés dos atuais 2,9% e "a demanda de trabalho estaria aumentando 3,3% ao ano, oferecendo anualmente 2,4 milhões de novas vagas. Como a cada ano 1,9 milhão de novos candidatos são incorporados ao mercado de trabalho, o desemprego se estaria reduzindo e bons empregos no setor formal da economia estariam substituindo empregos informais".

Para Jorge Gerdau, "com o País crescendo entre 3% e 3,5% ao ano, serão necessários 23 anos para dobrar a capacidade de produção. Com as reformas, podemos dobrar a economia em apenas dez anos". Com isso, abrir-se-iam três caminhos: um social, com a geração de novos empregos; outro econômico, referente à regularização e à infra-estrutura de energia e telefonia; e o terceiro proporcionaria condições de isonomia competitiva, com igualdade em relação aos países do Mercosul, do Bloco Europeu e dos Estados Unidos, que são os principais parceiros comerciais do Brasil.

O encontro realizado em São Paulo, no mês de junho, desdobrou-se em outras iniciativas, como a ocorrida em Brasília no dia 1º de julho corrente, na sede da Confederação Nacional da Indústria, oportunidade em que os empresários lançaram a campa-

nha da União pelas Reformas, prometendo mobilizar a população brasileira com o objetivo de "apressar o cronograma das reformas no Congresso Nacional".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pressão pelas reformas, de modo particular diante de dados que mensuram o prejuízo que seu atraso provoca, na opinião dos empresários, deverá transformar-se em clamor nacional. Do contrário, o Brasil não terá condições de crescer nos percentuais necessários para reduzir a pobreza e o desemprego e encaminhar-se na viagem para o futuro, ganhando a ocasião para um desenvolvimento sustentável.

A sociedade, por meio de seus vários segmentos, tem sido dinâmica e exigente quanto ao encaminhamento de propostas e projetos de reforma no Congresso Nacional. O setor industrial, de acordo com sua Agenda Legislativa para 1997, tem dado prioridade a 130 projetos de lei de seu interesse, referentes a grandes temas de abrangência e relevância tais como direitos de propriedade e contratos, reforma do Estado, capital estrangeiro, participação na gestão, nos lucros ou nos resultados, contratos especiais de trabalho, sistemas de negociação, reforma do sistema financeiro, taxas de juros, planejamento de longo prazo, política de transporte, sistema tributário, educação, saúde e previdência.

O Congresso Nacional tem sido, com grande frequência, apontado como um ponto de entrave no caminho das reformas reclamadas. Tem-se transmitido à opinião pública a idéia de que Senadores e Deputados resistem à aprovação de reformas que põem em risco os votos dos seus eleitores. O que não se pode esquecer, no entanto, sem negar razão à necessidade das reformas, é a verdade de que a estabilidade e o crescimento econômicos se fazem de forma processual. Reformas de ampla abrangência não podem ser feitas sem ampla discussão e sem uma clara definição política. O diálogo no Congresso é de essencial importância para que sejam reveladas todas as verdades envolvidas.

Na verdade, acredito ser imperioso afirmar que o Congresso não é avesso a reformas. Basta lembrar que durante os dois primeiros anos da atual Legislatura foram aprovadas nada menos que 16 emendas à Constituição Federal, aliás uma Constituição que ainda não completou 10 anos de existência. E é importante, volto a salientar, que 16 emendas constitucionais foram aprovadas em apenas 2 anos, enquanto que muitos países da Europa levam de 10 a 15 anos para aprovarem uma única emenda. Entre as emendas aprovadas, algumas são de vigorosas conseqüências para a vida econômica e social

do País, como, por exemplo, as relativas às telecomunicações, ao petróleo, à concessão de serviços públicos, às sociedades anônimas e às diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional não tem faltado ao cumprimento de suas competências; tem atuado constantemente e tem produzido, tanto na esfera específica da feitura das leis quanto no que se relaciona à sua sistematização e aperfeiçoamento. Agora mesmo, no período de convocação extraordinária, o Senado Federal, tendo à frente o Presidente Antonio Carlos Magalhães, tem imprimido uma velocidade sem precedentes nos trabalhos desta Casa. Tanto é assim que, já a essa altura, aprovamos 6 matérias da maior importância para o nosso país.

Aprovamos o projeto de lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; o projeto de lei que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual-FAPI e o Plano ao Incentivo à Aposentadoria Individual, e dá outras providências; o projeto de lei que define o mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências; o projeto de lei que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais - hoje sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso numa solenidade que tive a honra de participar.

Sr. Presidente, ainda aprovamos o Projeto de Lei da Câmara que dá nova redação ao art. 33, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. E, finalmente, o projeto de lei que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural, e dá outras providências. Este foi aprovado ontem, nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, o desempenho do Congresso Nacional nesta fase de convocação extraordinária é bem o exemplo do esforço que esta Casa está fazendo, como disse, sob a direção do Presidente Antonio Carlos Magalhães, aprovando nada menos que 6 matérias importantes. Tanto é que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está encaminhando mais um adendo à pauta de reuniões desta Casa, para que até o dia 25 possamos aprovar, ainda mais, outras matérias de interesse do país.

O Sr. Edison Lobão - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Concedo o aparte ao nobre Senador Edison Lobão, com muita satisfação.

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Joel de Hollanda, são injustas as críticas que se fazem ao Congresso Nacional, no que diz respeito ao seu funcionamento. Não há marasmo algum na atividade do Poder Legislativo brasileiro. V. Ex^a tem toda razão: em 2 anos, votamos 6 emendas constitucionais. Ora, acompanhamos, também, a atividade legislativa no mundo inteiro e verificamos que uma emenda constitucional, em qualquer país evoluído do mundo, leva de 5 a 6 anos de discussão para ser votada. Aqui, como se tratava de acelerar o processo das reformas, em apenas 2 anos votamos 6 emendas, como relata V. Ex^a. Além disso, votamos centenas de projetos; atendemos e demos consequência a todas as mensagens do Governo que aqui aportaram. Portanto, são injustas as críticas que se fazem ao funcionamento do Poder Legislativo. E V. Ex^a tem toda razão. Por isso, receba os meus cumprimentos pela defesa que faz da Casa a que pertence, com tanto brilho, honrando este Plenário.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Recolho, com muita alegria, o aparte que acaba de fazer o nobre Senador Edison Lobão, meu Líder nesta Casa, que com muita capacidade de síntese, com muita propriedade, pinçou os pontos básicos do meu modesto pronunciamento que é o de mostrar que os empresários têm razão em fazer o seu movimento e de pedir, cada vez mais, brevidade no exame das matérias de interesse do desenvolvimento nacional. Mas, de outra parte, o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, não tem faltado ao país como nunca faltou.

O exemplo é o conjunto de emendas constitucionais que aprovamos em tão pouco espaço de tempo, em ritmo acelerado, que o Presidente Antonio Carlos Magalhães está dando a esta Casa, neste período de convocação extraordinária, quando já aprovamos 6 projetos de lei importantes para o País e que ainda vamos aprovar mais alguns até o dia 25.

Agradeço a V. Ex^a a gentileza do seu aparte com que distinguiu este modesto orador.

Sr. Presidente, prossigo, chamando a atenção de que é claro que grandes desafios existem ainda para enfrentar. Nobres desafios, como o de conseguir o crescimento econômico com geração de empregos, mantendo a estabilidade da moeda nacional, exorcizando, de uma vez por todas, o flagelo da inflação.

Para continuar crescendo e combater as injustiças, faz-se necessário o esforço de todos. Por isso, iniciativas como as do Fórum das Reformas são valiosas, porque representam a voz de um fundamen-

tal segmento da Nação, identificando desajustes, analisando problemas e apontando caminhos.

As reformas são necessárias para que o País se valha das oportunidades inéditas de prosperidade econômica oferecidas pelo mundo que se globaliza - globalização extremamente exigente no que se refere à preparação para aproveitamento dessas oportunidades. Por isso, sem afetar ou abdicar da soberania, o Estado precisa ter sua amplitude revista, para preparar-se e concorrer nos novos tempos.

Congresso que aprova, tanto como já aprovou, ou Congresso que posterga é Congresso-palco das forças e das contradições da Nação, mas não é campo de fuga da responsabilidade quanto à necessária renovação, a fim de promover, no que lhe cabe, o crescimento econômico e o bem-estar da população com a intensidade e a velocidade requeridas pelos candentes problemas do Brasil.

Tenho certeza de que o Congresso, ouvindo os clamores da sociedade, não se furtará, como não vem se furtando, à luta pelas reformas sem deletérias postergações.

Sr. Presidente, Senador Ronaldo Cunha Lima, neste momento, em defesa das críticas, muitas vezes injustas, feitas contra a nossa instituição, que, em uma demonstração de patriotismo, de compromisso com o futuro deste País tem-se debruçado sobre todas as propostas de reforma constitucional e deliberado sobre elas para construir um país com um nível maior de desenvolvimento, sobretudo com mais justiça social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Joel de Holanda, o Sr. Ramez Tebet deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - A Presidência prorroga a Hora do Expediente por mais 10 minutos, para atender a dois oradores que farão uma comunicação inadiável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 498, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 493, de 1997.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. - Senador **João Rocha**.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - Nos termos do dispositivo citado, defiro o requerimento, que vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 499, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

1. Em que circunstância, a que título e com que garantias o BNDES, em parceria com a Eletrobras, aportou com recursos do FAT, R\$12 milhões para o Estado de Rondônia, dentro do programa de saneamento, para fins de privatização da Ceron, sem levar em conta as constantes e comprovadas denúncias de corrupção no seio da Administração Estadual e sem efetuar o processo de encontro de contas englobando seus débitos recíprocos?

2. Qual a providência tomada pelo BNDES, a respeito do descumprimento de cláusula contratual pelo Governo de Rondônia, relativa à obrigatoriedade de submissão à sua apreciação, com antecedência de 30 dias, de proposta de aporte de capital à Ceron, em razão da liberação, em dezembro de 1996, de R\$1.070.000,00 (Um milhão e setenta mil reais), para a Ceron, a título de aumento de capital, montante este furtivamente desviado, fato apurado e já objeto de ação penal?

Justificação

Tenho, em diversas oportunidades, reclamado providências em relação à malversação de recursos federais, repassados à Rondônia, pelo Governo Federal.

Ressaltam comprovados os desvios de recursos federais que deveriam ter sido aplicados nos seguintes programas e projetos, dentre outros:

- a) merenda escolar;
- b) reforma da Penitenciária Enio Pinheiro, em Porto Velho;
- c) pavimentação da rodovia que liga a BR - 364 ao município de Rolim de Moura; e,
- d) pavimentação da rodovia que liga a cidade de Colorado do Oeste à Cerejeiras.

Recentemente foi iniciado o programa de saneamento da empresa Centrais Elétricas de Rondônia S.A, para fins de privatização.

Este programa conta com a participação solidária do BNDES e da Eletrobras, sendo este último responsável pelo aporte de recursos à primeira, destinados à compra de ações da Ceron.

Na primeira operação foi transferido para o controle acionário da Eletrobras cerca de 48,70% do total das ações da empresa, pertencentes ao Estado, pelo valor de R\$22.100.000,00 (vinte e dois milhões e cem mil de reais), restando em seu poder 51,07%, caucionados para o Bndes, pelo empréstimo de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), vencível em 2 anos.

Esta operação foi realizada com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Noticia-se a promoção de nova captação de recursos, mediante lançamento de debêntures, que seriam adquiridos pela Eletrobras, com apoio financeiro do Bndes, através do já mencionado Fundo.

Ocorre que se está diante da possibilidade de lançamento no mercado de um novo "mico", já que a empresa não demonstra capacidade econômico-financeira que garanta a liquidez necessária para a realização dos encargos resultantes da venda dessas debêntures, no prazo de vencimento.

O patrimônio da empresa é avaliado em torno de R\$91 milhões e o seu passivo supera R\$500 milhões.

Os encargos mensais da empresa com pessoal – em torno de R\$4 milhões – vem sendo assumidos pela Eletronorte, em razão da sua incapacidade de realizá-los.

Recente auditoria interna apurou que de 200 contratos examinados, 196 restam eivados de irregulares, de toda a ordem.

Conforme se verifica a grave situação administrativa-financeira da Ceron S.A., as irregularidades apuradas, inclusive o escândalo dos R\$1.480.000 (hum milhão, quatrocentos e oitenta mil reais), que deveriam servir de aporte de capital para a empresa e a liquidação de outras despesas, foram criminosamente desviados, culminando com a prisão preventiva de 9 (nove) dos 13 (treze) cidadãos envolvidos, incluindo um sobrinho e um cunhado do Senhor Governador do Estado, impõe toda a sorte de cautelas no seu relacionamento com a Eletrobras e o BNDES, principalmente quando se tratar de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador ou de outras fontes externas ao estado.

Infelizmente a liberação efetuada está contraditando esta premissa.

Termos em que pede e espera
Deferimento.

Brasília, 16 de julho de 1997. – Senador **Ernandes Amorim**, PPB – Rondônia.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 500, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Casa, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Sampaio Malan, o envio das informações abaixo relacionadas, de competência do Banco Central do Brasil, da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo que, ao serem prestadas deverão, no que respeitar à totalidade dos itens a seguir, abranger, ano a ano, os exercícios de 1994, 1995, 1996 e, quanto a 1997, devem-se declinar dados de janeiro a junho:

I) Dados Gerais por Ramo de Atividade Empresarial/Industrial e por Unidade da Federação:

a) Dividendos e lucros transferidos para o exterior, por ramo de atividade empresarial/industrial e por Estado;

II – Dados Específicos sobre Montadoras de Veículos Instaladas no País:

a) Total das receitas das montadoras de automotores, oriundos de exportações de veículos;

b) Total de transferência de recursos para o exterior, das montadoras de automotores, decorrente de importações de veículos;

c) Total da arrecadação, com dados individualizados, de IPI e de I.I. no que couber à importação e à exportação de veículos.

Justificação

É primordial o conhecimento pelo Poder Legislativo sobre o "comportamento" dos diversos segmentos empresariais que compõem a economia brasileira, enfocando-os por ramo de atividade e por Unidade da Federação e sobre o quanto contribuem, de per si, para o crescimento do País.

Outrossim, no que pertine ao efetivo posicionamento das indústrias automotivas instaladas em território brasileiro, é preponderante que se evidencie, com fidelidade, o quanto esse segmento, sobremaneira valorizado e respaldado pelas autoridades governamentais do Brasil, realmente contribui, e em que medida, para a otimização da nossa balança comercial.

Em se considerando que a estabilização da nossa moeda e o nosso crescimento econômico são tidos como pilares de atuação preferencial do Estado

Brasileiro, os dados solicitados possibilitarão obter-se um quadro real e comparativo do desempenho dos mais variados ramos da nossa atividade econômica, quer afetos ao comércio, quer relacionados à indústria. Dessa feita, esclarecer-se-á o Poder Legislativo sobre virtuais acertos ou equívocos das autoridades competentes quanto à variação de incentivos governamentais, direcionados, nos últimos três anos, a determinados setores produtivos do País.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **João Rocha**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.463-15, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Francelino Pereira		José Bianco
Waldeck Ornelas		Odacir Soares
	PMDB	
Jáder Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Geraldo Melo		Lúdio Coelho
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Valmir Campelo		Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Carlos Aleluia		Vilmar Rocha
João Mellão Neto		Saulo Queiroz
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Sandro Mabel		Albérico Filho
Adelaide Neri		Marçal Filho
	PSDB	
Nelson Otoch		Adroaldo Streck
	Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado		Aldo Arantes
	PPB	
Benedito Domingos		Ari Magalhães

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista
Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista
Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista
Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.469-20, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Hugo Napoleão		José Agripino
Júlio Campos		Odacir Soares
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

SENADORES

PSDB

Titulares**Suplentes**

Coutinho Jorge

Geraldo Melo

PFL

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Jonas Pinheiro

José Bianco

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

Joel de Hollanda

José Alves

PPB

PMDB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

Jáder Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

DEPUTADOS

PSDB

Titulares**Suplentes**

PFL

Roberto Pessoa

Rubem Medina

José Carlos Coutinho

José Carlos Aleluia

Jefferson Peres

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Antônio Brasil

Paulo Lustosa

Hélio Rosas

Mauro Lopes

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PSDB

PFL

Jovair Arantes

Leônidas Cristino

César Bandeira

Antônio Geraldo

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Ursicino Queiroz

Augusto Viveiros

José Machado

Aldo Arantes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

PTB

Lídia Quinan

Saraiva Felipe

Vicente Cascione

Murilo Domingos

Elcione Barbalho

Teté Bezerra

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.475-29, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

PSDB

Sebastião Madeira

Márcia Marinho

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arante

PL

Valdemar Costa Neto

Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.477-38, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia

12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Guilherme Palmeira		João Rocha
Júlio Campos		Romero Jucá
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Coutinho Jorge		Artur da Távola
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Valmir Campelo		Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Paes Landim		Betinho Rosado
Roberto Jefferson		Marilu Guimarães
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Ivandro Cunha Lima		Marisa Serrano
Zé Gomes da Rocha		Marquinho Chedid
	PSDB	
Oswaldo Soler		Osmânio Pereira
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes
	PPS	
Sérgio Arouca		Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.479-30, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Odacir Soares		Vilson Kleinübing
José Alves		Hugo Napoleão
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epítácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Arolde de Oliveira		Roberto Pessoa
Costa Ferreira		Sérgio Barcellos
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
José Aldemir		Noel de Oliveira
Ary Kara		Nan Souza
	PSDB	
Edson Silva		Marinha Raupp
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes
	PMN	
Bosco França		

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.480-32, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Bianco		José Alves
Vilson Kleinübing		Francelino Pereira
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Jefferson Peres		Lúdio Coelho
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Emilia Fernandes		Valmir Campelo

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Manoel Castro		Átila Lins
João Mellão Neto		Augusto Viveiros
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Zaire Rezende		Pedro Irujo
Marcos Lima		Orcino Gonçalves

PSDB

Marcus Vicente

Adroaldo Streck

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

.Aldo Arante

PV

Fernando Gabeira

Gilney Viana (cessão)

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.481-51, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
João Rocha		Guilherme Palmeira
José Agripino		José Bianco
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Carlos Wilson		Geraldo Melo
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Rubem Medina
Oscar Andrade

Osório Adriano
Benedito de Lira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Alberto Goldman
Pedro Novais

Gonzaga Mota
Hermes Parcianello

PSDB

Luiz Carlos Hauly

Rommel Feijó

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PPB

Fetter Júnior

Roberto Campos

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN,
fica estabelecido o seguinte calendário para a trami-
tação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de
emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer
sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos
Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –
O Senhor Presidente da República enviou ao Con-
gresso Nacional a Medida Provisória nº 1.482-38,
adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia
12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as alí-
quotas de contribuição para o Plano de Seguridade
Social do servidor público civil ativo e inativo dos Po-
deres da União, das autarquias e das fundações pú-
blicas, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e
nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº
1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista in-
cumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

José Bianco
Freitas Neto

Francelino Pereira
Hugo Napoleão

PMDB

Jáder Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Regina Assumpção

Valmir Campelo

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Jairo Carneiro
Marilu Guimarães

Laura Carneiro
Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Saraiva Felipe
Olavo Calheiros

Lídia Quinan
Regina Lino

PSDB

Pimentel Gomes

Candinho Mattos

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PTB

Roberto Jefferson

Fernando Gonçalves

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN,
fica estabelecido o seguinte calendário para a trami-
tação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de
emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer
sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos
Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –
O Senhor Presidente da República enviou ao Con-
gresso Nacional a Medida Provisória nº 1.508-19,
adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia
14 do mesmo mês e ano, que "concede isenção do
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na
aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e
instrumentos, dispõe sobre período de apuração e
prazo de recolhimento do referido imposto para as

microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
João Rocha		Edison Lobão
Júlio Campos		Jonas Pinheiro
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Jefferson Peres		Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitacio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Júlio César		Murilo Pinheiro
Luiz Braga		Osório Adriano
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Dilso Sperafico		Paulo Lustosa
Jurandyr Paixão		Paulo Ritzel
	PSDB	
Welson Gasparini		Antônio Balhmann
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes
	PTB	
Nelson Marquezelli		Duílio Pisaneschi

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 19-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 28-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 12-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.512-12, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Jonas Pinheiro		Júlio Campos
Joel de Hollanda		Freitas Neto
	PMDB	
Jáder Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Hugo Rodrigues da Cunha		Adauto Pereira
José Rocha		Jaime Fernandes
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Silas Brasileiro		Oscar Goldoni
Dilso Sperafico		Valdir Colatto
	PSDB	
B. Sá		Ezídio Pinheiro

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PSB

Gervásio Oliveira

Gonzaga Patriota

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.520-10, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Freitas Neto

Romero Jucá

Waldeck Ornelas

José Bianco

PMDB

Jader Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB

Carlos Wilson

Beni Veras

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Emília Fernandes

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

César Bandeira

Benedito de Lira

Aroldo Cedraz

Rogério Silva

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Saraiva Felipe

Marçal Filho

Ricardo Rique

Aníbal Gomes

PSDB

Edson Silva

Nelson Marchezan

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PL

Valdemar Costa Neto

Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.534-7, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Joel de Hollanda

José Alves

Hugo Napoleão

Carlos Patrocínio

PMDB

Jáder Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB
Artur da Távola José Roberto Arruda
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB
Valmir Campelo Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares **Suplentes**

PFL
Cláudio Cajado Coraúci Sobrinho
Paes Landim José Mendonça Bezerra
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Maurício Requião Lídia Quinan
Saraiva Felipe Elcione Barbalho

PSDB
Oswaldo Soler Roberto Santos
Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado Aldo Arantes

PL
Valdemar Costa Neto Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97 - prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) -

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.535-7, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares **Suplentes**

PFL
Carlos Patrocínio Edison Lobão
Bernardo Cabral Odacir Soares

PMDB

Jader Barbalho Gerson Camata
Nabor Júnior Carlos Bezzerar

PSDB

Carlos Wilson José Ignácio Ferreira
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares **Suplentes**

PFL
Saulo Queiroz Augusto Viveiros
Manoel Castro Euler Ribeiro

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Gonzaga Mota Djalma de Almeida César
Dejandir Dalpasquale Barbosa Neto

PSDB

Ademir Lucas Candinho Mattos

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado Aldo Arantes

PSB

Nilson Gibson Ricardo Heráclio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 19-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 28-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 12-8-97 - prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.537-40, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Agripino		Júlio Campos
José Bianco		Hugo Napoleão
	PMDB	
Jáder Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Lúcio Alcântara		Beni Veras
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Pauderney Avelino	Arolde de Oliveira
Luiz Moreira	Antônio Ueno
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Edinho Bez	Pedro Novais
Pedro Irujo	Sílvia Pessoa
	PSDB
Basílio Villani	Feu Rosa
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
José Machado	Aldo Arantes

PPS

Sérgio Arouca Augusto Carvalho
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.538-42, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Joel de Hollanda Freitas Neto	José Alves Jonas Pinheiro
	PMDB
Ramez Tebet	Ney Suassuna
Fernando Bezerra	Mauri
	PSDB
Teotônio Vilela Filho	Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Valmir Campelo	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Augusto Viveiros	Ciro Nogueira
Abelardo Lupion	Jaime Fernandes
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Hermes Parciannelo	Ricardo Rique
José Chaves	Wilson Cignachi
	PSDB
Leônidas Cristino	Danilo de Castro
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
José Machado	Aldo Arantes

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.539-33, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Vilson Kleinübing
osé Agripino

Francelino Pereira
Edison Lobão

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Beni Veras

Geraldo Melo

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Manoel Castro
Osmir Lima

Átila Lins
João Mellão Neto

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

João Almeida
Simara Ellery

Regina Lino
Moacir Micheletto

PSDB

Firmo de Castro

Wilson Campos

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PV

Fernando Gabeira

Gilney Viana (cessão)

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.540-26, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Odacir Soares
Romero Jucá

Francelino Pereira
Hugo Napoleão

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Lúcio Alcântara

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Emilia Fernandes

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Francisco Horta
Betinho RosadoLuiz Braga
Coraúci Sobrinho

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Luís Roberto Ponte
Sílvio PessoaJurandyr Paixão
Adelson Salvador

PSDB

José Aníbal

Arnaldo Madeira

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PPB

Roberto Campos

Herculano Anghinetti

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) -

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.542-24, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Joel de Hollanda
Bello PargaEdison Lobão
Freitas Neto

PMDB

Jáder Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra**PSDB**

José Roberto Arruda

Teotônio Vilela Filho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Saulo Queiroz

Raul Belém

José Santana de Vasconcellos

Mauro Fecury

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Edinho Bez

Barbosa Neto

Mauro Lopes

Valdir Colatto

PSDB

Luiz Fernando

Flávio Arns

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PTB

Chico da Princesa

Etevalda G. de Menezes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) -

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.543-24, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Edison Lobão
Freitas NetoBello Parga
José Agripino

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

José Roberto Arruda

Geraldo Melo

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Regina Assumpção

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Roberto Fontes
Leur LomantoAdauto Pereira
Lael Varella

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Saraiva Felipe
João MagalhãesRegina Lino
Edison Andrino

PSDB

Adelson Ribeiro

Odílio Balbinotti

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PSB

Nilson Gibson

Gervásio Oliveira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.546-21, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia

11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Bello Parga
Júlio CamposJosé Agripino
Wilson Kleinübing

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Jefferson Peres

Beni Veras

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Lael Varella
José RochaVanessa Felipe
Célia Mendes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Olavo Calheiros
Maria ElviraDarcísio Perondi
Nair Xavier Lobo

PSDB

Luiz Piauhyllino

Marconi Perillo

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PL

Valdemar Costa Neto

Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.547-32, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
José Alves	Guilherme Palmeira
Edison Lobão	Romero Jucá
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Beni Veras	Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Regina Assumpção	Emilia Fernandes

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Aroldo Cedraz	Francisco Horta
Antônio dos Santos	José Carlos Coutinho
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Zaire Rezende	Colbert Martins
Paulo Lustosa	Sandro Mabel
	PSDB
João Leão	Oswaldo Soler
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Aldo Arantes
	PPS
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.548-33, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
João Rocha	Joel de Hollanda
Hugo Napoleão	José Alves
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Beni Veras	Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Rubem Medina	Vanessa Felipe
Euler Ribeiro	Ademir Cunha
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Roberto Valadão	Luís Roberto Ponte
Teté Bezerra	Adelaide Neri

PSDB

Arthur Virgílio

Jovair Arantes

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista
Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.550-41, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Guilherme Palmeira
Freitas NetoVilson Kleinübing
Waldeck Ornelas

PMDB

Jáder Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerr

PSDB

Beni Veras

Teotonio Vilela Filho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Augusto Viveiros
Francisco RodriguesArolde de Oliveira
Júlio César

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Pinheiro Landim
José Luiz ClerotJosé Priante
De Velasco

PSDB

Sílvio Torres

Alexandre Santos

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PV

Fernando Gabeira

Gilney Viana (cessão)

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.551-24, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Romero Jucá
Hugo NapoleãoEdison Lobão
João Rocha

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Beni Veras

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Abelardo Lupion

Raul Belém

Jaime Martins

Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Alberto Goldman

Paulo Lustosa

Mário Martins

Antônio Brasil

PSDB

Paulo Feijó

Feu Rosa

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arante

PPB

Francisco Silva

Ushitaro Kamia

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97- prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.554-17, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Odacir Soares

José Agripino

Waldeck Ornelas

João Rocha

PMDB

Jader Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Beni Veras

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Osvaldo Coelho

Raimundo Santos

Ayres da Cunha

Paulo Lima

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Paulo Ritzel

Noel de Oliveira

Orcino Gonçalves

Albérico Filho

PSDB

Anivaldo Vale

Roberto Rocha

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.555-12, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia

11 do mesmo mês e ano, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$106.000.000,00, para os fins que especifica".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Edison Lobão		Odacir Soares
Waldeck Ornelas		Romero Jucá
	PMDB	
Jáder Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Beni Veras		Jefferson Peres
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
João Carlos Bacelar		José S. Vasconcellos
Benedito de Lira		Mauro Fecury
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Paulo Ritzel		Paulo Lustosa
Oscar Goldoni		Udson Bandeira
	PSDB	
João Leão		Fernando Tórres
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes
	PSB	
Sérgio Guerra		Gonzaga Patriota

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista
Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.556-12, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Bello Parga		João Rocha
Francelino Pereira		José Alves
	PMDB	
Jáder Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Carlos Wilson		Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Valmir Campelo		Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Paulo Cordeiro		Antônio dos Santos
Manoel Castro		Saulo Queiroz
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Edinho Bez		Ricardo Rique
Gonzaga Mota		Paulo Ritzel
	PSDB	
José Aníbal		João Faustino

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PL

Valdemar Costa Neto

Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.558-9, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Odacir Soares
Romero JucáWaldeck Ornelas
Jonas Pinheiro

PMDB

Jáder Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Beni Veras

Coutinho Jorge

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Iberê Ferreira
Francisco HortaCiro Nogueira
Cláudio Cajado

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Pedro Novais
Armando AbílioRoberto Valadão
Saraiva Felipe

PSDB

Arnaldo Madeira

Yeda Crusius

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.559-15, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

João Rocha
José AlvesOdacir Soares
José Bianco

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Coutinho Jorge Lúcio Alcântara
 Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB

Emilia Fernandes Valmir Campelo

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Osório Adriano Aroldo Cedraz
 Eliseu Resende Mussa Demes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Hermes Parcianello Jurandyr Paixão
 Nan Souza Colbert Martins

PSDB

Firmo de Castro Roberto Brant

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado Aldo Arantes

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.560-7, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

João Rocha .Romero Jucá
 Edison Lobão Freitas Neto

PMDB

Jader Barbalho Gerson Camata
 Nabor Júnior Carlos Bezerra

PSDB

José Serra Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB

Emilia Fernandes Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Jairo Carneiro Vilmar Rocha
 José Carlos Aleluia Ciro Nogueira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Mauro Lopes Dilson Sperafico
 Adelson Salvador Pinheiro Landim

PSDB

Arnaldo Madeira Luiz Carlos Hauly

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado Aldo Arantes

PPS

Sérgio Arouca Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 19-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 28-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 12-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.562-7, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia

12 do mesmo mês e ano, que "define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Waldeck Ornelas		Bello Parga
José Agripino		José Alves
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Beni Veras		Carlos Wilson
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Vilmar Rocha		César Bandeira
Iberê Ferreira		Expedito Júnior
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Neuto de Conto		Nair Xavier Lobo
Carlos Apolinário		Marcos Lima
	PSDB	
Pimentel Gomes		Olávio Rocha
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes
	PV	

Fernando Gabeira Gilney Viana (cessão)
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.567-5, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamentam o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Hugo Napoleão		Francelino Pereira
Edison Lobão		Gilberto Miranda
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Lúdio Coelho		Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Valmir Campelo		Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Valdomiro Meger		Ademir Cunha
Talvane Albuquerque		Jaime Fernandes
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Rita Camata		Udson Bandeira
Edison Andrino		Marçal Filho
	PSDB	
Feu Rosa		Alzira Ewerton
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes

PPB

Francisco Silva

Roberto Campos

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 17-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 26-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 10-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.574-2, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

PFL

Vilson Kleinübing
Bello Parga

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

PSDB

José Serra

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

PTB

Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares

PFL

José Carlos Aleluia
Pauderney Avelino

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Paulo Ritzel
Adelson Salvador

PSDB

Ronaldo Cezar Coelho

Suplentes

Carlos Patrocínio
Waldeck Ornelas

Gerson Camata
Carlos Bezerra

Osmar Dias

Sebastião Rocha

Emília Fernandes

Suplentes

Francisco Horta
Augusto Viveiros

Nair Xavier Lobo
Dilso Sperafico

Ezídio Pinheiro

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.577-1, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Jonas Pinheiro
Waldeck Ornelas

Júlio Campos
Joel de Hollanda

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Osmar Dias

Coutinho Jorge

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Abelardo Lupion
Carlos Melles

José Mendonça Bezerra
Benedito de Lira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Sandro Mabel	Nelson Harter Filho
Marçal Filho	Valdir ColattoPSDB
Nárcio Rodrigues	Luiz Piauhyilino

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado	Aldo Arantes
--------------	--------------

PV

Fernando Gabeira	Gilney Viana (cessão)
------------------	-----------------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-7-97 - designação da Comissão Mista

Dia 17-7-97 - instalação da Comissão Mista

Até 16-7-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-7-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 9-8-97 - prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) -

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados Com a palavra o Senador Edison Lobão, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamente nesta data - 16 de julho, em 1942, já lá se vão 53 anos - o primeiro contingente do Exército Brasileiro desembarcava no Porto de Nápoles. Marcava, assim, a presença de nossas Forças Armadas em terras do Velho Mundo. Ali, assinalariam uma jornada de bravura, destemor e competência, nas frentes de batalha da Itália, de luta contra a dominação nazista que então se constituía em grave ameaça aos povos livres do mundo inteiro.

Importa destacar esta data, Sr. Presidente, em razão das causas maiores que determinaram a histórica decisão do Brasil de empenhar-se diretamente naquele conflito mundial. A agressão aberta a navios de bandeira nacional, em águas territoriais brasileiras, impôs sacrifícios aos nossos irmãos. Um holocausto de horror e covardia, cujo resgate exigia incontroversa manifestação de nossa soberania. Fomos vilipendiados na brutal agressão dos submarinos alemães contra o nosso maior patrimônio que são os cidadãos brasileiros.

Esse primeiro escalão, comandado pelo General Euclides Zenóbio da Costa, era integrado por 5.075 homens, inclusive 304 oficiais. Num prazo de

7 meses, seguiram-se o segundo, com 10.375 soldados, sendo 686 oficiais, o terceiro, com 4.976 pracinhas, e, finalmente, o derradeiro com um efetivo e 5.082 expedicionários.

A epopéia vivida por esse pugilo de bravos, nas trincheiras da Itália, está gravada no acidentado território da velha península. O batismo de fogo deu-se nas encostas dos Alpes de Apuânia, quando um contingente da FEB substituiu tropas norte-americanas que se retiravam. Era a noite de 15 de setembro. Logo em seguida, nossos pracinhas alcançaram Monte Prano. Registros auspiciosos no Alto Comando Aliado vieram a seguir, pelo desempenho estratégico e tático, ao assumirmos postos avançados na famosa Linha Gótica.

Nas etapas seguintes, a atuação da FEB ganhou em definitivo a plena confiança das tropas aliadas, dando forma e conteúdo a um rosário de glórias, sacrifícios, competência funcional e conquistas, destaque para os combates de Monte Castelo, Montese, Castel Nuovo e, finalmente, após uma cansativa e extenuante ação militar, o supremo triunfo de Forno. Ali foram rendidas a 90ª Divisão Panzer e a Divisão Bersaglieri. Nesse feito, foram capturados das tropas do eixo 14.779 homens, 4.500 animais, 2.500 viaturas, das quais 1.000 motorizadas.

Este registro preliminar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traz, na abrangente dimensão alcançada pela presença das tropas da FEB no teatro da II Guerra Mundial, seu sacrifício, seus êxitos e os créditos profissionais que exaltam e dignificam as Forças Armadas do Brasil. Num contexto de envergadura mundial, projetaram nossos soldados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Nossos "pracinhas" serviram com abnegação inextinguível e patriotismo consciente uma causa em nome do Brasil. Honraram a nossa Pátria e confirmaram, nos exemplos de coragem e inteligência, o Homem Brasileiro, pela têmpera do caráter e o perfil democrático de cidadania.

É nosso propósito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, destacar, nesta oportunidade em que se comemora a chegada da Força Expedicionária Brasileira nos campos de luta da II Guerra Mundial, uma breve análise sobre a atual estrutura militar do nosso País e sobre sua plena e permanente identidade com a destinação que a Constituição Federal lhe reservou. Para a defesa da Pátria, para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

E dedico-me a esta tarefa, Sr. Presidente, consciente de sua oportunidade, com vistas a situar nossa estrutura militar na atual realidade social, política e econômica do País. Nessa conjuntura, o comportamento de cada uma das Armas revela amadurecimento no cumprimento de suas prerrogativas institucionais. Orientam-se, estritamente, pelos deveres e obrigações que a Carta Magna lhes outorga, organizadas com base na disciplina e na hierarquia. Sob a autoridade suprema do Presidente da República, vêm garantindo, ao Brasil e aos brasileiros, bases efetivas e duradouras para o exercício da cidadania.

O Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão jurisdicionado à Presidência da República, tendo como Ministro-Chefe o General Benedito Onofre Leal, editou uma publicação de excelente qualidade. O plano editorial, nele desenvolvido sob o título "O Brasil e suas Forças Armadas", abre para a opinião pública nacional cristalinas transparências para um conhecimento didaticamente apresentado. Destaque para a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e o próprio EMFA. Numa linguagem objetiva, cada uma dessas quatro instituições é apresentada ao povo com uma particular preocupação. A publicação oferece à sociedade civil temas do segmento militar tratados com simplicidade, estimulando o interesse popular sobre o universo castrense.

A temática da publicação registra teses e problemas relevantes, inscritos no cotidiano da vida militar. Põe em evidência a alta qualificação dos trabalhos entregues aos cuidados seletivos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, mediante uma atuação em tempo integral e dedicação exclusiva. Aborda ainda a publicação as questões da soberania, das responsabilidades de atuação, a presença na Amazônia, o Serviço Militar, a Marinha na Antártida, os projetos de defesa, a participação em operação de paz, os meios, a capacitação de recursos humanos, a ciência e a tecnologia. Finalmente, a publicação do EMFA marca o rumo de todos os ofícios entregues ao discernimento e à competência dos que integram os nossos quadros militares.

A diversidade de atribuições das Forças Armadas volta-se, primordialmente, para preservar os bens e os valores nacionais. São essas as modernas Forças Armadas do nosso País, postas a serviço dos superiores interesses da Pátria e integradas aos esforços coletivos de todos os brasileiros. Como principal alvo de seus serviços profissionais, elegem a retomada do desenvolvimento auto-sustentado, nor-

teando as suas ações com a estrita observância dos mandamentos básicos que as institucionalizam.

Esse é o contingente dos servidores militares que o EMFA está mostrando a todos os brasileiros, através de uma publicação que permite ao cidadão analisar, com respeito e admiração, o perfil do soldado brasileiro.

Levo aos militares do meu País a minha admiração pelos que tanto têm honrado nossas tradições de coragem e bravura. E congratulo-me com o Estado Maior das Forças Armadas pela oportunidade da publicação de "O Brasil e suas Forças Armadas".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, como Líder. S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO/PT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa está se debruçando sobre uma matéria das mais importantes, das mais complexas e das mais polêmicas, que é a reforma da Previdência.

Quando o Senador Beni Veras apresentou a primeira versão do seu relatório, houve um pedido de vista pelos Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e foram apresentadas, se não me engano, 150 emendas.

Na primeira reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, houve um debate sobre a votação do relatório sem prejuízo das emendas e chegou-se ao consenso de que não havia sentido apreciá-lo, uma vez que não se tinha conhecimento sobre a posição do relator quanto às mais de 100 emendas apresentadas.

Dessa forma, ficou estabelecido que os Senadores teriam acesso ao parecer do relator sobre as emendas num prazo mínimo de 48 horas antes da votação da matéria.

No fim da tarde de ontem, esse parecer foi apresentado. Houve um debate inicial sobre a matéria, e o Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Ramez Tebet, até coerentemente com aquele acordo feito, concedeu vista por 48 horas, marcando uma próxima reunião a realizar-se às 10 horas de amanhã.

Hoje, surpreendemo-nos com uma convocação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acompanhada de uma nova versão do parecer. Na própria convocação, diz: "O relatório em anexo subs-

titui o relatório distribuído anteriormente, o qual foi impresso com incorreções".

Observamos que há diferenças e, por incrível que pareça, exatamente no ponto mais polêmico. Não o mais polêmico para nós, porque insistimos que a reforma da Previdência não pode se resumir à discussão da paridade. Mas essa matéria esteve parada nesta Casa devido a dificuldades na base da Maioria em se aprovar o relatório original.

Hoje, recebemos um parecer em que há diferenças, particularmente nesse aspecto.

No relatório de ontem, era consenso a garantia da paridade plena para os já aposentados. No de hoje, vemos que não é bem assim. No mínimo, com essa nova redação, abre-se margem para uma dupla interpretação.

Fomos informados pelo Senador Ney Suassuna de que, no parecer de ontem, constava uma emenda de S. Ex^a que havia sido acatada e, no atual, parece que foi rejeitada, ou vice-versa.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltamos a bater naquela tecla, de que, por maior que seja a pressão da mídia, por maior que seja a vontade de se demonstrar produtividade, o Senado não pode funcionar como uma linha de montagem, particularmente em relação a um tema tão complexo, tão importante e tão polêmico como é o caso da Previdência.

Devemos considerar que houve mudança nesse parecer e que, do ponto de vista prático para a convocação extraordinária, não haverá diferença votá-lo amanhã ou terça-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ou seja: mesmo que a matéria seja integralmente votada amanhã - o parecer e todas as cento e tantas emendas - não haverá tempo hábil, regimentalmente, para que ela venha a plenário ainda durante a convocação extraordinária.

Infelizmente, não vejo nenhum Líder da Maioria aqui, mas está presente o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Gostaria de fazer um apelo, em nome do bom senso, em nome da precaução - "precaução e caldo de galinha não fazem mal a ninguém" -, para que não fosse realizada a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania amanhã, para votar a matéria. Também queria solicitar que tivéssemos a versão definitiva do relatório, pois estamos informados de que sairá um terceiro.

Repito: mesmo que ocorra essa votação amanhã, não haverá tempo hábil para que a matéria seja apreciada em plenário durante a convocação extraordinária.

Não se trata de mera manobra de obstrução. Sabemos fazer contas. Temos noção de que, quando da votação da matéria, prevalecerá a vontade da Maioria.

Mas, como se trata de matéria polêmica, que mexe com a vida de milhões de cidadãos brasileiros, em nome da precaução de que o Senado da República não venha a adotar uma posição que depois possa ser questionada na Câmara ou até junto ao Supremo Tribunal Federal, apelo no sentido de que essa reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em função desses episódios agora informados, não seja realizada amanhã.

Na próxima semana, não haverá matéria polêmica no plenário. A última matéria polêmica da Convocação Extraordinária será votada hoje em plenário, que é a lei do petróleo. Na semana que vem não há matéria polêmica. Portanto, é uma semana que pode ser inteiramente dedicada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a debater e votar essa matéria.

Por isso, quero reafirmar esse apelo às Lideranças da Maioria e ao Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, no sentido de que essa matéria não seja votada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me conceda a palavra, pois fui citado como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e gostaria de dar uma explicação ao Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra, que não posso me pronunciar agora a respeito do seu apelo de adiamento porque o Plenário, em última instância, pode ser o fórum de um recurso.

Mantenho a reunião para amanhã e o assunto levantado por V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra, será amanhã apreciado pela Presidência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena,

para uma comunicação inadiável, pelo prazo improrrogável de 5 minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo do que ocorreu em Minas Gerais e em vários outros Estados, também na Paraíba a Polícia Militar apresentou ao Governo do Estado as suas reivindicações e que, se por acaso não fossem atendidas, entraria em greve.

Sabemos que a Constituição e a lei não permitem a sindicalização e o direito de greve aos servidores militares, sejam federais ou estaduais. Mesmo assim, porém, o movimento reivindicatório foi para a rua e o Governador José Maranhão iniciou o diálogo, por intermédio de interpostas pessoas, inclusive o Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de encontrar uma solução para a grave situação que se criou, com ameaça de comprometimento da ordem pública.

No momento, esse diálogo continua e, para que a sua posição ficasse bem definida perante a história, o Sr. Governador José Maranhão emitiu nota à população, que passo a ler, a fim de que conste dos Anais do Senado.

É a seguinte a nota do Governo do Estado da Paraíba:

"1) A pretexto de reivindicar aumento salarial, alguns policiais militares, desde ontem, abandonaram suas funções e anunciaram greve por tempo indeterminado;

2) Esta atitude vem colocando em risco a segurança do cidadão, pois é do conhecimento público que o Governo não dispõe de recursos financeiros para atender a todas as reivindicações;

3) O Governo procurou o diálogo, apresentando proposta, que foi rejeitada por lideranças do movimento grevista, que preferiram a radicalização, tentando gerar um clima de insegurança pública no Estado;

4) Mais grave ainda é que um movimento de reivindicação tenha se transformado em comício político, com a presença de agitadores e oportunistas, cujo intuito é desrespeitar a lei e promover a baderna;

5) O Governo espera que o bom senso prevaleça, e que os líderes da paralisação tomem consciência da gravidade dos fatos e retornem ao diálogo, para que não venham

a ser responsabilizados pelas consequências da radicalização;

6) Por último, o Governo tranqüiliza a população, afirmando que adotará todas as providências para garantir a segurança dos paraibanos e de suas famílias.

João Pessoa(PB), 15 de julho de 1997."

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o retrato da situação em meu Estado.

Acredito que o Governo Federal, por meio do Senhor Presidente da República e do Sr. Ministro da Justiça, está atento ao rumo dos acontecimentos não apenas na Paraíba, como também nos demais Estados brasileiros, de tal forma que se possa encontrar uma solução para esse problema da maior importância do ponto de vista social e que não pode ficar ameaçando a ordem pública em várias unidades da Federação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Lucena, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 501, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. - Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Senador José Sarney requer a inversão da Ordem do Dia, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a inversão da pauta, lamento solicitar aos Srs. funcionários e às pessoas que nos honram com suas presenças que se retirem do plenário, por pouco tempo, porque vamos ter uma votação secreta.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, como a matéria exige **quorum**, peço a V. Ex^a que acione as campainhas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a será atendido.

(A sessão transforma-se em secreta às 15h57min. e volta a ser pública às 16h22min.)

São os seguintes os itens apreciados em sessão secreta:

- 2 -

MENSAGEM Nº 117, DE 1997
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 117, de 1997 (nº 732/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Carlos Alberto Leite Barbosa, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

- 3 -

MENSAGEM Nº 93, DE 1997
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 93, de 1997 (nº 461/97, na origem), de 17 de abril último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Affonso Celso de Ouro-Preto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

- 4 -

MENSAGEM Nº 102, DE 1997
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 102, de 1997 (nº 597/97, na origem), de 23 de maio último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Carlos Moreira Garcia**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer a de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Item 1:

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 1997
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 482, de 1997 - art. 336, b)

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997 (nº 2.142/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, tendo

Pareceres, a serem lidos, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Hugo Napoleão; e

- de Assuntos Econômicos: Relator: Senador José Fogaça.

(Dependendo de parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

A Presidência esclarece ao Plenário que os pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Hugo Napoleão, e de Assuntos Econômicos, Relator Senador José Fogaça, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores nos Avulsos da Ordem do Dia e que a matéria depende de parecer da Comissão de Serviços e de Infra-Estrutura a ser proferido em plenário.

Sobre a mesa, os pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 372, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6 de 1997 (nº 2.142/96, na Casa de Origem), que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e dá outras providências.

RELATOR: Senador HUGO NAPOLEÃO

Através da Mensagem nº. 639/96, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6/97 (nº 2.142/96, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Em sua Exposição de Motivos, o Ministro de Estado das Minas e Energia enfatiza que o projeto "constitui um importante marco: demonstra que, no Brasil, a indústria do petróleo atingiu a maturidade e está sendo aberta para possibilitar novos investimentos e permitir uma interação equilibrada entre o Estado e a iniciativa privada".

Na Câmara dos Deputados, considerando as características da proposição e o que estabelece o Regimento Interno daquela Casa, foi constituída Comissão Especial para estudo da proposição.

O parecer do relator, na Comissão Especial, Deputado Eliseu Resende, concluiu pela apresentação de substitutivo integral, incorporando, total ou parcialmente, 96 de um total de 284 emendas apresentadas.

Ao substitutivo ainda foram apresentadas 260 emendas das quais 60 foram aprovadas total ou parcialmente.

Em 19 de março de 1997 foi finalmente aprovado o substitutivo em regime de urgência.

Apesar de todas as alterações sofridas, não houve descaracterização da proposta inicial do governo. Pelo contrário: os pontos principais foram mantidos e através das emendas dos parlamentares vários pontos foram aperfeiçoados.

ASPECTOS RELEVANTES DO PROJETO

A criação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia substituiu o Conselho Nacional de Política do

Petróleo que constava da proposta original do Executivo e que teve suas atribuições ampliadas.

Esse Conselho tem como objetivo promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, assegurar o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas de difícil acesso, rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão e da energia termonuclear e estabelecer diretrizes para a importação e exportação de petróleo e seus derivados, a fim de assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Energéticos de Combustíveis.

Vale ressaltar, em especial para o Nordeste, a criação de foro político do mais alto nível para a discussão das questões relativas ao uso do álcool, como combustível, que se desloca das atribuições do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo para o de Minas e Energia, cujo titular presidirá o novo Conselho (art. 2º, inciso IV).

Já a Agência Nacional do Petróleo - ANP, instituída como órgão regulador da indústria do petróleo vinculada ao MME, tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

A ANP passará a exercer, a partir de sua implantação, as atribuições do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, relacionadas com as atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool.

É importante salientar que dependerá de concessão, mediante licitação, a exploração, o desenvolvimento e a produção do petróleo e do gás natural, enquanto a sua refinação, processamento, transporte, importação e exportação dependem, somente, de autorização.

O Capítulo V, em seu art. 32, resguarda os direitos da PETROBRAS, sobre cada um dos campos que se encontrem em efetiva produção na data do início da vigência da lei.

As Seções III e IV desse capítulo tratam do processo licitatório e seu julgamento cuja decisão deverá sempre obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade entre as partes, sempre que a União resolver firmar contratos de concessão para a exploração das atividades previstas no art. 177, incisos I a IV da Constituição Federal.

O art. 39 do projeto prevê a obrigatoriedade de a empresa estrangeira que concorrer à outorga de concessão apresentar, juntamente com sua proposta, e em envelope separado, o "compromisso de, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil".

Esse dispositivo, além de atrair, para o nosso País, o investimento do capital estrangeiro possibilitará um incremento na oferta de mão-de-obra, minimizando o calamitoso flagelo mundial do desemprego.

Dentre os aspectos relevantes do projeto há, ainda, três que considero de suma importância ressaltar:

Em primeiro lugar, a garantia de que a PETROBRÁS não será privatizada, permanecendo a União com 50% - 1 ação do capital votante da empresa.

Em segundo lugar, o art. 42 prevê, a garantia de que "em caso de empate, a licitação será decidida em favor da PETROBRÁS, quando esta concorrer não consorciada com outras empresas".

E, finalmente, é importante o dispositivo que estabelece procedimento licitatório simplificado, nos contratos celebrados pela PETROBRÁS, para a aquisição de bens e serviços, o que lhe permitirá maior celeridade no processo.

Na Seção VI, desse mesmo capítulo, são definidas as participações governamentais relativas aos contratos de exploração, sendo que os "royalties" serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a 10% da produção de petróleo ou gás natural, permitida a sua redução para 5%, tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes.

Pelo novo projeto, a parcela do royalty, previsto no contrato de concessão, que representar 5% da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do art. 47, será distribuída segundo os critérios especificados pela lei nº 7.990, de 28.12.89 (art. 48).

O art. 49 ainda prevê que, da parcela do valor do royalty que exceder a cinco por cento da produção, dentre outras destinações, 25% serão distribuídos ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.

Ressalta-se, ainda, em especial, para as regiões Norte e Nordeste o disposto no § 1º do art. 49, que estabelece:

"Art. 49

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste."

Ao estabelecer esse critério, o governo reafirma o seu intento de, cada vez mais, investir no campo do conhecimento científico,

visando ao desenvolvimento de tecnologias destinadas a alavancar o desenvolvimento do nosso País, rumo ao progresso.

No Capítulo VI, o projeto trata do refino do petróleo e do processamento do gás natural. Caberá à ANP estabelecer os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelas empresas interessadas na construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como a ampliação de sua capacidade, sempre atendidas as exigências quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações.

No Capítulo VII, o projeto trata do transporte do petróleo, seus derivados e gás natural, que poderá ser efetuado por qualquer empresa ou consórcio de empresas, mediante autorização da ANP. Será facultado a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.

O Capítulo VIII trata da importação e exportação do petróleo, seus derivados e do gás natural, estabelecendo que o exercício dessas atividades pelas empresas interessadas obedecerá às diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

O Capítulo IX trata da PETROBRÁS, sociedade de economia mista que detém a exclusividade do exercício das atividades abrangidas pelo monopólio da União no setor petrolífero e que, após a entrada em vigor desta lei, fá-lo-á em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado.

Os artigos 62 e 63 do projeto mantêm o controle acionário da PETROBRÁS pela União, atribuindo-lhe e às suas subsidiárias, a faculdade para formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras.

O projeto obriga, ainda, a PETROBRÁS, a constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Finalmente, no Capítulo X destinado às disposições finais e transitórias são definidas as regras do projeto de transição e, ainda, diretrizes para o equacionamento de pendências de natureza financeira de interesse da PETROBRÁS e da União.

Perante esta comissão, não foram apresentadas emendas, o que demonstra o excelente trabalho desenvolvido pela Câmara dos Deputados, especialmente pelo Relator, o ilustre Deputado e ex-Ministro Eliseu Resende.

Traduzo tal fato como uma aprovação tácita ao projeto que veio da Câmara que foi, pois, a meu ver, considerado adequado.

Recebi, entretanto, uma delegação de representantes do Estado do Rio de Janeiro, composta pelos Senadores Artur da Tavola, Abdias Nascimento, Senadora Benedita da Silva, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, propondo algumas modificações no projeto.

Uma delas se refere à supressão do § 1º do art. 47 que, conforme citado no documento que me foi entregue *"escancara a possibilidade de as empresas que operem na Bacia de Campos, na Bahia e no Rio Grande do Norte, e em outras bacias sedimentares do território nacional"*, não pagarem os 10% previstos, alegando *"riscos geológicos"*.

Consultando os órgãos competentes, tomei conhecimento de que a Bacia de Campos é uma das áreas que menos risco geológico apresentam, daí vir a ser remunerada com o percentual máximo de royalty.

Entendo ser correto o critério adotado no referido parágrafo, pois considero injusta a cobrança de um mesmo percentual para a exploração tanto de áreas com grandes riscos geológicos quanto de áreas com pequenos riscos geológicos pois ficariam em desvantagem as empresas que tivessem que efetuar maiores investimentos e aplicar medidas de segurança, com certeza, mais onerosas.

Outra preocupação da bancada refere-se ao valor e ao prazo do início do pagamento das participações especiais previstas no art. 50 quando ocorrer *"grande volume de produção"* ou de *"grande rentabilidade"*. Na região da Bacia de Campos, em função das dimensões das reservas, é que ocorrerá um grande número de participações especiais que o Governo, através da ANP, indubitavelmente, terá o maior interesse em arrecadar. Cada caso, entretanto, terá suas especificidades, não cabendo ser pre-fixado em lei. Esse detalhamento deve ficar por conta de sua regulamentação.

Não quero deixar de consignar que recebi telefonema do Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, solicitando que a sede da ANP seja naquela Cidade. Alegou que a sede da PETROBRÁS já é lá.

A disposição que regula o assunto está inserida no parágrafo único do art. 7º, a saber: .

"Art. 7º . . .

Parágrafo único A ANP terá sede e foro no Distrito Federal e escritórios centrais na Cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais".

Tenho para mim que a sede e foro são em Brasília tão somente para efeitos judiciais. Entendo que, tal como se encontra redigido, o art. 7º já atende à justa reivindicação do Prefeito, uma vez que estabelece que os escritórios centrais serão no Rio de Janeiro.

VOTO

Com o advento da Emenda Constitucional nº 9/95, permitindo a flexibilização do monopólio do petróleo, fez-se necessária a

aprovação de uma norma reguladora dessa flexibilização no tocante às atividades abrangidas por esse monopólio.

O projeto de lei em tela, de forma justa e coerente, vem permitir que outras empresas interessadas em investir no setor, sem discriminações ou favorecimentos, possam fazê-lo, juntamente com a PETROBRÁS, em regime concorrencial aberto.

Ao estabelecer os critérios que irão nortear o exercício dessas novas atividades, o projeto de lei buscou estimular a atração de novos investimentos através de livre concorrência, típica da economia de mercado, porém sempre preocupado com a preservação dos interesses nacionais, não só ampliando o mercado de trabalho, como, também, o da competitividade do País no mercado internacional.

Certo de que, com a aprovação deste projeto, o Brasil dará um salto em direção ao seu crescimento econômico, colocando-se lado a lado, no cenário internacional, com os demais países que adotam a economia de mercado aberto nesse setor, somos, no mérito pela sua aprovação.

O projeto atende, também, aos princípios da constitucionalidade, juridicidade e à boa técnica legislativa e contrário às emendas apresentadas perante esta Comissão.

Sala das Comissões, em

PRESIDENTE.

RELATOR.


BERNARDO CABRAL
HUGO NAPOLEÃO

PARECER SOBRE AS EMENDAS OFERECIDAS PELO SENADOR JOSAPHAT MARINHO AO PLC 06, DE 1997

EMENDA Nº 1

A emenda nº 1, do nobre Senador Josaphat Marinho pretende incluir um artigo com a seguinte redação:

"Art. A importação de petróleo, de seus derivados e de gás natural deverá ser feita em caráter complementar à produção nacional, sendo responsabilidade da ANP e do Ministério de Indústria e Comércio a iniciativa das medidas necessárias para coibir o abuso do poder econômico e as práticas desleais de comércio."

É muito louvável a preocupação do ilustre Senador, que afirmo não ser só dele mas de todos nós brasileiros e patriotas que somos.

O Projeto, entretanto, já contempla tal preocupação ao estabelecer, no art. 8º dentre as atribuições da ANP, a de:

"XIII - Fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8176, de 8 de fevereiro de 1991.

O art. 10 do Projeto, também estabelece:

Art. 10 - Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração da ordem econômica, deverá comunicá-la ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para que esta adote as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.

Além do mais, a produção nacional é insuficiente para atender o consumo, fazendo-se necessária a importação.

Vejamos os números referentes aos meses de janeiro a março deste ano:

Mês	Produção Nacional	Importação
Janeiro	465.000 BPD	495.000 BPD
Fevereiro	363.000 BPD	455.000 BPD
Março	471.000 BPD	464.000 BPD

O Projeto já prevê a iniciativa do Senador Josaphat Marinho, razão pela qual somos de parecer contrário.

Ademais, o que pretende o Senador Josaphat Marinho está coberto pelo art. 2º V, art. 10 e art. 60 e seu projeto é o único.

Sala de Comissários, em 4/6/97

Hugobolhu (HUGO NAPOLÉÃO)
REATOR

EMENDA Nº 2

A presente emenda visa suprimir o art. 29 do Projeto que prevê a transferência do contrato de concessão, sob a alegação de que essa transferência seria uma forma de burlar a Lei: Empresas que não participarem de licitação seriam contempladas com essa transferência.

Pelo Projeto, para que haja a transferência, o dispositivo exige que o novo concessionário atenda a todos os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, conforme o previsto no art. 25.

Vejamos os dois dispositivos:

"Art. 29. É permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se seu objetivo e as condições contratuais, desde que o

novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, conforme o previsto no art. 25."

"Art. 25. Somente poderão obter concessão para a exploração e produção de petróleo ou gás natural as empresas que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP."

Ao justificar sua emenda, o nobre Senador cita o art. 175 da Constituição que estabelece:

"Art. 175 - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Ocorre que o referido Projeto não trata de prestação de serviços públicos e, sim, de exploração de atividade econômica.

O art. 176 esclarece melhor o assunto:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra."

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do Poder concedente.

Portanto, a própria Constituição prevê a transferência ou cessão das concessões e autorizações, sempre, é claro com prévia anuência do Poder concedente.

Essas as razões que nos levam a dar parecer

contrário a emenda.

Idem art. 27 da Lei 8.987/95
Hugobolhu (HUGO NAPOLÉÃO)

EMENDA Nº 3

A iniciativa do nobre Senador Josaphat Marinho pretende retirar do inciso X do art. 43 do Projeto a expressão "internacional", referindo-se à arbitragem, no que concerne à solução de controvérsias relacionadas com o contrato de concessão e sua execução.

Justifica a sua emenda, afirmando ser descabida a arbitragem internacional, uma vez que "os contratos de concessão somente serão assinados entre a ANP - uma autarquia federal - e empresas constituídas segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil".

Com efeito, o art. 39, inciso IV determina que a empresa estrangeira deve, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País.

À primeira vista, dir-se-ia que desnecessário se torna a arbitragem internacional.

Ocorre, todavia, que, entre o compromisso assumido (art. 39, inciso IV) e a definitiva constituição da empresa segundo as leis brasileiras, mediará certo lapso de tempo durante o qual a arbitragem internacional constituirá o foro competente para dirimir as dúvidas surgidas da execução prevista no art. 43.

Não custa lembrar que o Brasil é signatário de inúmeros tratados e convenções internacionais, tem acento na Organização Mundial do Comércio (Genebra), e submete-se a acordos e decisões da Corte Internacional de Justiça (HAIJA) para onde, aliás, foi recentemente eleito, como Juiz, o eminente ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Francisco Rezek.

Por essas razões somos contrários à presente emenda.

Observo que a Petrobras também trabalha no exterior, logo por que há necessidade de arbitragem internacional.
HUGO NARCISO

EMENDA Nº 4

Através desta emenda, o Senador Josaphat Marinho pretende incluir, no art. 61 do Projeto, as expressões "distribuição, importação e exportação" alegando que o texto aprovado pela Câmara alija a Petrobras dessas atividades.

Não me parece necessário acrescentar a expressão "distribuição", uma vez que a Petrobras, como bem salienta o eminente Senador Josaphat Marinho, já a exerce, através de sua subsidiária, a Petrobras Distribuidora que permanecerá no mercado atuando no setor.

Além do mais, o art. 6º, inciso VI, já considera processamento como distribuição.

Quanto à inclusão das expressões "importação" e "exportação" não vejo necessidade por duas razões. Primeiro, não está a Petrobras impedida de importar ou exportar. Segundo, porque, na

expressão "comércio", já estão consubstanciadas e, conseqüentemente, incluídas as citadas atividades.

Por essas razões, somos de parecer contrário

a emenda.
Recoio que o art. 61 seja republicado e de Lei 2004.
HUGO NARCISO

EMENDA Nº 5

A emenda do nobre Senador Josaphat Marinho, de supressão do art. 65 do Projeto, visa, conforme exposto em sua justificativa, corrigir dois dos seus aspectos:

1º) a obrigatoriedade de a Petrobras constituir subsidiária para operar ou construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural;

2º) o não atendimento do mandamento constitucional previsto no art. 37, inciso XX da Constituição Federal.

— Toda a capacidade dutoviária e portuária, hoje, já pertence a Petrobras.

Ao analisar o inciso XX do art. 37 da Constituição, concluímos que, a autorização legislativa ali exigida estará atendida, com a transformação do presente projeto em lei.

Resolvemos adotar, por entender correta, a interpretação adotada no parecer do nobre Deputado Eliseu Resende, aprovado pela Câmara dos Deputados, que afirma:

"O disposto no texto constitucional gera controvérsia porque a expressão "em cada caso", tanto pode se referir a cada ato de criação de subsidiária, quanto a "cada uma das entidades mencionadas no inciso anterior".

Se a intenção fosse exigir autorização legislativa específica, caso a caso, para a criação de subsidiárias das empresas estatais, bastaria adicionar a expressão "e suas subsidiárias", no próprio texto do inciso XIX".

Portanto a autorização legislativa já está prevista nos dois dispositivos do projeto.

Por essas razões somos de parecer contrário à emenda nº 5.

Sala da Comissão, em 04 de junho de 1997
Plc já contém e autoriza -

Lucio Alcântara
 (P.ressalvas)
 Nelson Lobão
 Josaphat Marinho
 Antônio (Valadimiro Vencido)

Francisco Pereira
 Sício Alvares
 José Fogaça

Regina Assunção
 José Imaculada
 José E. Dutra (Vencido)
 Freitas Neto
 Bení Verraz
 Roney Tobet

Na Seção III do Capítulo IV são definidas as receitas e o acervo da Agência Nacional do Petróleo. A ANP será mantida pelos recursos decorrentes do pagamento por ocupação ou retenção de área por parte das empresas, além de parcela dos *royalties* (dez por cento da produção) e o chamado "bônus de assinatura" (preço da concessão fixado no edital).

A regulamentação das atividades de exploração e produção é tratada no Capítulo V. Ao reafirmar seus direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em todo o território nacional, a União reassume o controle sobre todas as bacias sedimentares brasileiras. Neste Capítulo são, ainda, definidas as normas gerais para as atividades de exploração e produção em novas áreas, disciplinado o procedimento de licitação e estipuladas as condições básicas dos contratos de concessão. A ANP deverá definir os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem exigidos das empresas pretendentes às concessões. A concessão implica na obrigação de explorar um bloco por sua conta e risco, bem como a de produzir petróleo ou gás natural, sendo sua propriedade os bens resultantes dessa atividade, pagos os impostos e obrigações contratuais respectivas. O contrato de concessão, passível de transferência quando autorizada pela ANP, é considerado extinto caso a empresa, ao término da fase de exploração, não tiver efetuado nenhuma descoberta comercial.

Ao mesmo tempo em que resguarda direitos da Petrobrás em relação às áreas de produção e efetiva exploração existentes quando da promulgação da lei, o PLC nº 006, de 1997, estabelece prazos para a demarcação de blocos e campos com atividade de produção para celebração de contratos de concessão. Caberá à ANP manter ou não os direitos da Petrobrás em casos distintos, devendo, em qualquer hipótese, cada uma dessas atividades ser traduzida em contratos semelhantes ao de qualquer outra empresa.

Na Seção III do Capítulo V são estabelecidas as condições a serem observadas nos editais de licitação. Do edital constarão:

- a) o bloco objeto da concessão;
- b) o prazo da fase de exploração;
- c) os investimentos mínimos;
- d) os requisitos de pré-qualificação;
- e) as participações governamentais;
- f) a participação dos superficiários;
- g) a relação de documentos; e
- h) o pagamento das desapropriações ou servidões.

O julgamento da licitação, tratado na Seção IV do Capítulo V, identificará a proposta mais vantajosa, segundo critérios objetivos, estabelecidos no edital. Servirão como critério de avaliação os seguintes itens:

- a) programa de trabalho e propostas de exploração;
- b) prazo;
- c) volume de investimentos;
- d) cronograma físico-financeiro; e
- e) participações governamentais.

A empresa estrangeira vencedora de concorrência deverá constituir-se legalmente no Brasil para assinar o contrato de concessão. Em caso de empate, a licitação será decidida em favor da Petrobrás, quando esta concorrer não consorciada com outras empresas.

O projeto especifica as participações governamentais relativas aos contratos de exploração e fixa o limite máximo para os *royalties* em 10% (dez por cento) sobre a produção de petróleo e gás natural, admitida a possibilidade de redução desse percentual para até 5% (cinco por cento), tendo em vista os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes.

As atividades relacionadas com o refino de petróleo e processamento de gás natural estão disciplinadas no Capítulo VI, em que se prevê a competência da ANP para definir os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelas empresas interessadas em implantar ou ampliar refinarias. Essas atividades serão exercidas mediante autorização, nas condições definidas nos contratos respectivos. Será permitida a transferência da autorização, desde que aprovada pela ANP.

O Capítulo VII regula as atividades de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural. Qualquer empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para seguimento interno ou seja para exportação. Será facultado a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, mediante remuneração ao titular das instalações.

A importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, regulados no Capítulo VIII do projeto de lei em pauta, poderão ser realizadas por qualquer empresa ou consórcio de empresas, mediante autorização da Agência Nacional do Petróleo. Esta atividade obedecerá diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética.

O Capítulo IX discorre sobre a Petrobrás, empresa de economia mista integrante da Administração Federal Descentralizada, que tem por objetivo o exercício de todas as atividades abrangidas pelo monopólio da União no setor petrolífero. As atividades econômicas desenvolvidas pela Petrobrás não mais o serão com a exclusividade conferida pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, mas em caráter de livre concorrência com outras empresas. Mantendo o controle acionário da União sobre a Petrobrás, o projeto de lei proporciona à estatal maior flexibilidade de atuação, permitindo-lhe, e às suas subsidiárias, formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de líder, para o exercício de atividade relacionada com seus objetivos. Nos termos do projeto de lei em pauta, a Petrobrás deverá constituir uma subsidiária com a atribuição específica de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Finalmente, no Capítulo destinado às disposições finais e transitórias são definidas as regras do período de transição. Estabelece, ainda, o Capítulo X diretrizes para o equacionamento de pendências de natureza financeira de interesse da Petrobrás e da União.

Ao PLC nº 006, de 1997, foram submetidas, no âmbito desta Comissão, as emendas nº 06 e 07, de autoria dos Senadores BELLO PARGA e JOSÉ ROBERTO ARRUDA, respectivamente. A emenda nº 06 propõe a supressão dos Capítulos I e II do Projeto. Justifica o autor que a Política Nacional de Energia deve ser tratada em proposição própria, devido sua relevância e abrangência. A emenda nº 07 propõe retirar do Parágrafo Único do art. 7º a expressão "e escritórios centrais na cidade do Rio de Janeiro". Argumenta o autor que, sendo Brasília a Capital Federal, as Agências Nacionais e órgãos reguladores devam, aqui, instalar suas sedes.

É o relatório.

II - VOTO

A partir do novo cenário estabelecido pela Emenda Constitucional nº 09, de 9 de novembro de 1995, o PLC nº 006, de 1997, regula todas as atividades vinculadas ao monopólio do petróleo. Ao mesmo tempo que se permite o acesso de quaisquer empresas interessadas em investir no setor, são proporcionadas à Petrobrás condições de plena atuação.

Mantido o monopólio da União sobre o petróleo, o projeto disciplina o setor para uma nova fase. Tendo atingido a maturidade, a indústria do petróleo passa a contar com os instrumentos que garantirão novos investimentos e interação equilibrada, entre o Estado e a iniciativa privada.

Com a regulamentação estabelecida pelo PLC nº 006, de 1997, o País instrumentaliza-se para entrar no próximo milênio em condições de competir, mais efetivamente, no mercado internacional do petróleo.

A emenda nº 06, de autoria do Senador BELLO PARGA, propõe a retirada dos Capítulos I e II do Projeto em pauta. Os Capítulos tratam, respectivamente, dos princípios e objetivos da Política Energética Nacional, e da criação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). No momento em que são estabelecidos novos paradigmas para o setor do petróleo, componente fundamental da matriz energética nacional, é plenamente justificável que se proponha a criação do CNPE, com as atribuições estabelecidas no art. 2º do Projeto em pauta. Manifestamo-nos, portanto, contrários à emenda nº 06.

A emenda nº 07, de autoria do Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA, propõe alteração do Parágrafo único do art. 7º, eliminando a disposição de se instalar os escritórios centrais da ANP na cidade do Rio de Janeiro. Embora Sua Excelência tenha uma disposição aperfeiçoadora do projeto, trata-se meramente de uma questão reduzida à instância administrativa. Tal ajuste implicaria fazer o projeto retornar à

Câmara dos Deputados, atrasando sua aprovação e sanção pelo Presidente da República por um período imponderável.

Não creio que a emenda, não obstante reconheça a sua racionalidade, possa justificar uma reabertura de discussão do projeto como um todo. Desse modo, somos de parecer desfavorável à emenda nº 07.

O projeto atende aos princípios da constitucionalidade, juridicidade e à boa técnica legislativa e nos posicionamos favoráveis, no mérito, à sua aprovação, e contrário às emendas.

Sala das Comissões, em

, Presidente

Relator
JOSE ROCHA

**PARECER SOBRE AS EMENDAS OFERECIDAS AO PLC No. 6,
DE 1997**

EMENDA 1

O ilustre Senador Josaphat Marinho deseja, por essa emenda, que a importação de petróleo tenha caráter meramente complementar à produção nacional. Em seu entendimento, a importação poderá oportunizar concorrência desejável, em desfavor dos produtores nacionais.

Creemos que o pleito já está atendido no inciso V do artigo 2º, do projeto, que confere ao CNPE essa atribuição. O art. 60 reforça o que contém o art. 2º, estabelecendo que qualquer política de importações que venha a ser implementada restringir-se-á, rigorosamente, às diretrizes do Conselho. O parecer é contrário.

EMENDA 2

É importante ressaltar que a transferência de concessão somente se dará mediante autorização expressa e prévia da ANP. No próprio art. 29, que a emenda cuida em suprimir, o parágrafo único contém o remédio para combater e impedir transferências que possam configurar burla da lei ou do interesse econômico nacional, exigindo que qualquer transferência seja submetida ao órgão regulador e fiscalizador.

Suprimir o dispositivo retiraria a flexibilidade necessária para situações em que a substituição do concessionário se dê em função da continuidade ou da melhoria do serviço, portanto em favor do interesse público. O parecer é contrário.

EMENDA 3

Note-se que somente depois de vencida a concorrência tem o vencedor a obrigação de instalar-se como empresa brasileira. Os atos praticados nesse interim serão realizados pela empresa-matriz. Parece-nos que, entre outras situações, essa exemplifica a necessidade de, pelo menos, admitir a arbitragem internacional para a solução de controvérsias. O parecer é contrário.

EMENDA 4

Não só a Petrobrás, todas as empresas que exercerem atividades no âmbito da indústria do petróleo e que venham a ser alcançadas pela lei que ora se aprecia poderão importar e exportar. Bastará que a empresa esteja autorizada pela ANP e se subordine às diretrizes do CNPE para realizar tais operações de comércio. Não nos parece que - nesse caso - seja necessário distinguir a Petrobrás de outras empresas.

O parecer é contrário.

EMENDA 5

A obrigatoriedade de a Petrobrás constituir subsidiária para operar ou construir seus dutos visa assegurar que uma efetiva implementação

e expansão do sistema rodoviário, já que a Petrobrás tem os seus interesses específicos, que poderão estar em contradição com outras empresas ou mesmo com as eventuais diretrizes que um governo democraticamente eleito deseje implementar, através do CNPE.

Uma empresa subsidiária, onde a Petrobrás possa ser majoritária ou minoritária, agirá com mais independência, o que favorecerá a livre concorrência. Ao ser aprovado o presente Projeto de Lei, estará o Congresso Nacional dando a autorização referida no inciso XX do art. 37, da Constituição Federal. O parecer é contrário.

EMENDA 6

O parecer encontra-se na parte principal do Relatório.

EMENDA 7

Idem.

EMENDA 8

As informações a que alude o art. 22, não se restringem ao fim exclusivo de elaborar editais de licitação e firmar os contratos de concessão. Tais informações são um patrimônio do país, pertencem à nação. Enquanto os interesses do país estavam representados na Petrobrás, lá tais informações deviam ser abrigadas. No momento em que a lei cria dois órgãos que passarão a ter a responsabilidade de centro político (CNPE) e técnico-regulador (ANP) de decisões estratégicas sobre a indústria do petróleo no Brasil, torna-se absolutamente imprescindível que a guarda desse acervo fique com um desses dois órgãos, momento a ANP.

Não é preciso fazer referência a uma Lei para que ela seja cumprida. A Petrobrás estará totalmente coberta pela Lei de Patentes sempre que seus direitos de propriedade intelectual estiverem em questão. Por outro lado, por mais que se aponham emendas tentando produzir um pacote fechado e amarrado de obrigações, o justo pagamento à Petrobrás pelas informações dependerá de critérios estabelecidos pela ANP. Essa atribuição o texto ora em exame já lhe confere. O parecer é contrário.

EMENDA 9

Parece-nos óbvio e indiscutível que o texto do art. 26 não fere o monopólio da União. A atividade de lavra supõe a extração do minério que se encontre no subsolo. Uma vez extraído, o bem deixa de ser um recurso natural para se transformar num produto econômico, sobre o qual se realizou uma série de operações que envolveram investimentos de capital e trabalho. Gracias a esse trabalho, o produto é colocado à disposição da população, para o consumo mediante pagamento de determinado preço, ou para a exportação, o que melhora a balança comercial e permite adquirir no exterior outros produtos, que, por sua vez, também irão beneficiar a população, porque estarão à sua disposição, para o consumo. Não houvesse tais investimentos, o produto seria um produto "morto", sem uso e sem utilidade econômica para a população. Consequentemente, é natural e correto que o produto da lavra seja propriedade de quem a realiza.

O artigo 177 da Constituição não contraria o art. 176 nem institui uma situação de exclusividade para o petróleo e o gás natural. O parecer é contrário.

EMENDA 10

Note-se que somente depois de vencida a concorrência tem o vencedor a obrigação de instalar-se como empresa brasileira. Os atos praticados nesse interim serão realizados pela empresa-matriz. Parece-nos que, entre outras situações, essa exemplifica a necessidade de, pelo menos, admitir a arbitragem internacional para a solução de controvérsias. O parecer é contrário.

EMENDA 11

O art. 62 assegura inteiramente que a Petrobrás não poderá ser privatizada. A transferência de ativos, no entanto, será do livre discernimento da empresa, conforme seus interesses e sua estratégia de inserção no mercado. É óbvio, portanto, que - se vier a ocorrer eventualmente o que supõe a emenda do ilustre Senador, isto é, venda de ativos - essa decisão obedecerá mais a critérios e vantagens tipicamente empresariais do que um suposto projeto de privatização da Petrobrás.

Ademais, não é recomendável citar Medida Provisória em lei permanente. O parecer é contrário.

EMENDA 12

Obviamente a norma proibitiva estabelecida pela Medida Provisória no. 1481 não está sendo revogada. O fato de constar de MP não torna uma regra mais fraca ou menos coercitiva do que outra existente em lei permanente.

O art. 62 assegura inequivocamente que a Petrobras não poderá ser privatizada. A transferência de ativos, no entanto, será do livre discernimento da empresa, conforme seus interesses e sua estratégia de inserção no mercado. É óbvio, portanto, que - se vier a ocorrer eventualmente o que supõe a emenda do ilustre Senador - isto é, venda de ativos - essa decisão obedecerá mais a critérios e vantagens tipicamente empresariais do que um suposto projeto de privatização da Petrobras.

Ademais, não é recomendável citar Medida Provisória em lei permanente. O parecer é contrário.

EMENDA 13

O perfil do refino de petróleo no Brasil é uma situação engessada. Mudá-lo exigirá altíssimos investimentos; não é uma questão de curto prazo. É preciso, portanto, dispor de flexibilidade na administração desses resultados, em função do equilíbrio econômico.

Não é impossível que o Brasil seja obrigado a exportar gasolina. Obviamente o mercado interno tem que ser atendido, mas isso não pode significar venda ou comercialização interna que avilte os preços e não remunere as refinarias. Isso seria desastroso para a Petrobras. Permitir que ela exporte, ao contrário, pode significar uma manutenção do preço em níveis compatíveis com o subsídio a outros derivados. Mais ainda: a presença do CNPE e do órgão regulador tem por fim fazer com que a política de exportações não se constitua nem em um aumento lesivo dos preços ao consumidor interno nem em uma desvalorização que inviabilize a produção.

O inciso V do art. 2º, por sua vez, assegura tranquilidade quanto à preservação dos estoques estratégicos, já que essa passa a ser uma atribuição precípua do CNPE.

O parecer é contrário.

EMENDA 14

O ilustre Senador Lúcio Alcântara deseja, por essa emenda, que a importação de petróleo tenha caráter meramente complementar à produção nacional. Em seu entendimento, a importação poderá oportunizar concorrência desleal, em desfavor dos produtores nacionais, gerando desemprego e desativação de inúmeras atividades.

Cremos que o pleito já está atendido no inciso V do artigo 2º do projeto, que confere ao CNPE essa atribuição. O art. 60 reforça o que contém o art. 2º, estabelecendo que qualquer política de importações que venha a ser implementada restringir-se-á, rigorosamente, às diretrizes do Conselho. O parecer é contrário.

EMENDA 15

As informações a que alude o art. 22 não se restringem ao fim exclusivo de elaborar editais de licitação e firmar os contratos de concessão. Tais informações são um patrimônio do país, pertencem à nação. Enquanto os interesses do país estavam representados na Petrobras, lá tais informações deviam ser abrigadas. No momento em que a lei cria dois órgãos que passarão a ter a responsabilidade de centro político (CNPE) e técnico-regulador (ANP) de decisões estratégicas sobre a indústria do petróleo no Brasil, torna-se absolutamente imprescindível que a guarda desse acervo fique com um desses dois órgãos, momentaneamente a ANP.

Não é preciso fazer referência a uma Lei para que ela seja cumprida. A Petrobras estará totalmente coberta pela Lei de Patentes sempre que seus direitos de propriedade intelectual estiverem em questão.

Por outro lado, por mais que se aponham emendas tentando produzir um pacote fechado e amarrado de obrigações, o justo pagamento à Petrobras pelas informações dependerá de critérios estabelecidos pela ANP. Essa atribuição o texto ora em exame já lhe confere. O parecer é contrário.

EMENDA 16

Os arts. 32, 33 e 34 oferecem uma solução de equilíbrio para os problemas que esta emenda pretende corrigir. Todos os direitos da

Petrobras sobre os campos que se encontrem em efetiva produção serão ratificados. Onde tenham sido realizadas descobertas comerciais ou promovidos investimentos na exploração, todos os direitos da Petrobras serão mantidos. O que há de inteligente no mecanismo estabelecido para a Petrobras é o fato de que, vencida cada fase entre exploração, descoberta, desenvolvimento, produção e comercialização, na mesma medida vão-lhe sendo assegurados os direitos sobre a concessão. O dispositivo na verdade obriga a Petrobras a cumprir uma etapa para merecer a seguinte, isto é, só a Petrobras pode jogar fora os direitos que a lei lhe garante.

Por outro lado, a delimitação de blocos é uma das responsabilidades da ANP, como explicita o parágrafo único do art. 23. Não se trata, portanto, de algo que tenha ficado ao sabor da sorte, sem controle do interesse nacional.

O interesse nacional estará, a partir da vigência desta lei, localizado nas ações da ANP e do CNPE, não é demasiado lembrar. Ao CNPE incumbe, também, o zelo pelos estoques estratégicos, conforme o inciso V do art. 2º.

Por fim, cabe ressaltar que todas as concessões serão pagas: através das participações especiais e do bônus de assinatura. É óbvio que toda área que vier a ser concedida para empresa privada e que já tenha sido eventualmente objeto de investimentos em pesquisa e prospecção, se-lo-á mediante um pagamento que remunere os investimentos realizados. Não havendo perda para o país.

O parecer é contrário.

EMENDA 17

O argumento contido nesta emenda - o de que a inibição de produzir é algo bom para o aumento das reservas estratégicas - pode, em um futuro não muito distante, arrostar uma realidade mundial de substituição rápida e repentina de matriz energética.

(por razões econômicas ou ambientais) e a súbita desvalorização das reservas brasileiras. A conjunção das duas fases e a obrigação, vertical, do mesmo concessionário visam aumentar a produção, a oferta e os estoques estratégicos, que foram objeto de tão acentuada preocupação em outras emendas.

O parecer é contrário.

EMENDA 18

O ilustre Senador José Eduardo Dutra deseja, por essa emenda, que a importação de petróleo tenha caráter meramente complementar à produção nacional. Em seu entendimento, a importação poderá oportunizar concorrência desleal, em desfavor dos produtores nacionais.

Cremos que o pleito já está atendido no inciso V do artigo 2º do projeto, que confere ao CNPE essa atribuição. O art. 60 reforça o que contém o art. 2º, estabelecendo que qualquer política de importações que venha a ser implementada restringir-se-á, rigorosamente, às diretrizes do Conselho.

O perfil do refino de petróleo no Brasil é uma situação engessada. Mudá-lo exigirá altíssimos investimentos, não é uma questão de curto prazo. É preciso, portanto, dispor de flexibilidade na administração desses resultados, em função do equilíbrio econômico.

Não é impossível que o Brasil seja obrigado a exportar gasolina. Obviamente o mercado interno tem que ser atendido, mas isso não pode significar venda ou comercialização interna que avilte os preços e não remunere as refinarias. Isso seria desastroso para a Petrobras. Permitir que ela exporte, ao contrário, pode significar uma manutenção do preço em níveis compatíveis com o subsídio a outros derivados. Mais ainda: a presença do CNPE e do órgão regulador tem por fim fazer com que a política de exportações não se constitua nem em um aumento lesivo dos preços ao consumidor interno nem em uma desvalorização que inviabilize a produção.

O inciso V do art. 2º, por sua vez, assegura tranquilidade quanto à preservação dos estoques estratégicos, já que essa passa a ser uma atribuição precípua do CNPE.

O parecer é contrário.

EMENDA 19

A obrigatoriedade de a Petrobras constituir subsidiária para operar ou construir seus dutos visa assegurar que uma efetiva implementação e expansão do sistema dutoviário, já que a Petrobras tem os seus interesses específicos, que poderão estar em contradição com outras:

empresas ou mesmo com as eventuais diretrizes que um governo democraticamente eleito deseje implementar, através do CNPE. Uma empresa subsidiária, onde a Petrobrás possa ser majoritária ou minoritária, agirá com mais independência, o que favorecerá a livre concorrência. Ao ser aprovado o presente Projeto de Lei, estará o Congresso Nacional dando a autorização referida no inciso XX do art. 37, da Constituição Federal. O parecer é contrário.

EMENDA 20

A lei que resultar do presente Projeto constituir-se-á na autorização legislativa exigida pelo artigo 37 da constituição. Para um caso distinto do que é enfocado no art. 64, isto é, para o caso de constituir subsidiária para a atribuição específica s de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, a autorização é da, por exemplo, no art. 65. O parecer é contrário.

EMENDA 21

A obrigatoriedade de a Petrobrás constituir subsidiária para operar ou construir seus dutos visa assegurar que uma efetiva implementação e expansão do sistema dutoviário, já que a Petrobrás tem os seus interesses específicos, que poderão estar em contradição com outras empresas ou mesmo com as eventuais diretrizes que um governo democraticamente eleito deseje implementar, através do CNPE. Uma empresa subsidiária, onde a Petrobrás possa ser majoritária ou minoritária, agirá com mais independência, o que favorecerá a livre concorrência. Ao ser aprovado o presente Projeto de Lei, estará o Congresso Nacional dando a autorização referida no inciso XX do art. 37, da Constituição Federal. O parecer é contrário.

EMENDA 22

É importante notar, como diz o artigo 69, que haverá um período de transição, de 36 meses. Nesse período, aos reajustes e revisões dos derivados básicos de petróleo e do gás natural, praticados pelas refinarias e pelas unidades de processamento, estarão ainda debaixo de diretrizes definidas pelos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Ora, é visível que - nessa transição - as atribuições da ANP não serão exercidas na sua plenitude. É razoável, portanto, que não se submeta ao Senado um diretor que permanecerá por um período muito curto, com poderes limitados. A audiência do Senado, nesse caso, seria uma demasia. O parecer é contrário.

JOSÉ SERRA, Presidente
JOSÉ FOGAÇA, Relator

LEVY DIAS
EDUARDO SUPPLY (vencido)
JOSÉ EDUARDO DUTRA (vencido)
FRANCELINO PEREIRA
VILSON KLEINÜBING
NEY SUASSUNA

JONAS PINHEIRO
BELLO PARGA
FREITAS NETO
GERSON CAMATA
LÚCIO ALCÂNTARA
ONOFRE QUINAN
BENI VERAS
WALDECK ORNELAS

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concluem os pareceres pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria, daí por que concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho, Relator da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para dar parecer sobre o Projeto.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL)

Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 639, de 1996, encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.142, de 1996.

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 639/de 96, encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.142, de 1996. Essa iniciativa, justificada dentro do novo panorama existente em consequência da flexibilização do monopólio do petróleo, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, procurava estabelecer as novas referências para a indústria petrolífera no País.

Na Câmara dos Deputados, foi criada Comissão Especial para apreciar especificamente a referida proposição, comissão essa que teve como Relator o Deputado Eliseu Resende. A matéria recebeu inicialmente 284 emendas. O primeiro parecer do Relator, consubstanciando um considerável número de emendas que adotou, total ou parcialmente, teve como conclusão o substitutivo aprovado no âmbito da Comissão de 11 de março de 1997. A esse substitutivo foram oferecidas ainda 260 outras emendas que, apreciadas pelo Relator, originaram um segundo substitutivo, resultado de exaustivas negociações, demonstrando uma ampla discussão da matéria de que participaram diversos segmentos da sociedade: produtores e consumidores de energia, investidores e fabricantes de equipamentos, trabalhadores e empresários do setor. O substitutivo da Comissão Especial, em sua redação final, foi aprovado em plenário da Câmara dos Deputados em 19 de março de 1997.

Acompanhei de perto o trabalho da Câmara dos Deputados, particularmente, a ação do Relator, Deputado Eliseu Resende, com quem já tivera oportunidade de trabalhar em conjunto na aprovação da Lei nº 8.631, que mudou radicalmente o sistema elétrico no Brasil com enormes benefícios para o País.

A tramitação do projeto na Câmara consolidou em uma proposta única diversas proposições, materializadas em 6 projetos de lei de iniciativa de parlamentares, além da originada do Poder Executivo, que recebeu mais de 500 emendas. A tramitação permitiu que se atingisse um resultado que reflete a importância da energia e a preocupação com o desenvolvimento do

País, a partir da construção de um modelo energético voltado para a melhoria dos serviços em geral que beneficia diretamente o consumidor.

Foi com esse espírito, sem dúvida, que a Câmara dos Deputados apreciou a matéria, aperfeiçoando-a. É bom frisar que esse trabalho não se restringiu apenas a análise técnica de frias opções. Não, pelo contrário.

Tive oportunidade de acompanhar e até mesmo de testemunhar a realização de uma dezena de audiências públicas, onde todos os setores interessados no tema, das mais variadas e divergentes correntes de opiniões, puderam expressar o seu ponto de vista. Muitas dessas opiniões, inclusive, foram incorporadas ao texto finalmente aprovado pela Câmara dos Deputados, culminando com um trabalho sério, completo e democrático.

Permitam-me os senhores lembrar também o que se passou na área de energia nos últimos anos no Brasil, com sucessivas discussões em torno do melhor modelo de matriz energética para o País. Desde o final da década passada e no decorrer desta temos insistido na necessidade de formularmos uma política nacional de energia globalizante e ao mesmo tempo regional, que prepare o País para a inserção na economia mundial, mas que leve em consideração as melhores opções de geração, conservação e uso de energia adequados a cada realidade regional deste nosso imenso País.

O modelo energético autoritário e centralizador há muito estava esgotado, exaurido, não apenas pelos equívocos e distorções que provocou na economia brasileira mas também pela impotência de responder aos desafios e exigências dessa mesma economia. O modelo estava esgotado pela absoluta impossibilidade de oferecer a certeza econômica, a segurança política, a estabilidade social e estratégica. Falo com a segurança de quem dedicou parte importante de seu tempo e de seu mandato à questão da energia.

Estive nas minas de carvão do Rio Grande do Sul, nas de xisto em Santa Catarina, nas grandes usinas hidroelétricas, nas termelétricas, nas pequenas centrais e nas usinas nucleares, nas reservas de gás natural na Amazônia, nas plataformas marítimas de petróleo da costa brasileira. Conheci experiências bioenergéticas. Portanto, conheço a realidade brasileira em sua tentativa de transformar a natureza e obter dela um meio ambiente economicamente viável e mais eficaz na geração de energia para a população.

No decorrer de vários anos e durante a realização de muitos seminários, congressos, audiências públicas, conferências em torno do tema, pude as-

sistir a um gradativo amadurecimento de algumas idéias, de alguns princípios, que hoje vejo consolidados nas novas leis que regem o setor energético brasileiro. Alguns encontros discutiram política de preço; outros, de gerenciamento de matrizes energéticas e fontes de energias alternativas. Em todos havia o desejo de chegarmos ao melhor modelo de desenvolvimento de fontes energéticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para mim, esta relação é indissociável: a opção por um modelo energético original, diversificado, criativo e descentralizador é a opção por um modelo de desenvolvimento econômico também descentralizador, gerador de renda e capaz de distribuir equitativamente essa renda. Um modelo não existe sem o outro.

Srs. Senadores, voltando à tramitação do Projeto em análise, quero assinalar que, em 21 de março de 1997, a proposição foi recebida no Senado, passando a denominar-se PLC nº 006, de 1997. Lida em plenário, foi despachada para apreciação nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O PLC nº 006, de 1997, foi apreciado inicialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou em 4 de junho de 1997 parecer do Relator, Senador Hugo Napoleão, favorável ao projeto e desfavorável às Emendas de nºs 01 a 05, do Senador Josaphat Marinho, e ao substitutivo global apresentado pelo Senador José Eduardo Dutra. Na mesma data, a proposição foi remetida à Comissão de Assuntos Econômicos, que iniciou sua discussão em reunião realizada em 24 de junho de 1997.

Na Mensagem nº 720, de 1997, o Presidente da República, com fundamento no art. 57, §6º, inciso II, e §7º, da Constituição Federal, convocou o Congresso Nacional para Sessão Legislativa Extraordinária no período de 1º a 25 de julho. No conjunto de matérias incluídas para apreciação pelo Senado Federal durante essa convocação, estava o PLC nº 006, de 1997.

Em reunião de 8 de julho de 1997, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Parecer do Relator, Senador José Fogaça, favorável ao projeto e contrário às Emendas apresentadas pelos Senadores Bello Parga, José Roberto Arruda, Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra. Após análise pela CAE, estava previsto o encaminhamento da proposição para exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Na sessão de 09 de julho de 1997, entretanto, foi lido e aprovado, nos termos do arts. 336, alínea b, e 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal o Requerimento nº 482, de autoria do Sena-

dor Elcio Alvares, Líder do Governo no Senado Federal, e outros Líderes, propondo a tramitação em regime de urgência do PLC nº 006, de 1997.

Com essa decisão, o projeto veio para esta Comissão de Infra-Estrutura para apreciação, cabendo a mim, por determinação do Presidente da Comissão, o nobre Senador Freitas Neto, a apreciação da matéria.

O relatório foi distribuído aos Srs. Senadores. Portanto, como sei que o tempo é curto, passo à leitura do voto do Relator:

II - VOTO

No limiar de um novo século, em um contexto mundial globalizado e dinâmico, o Brasil procura criar condições que maximizem suas potencialidades. A utilização racional de seus recursos naturais, preservando o interesse nacional e promovendo o desenvolvimento do País, é um compromisso que está sendo resgatado junto à sociedade.

Uma nova realidade foi estabelecida quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 09, de 9 de novembro de 1995. E o PLC nº 006, de 1997, objetiva regular as atividades vinculadas ao monopólio da União sobre o petróleo no novo contexto. É mantido o monopólio da União sobre o petróleo e o controle da Petrobrás pelo Estado. É o compromisso cumprido.

A indústria do petróleo, dinâmica e forte, necessária para enfrentar a competição em uma economia globalizada, passa a contar com instrumentos que garantirão novos investimentos e a interação equilibrada entre o Estado e a iniciativa privada. O acesso de quaisquer empresas que estejam interessadas em investir no setor é proporcionado, enquanto são garantidas à Petrobrás condições de plena atuação.

Com diretrizes estabelecidas para uma Política Energética Nacional, definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética, será possível promover o aproveitamento racional de todas as fontes de energia e o uso mais adequado para cada aplicação. A questão energética ganha nova dimensão. Um Conselho interministerial, ligado à Presidência da República, que escute a sociedade e planeje as ações governamentais é um grande passo para viabilizar novas alternativas energéticas que levem em conta as peculiaridades regionais, a descentralização econômica e o bem-estar da população.

As ações desse Conselho, apoiado em agências reguladoras, representam uma importantíssima mudança no nosso atual modelo energético. Vamos assegurar a qualidade dos serviços prestados ao consumidor, garantir energia para o desenvolvimento da economia nacional e liberar o Estado - seus recursos financeiros - para atuar com maior ênfase em outros

setores vitais, como Saúde e Educação, sem que ele perca seu papel fiscalizador na área energética.

O País passará a contar com os instrumentos, oriundos da regulamentação estabelecida pelo PLC nº 6, de 1997, que lhe permitirão competir mais efetivamente no mercado internacional do petróleo. Garante-se, finalmente, o desenvolvimento energético do País com a proteção do meio ambiente e do interesse do consumidor.

O projeto atende aos princípios da constitucionalidade, juridicidade e à boa técnica legislativa e nos posicionamentos favoráveis, no mérito, a sua aprovação, bem como pela rejeição de todas as emendas a ele oferecidas, seguindo idêntico posicionamento das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e contrário às emendas apresentadas às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 124 do Regimento Interno, as emendas apresentadas perante a Comissão não serão objeto de deliberação do Plenário por não terem sido acatadas pelos colegiados respectivos em seus pareceres, sendo, portanto, consideradas inexistentes.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa emendas que serão lidas pelo 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidas as seguintes:

EMENDAS (DE PLENÁRIO)

Oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997 (nº 2.142/96, na casa de origem)

Que dispõe sobre a política energética nacional as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

EMENDA Nº 1-PLEN

Dê-se ao inciso X do art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997, a seguinte redação:

"X – estimular, promovendo a ampliação dos investimentos, a pesquisa, o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento."

Justificação

É imprescindível resguardar o interesse nacional pela ampliação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e pela adoção de novas tecnologias.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997 – Senador **Sebastião Rocha**, PDT – AP.

EMENDA Nº 2-PLEN

Acrescente-se ao art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997, onde couber, inciso com a seguinte redação:

" – exigir programas de produção para os campos de petróleo e gás natural, obedecendo técnicas racionais que evitem a produção predatória."

Justificação

A produção predatória dos preços acima da capacidade tecnicamente recomendada, reduzindo drasticamente a vida útil de um campo de petróleo, representa uma prática anti-econômica para a busca de retorno de investimentos a curtíssimo prazo, contraditória com o aproveitamento racional das reservas e os interesses dos consumidores nacionais.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Sebastião Rocha**, PDT – AP.

EMENDA Nº 3-PLEN

Suprima-se do art. 19 do PLC nº 6/97 a expressão: ...convocada e dirigida pela ANP.

Justificação

Em sua íntegra o art. 19 do projeto em tela dispõe que: As iniciativas de projeto de lei ou de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP. Destarte, depreende-se em primeira análise deste dispositivo que o início do processo legiferante relativo às normatizações do setor de petróleo dar-se-á sob a tutela e gerenciamento da Agência Nacional de Petróleo, por meio de audiências públicas convocadas e dirigidas por ela.

Ora, entendo haver em supracitado dispositivo um excesso no poder regulamentador de tal agência, que ultrapassa sua esfera de competência e invade as atribuições de competência legislativa do Congresso Nacional, preceituadas em todo Título IV, Capítulo I da Constituição Federal.

De tal forma que submeto aos meus pares esta emenda que suprime do texto inadequada expressão, que como alertei incumbe à uma agência poderes que a Carta Maior delega ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Pedro Simon**.

EMENDA Nº 4-PLEN

Altera-se a redação do art. 22 e seus parágrafos 1º e 2º, nos seguintes termos:

"Art. 22. O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à Agência Nacional do Petróleo – ANP – a sua coleta, manutenção e administração, com a finalidade exclusiva de elaboração de editais de licitação e de contratos de concessão.

§ 1º A Petróleo Brasileiro S. A – PETROBRAS encaminhará à Agência Nacional do Petróleo as informações e dados de que dispuser sobre as bacias sedimentares brasileiras, na forma do disposto no **caput** deste artigo, excetuando-se as informações relativas ao processamento e interpretação de dados geológicos e geofísicos e respeitando-se os limites definidos na Lei nº 9.279/96 (Lei das Patentes);

§ 2º A Agência Nacional do Petróleo estabelecerá os critérios para o ressarcimento à Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRAS de todos os custos efetivamente incorridos por ela na obtenção destes dados referidos no parágrafo anterior, observando o disposto no art. 117 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas)."

Justificação

A Lei das Patentes, aprovada pelo Congresso Nacional em 1996, após longos e acesos debates, visa assegurar às empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico o direito de propriedade sobre informações resultantes desse trabalho. Infelizmente, poucas empresas brasileiras têm podido investir nessa atividade, preferindo, na maioria dos casos, importar pacotes tecnológicos desenvolvidos no exterior, pagando para tanto elevados preços sob a forma de **royalties**, comprometendo a nossa balança de pagamentos.

As poucas empresas brasileiras que investem nesse campo são as estatais, particularmente a Petrobras, a Telebras, a Eletrobras e a Embrapa, empresas que mantêm avançados centros de pesquisas, nos quais investem maciçamente, visando reduzir nossa dependência tecnológica. A Petrobras, por exemplo, investe anualmente 1% de seu faturamento em pesquisa tecnológica, o que equivale a cerca de R\$250 milhões/ano.

O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados fecha os olhos a esses dados ao obrigar a Petrobras a transferir todos os dados de que dispõe para que a ANP os disponibilize às demais empresas que virão participar das futuras licitações, ignorando o princípio do direito à propriedade intelectual, garantido na legislação em vigor. Adicionalmente, obrigar a Petrobras a transferir essas informações sem qualquer critério, o projeto sujeita os administradores da Petrobras aos rigores da lei, por infringir o disposto no art. 117 da Lei nº 6.404/76, que disciplina os poderes do acionista majoritário.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **Lucio Alcântara.**

EMENDA Nº 5-PLEN

Dê-se ao art. 22, a seguinte redação:

Art. 22. O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP, para fins de elaboração de editais de licitação e contratos de concessão, a sua coleta, manutenção e administração.

§ 1º A Petróleo Brasileiro S. A. PETROBRAS, transferirá para a ANP as informações e dados disponíveis sobre as bacias sedimentares brasileiras, assim como sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, excetuando-se as informações referentes às interpretações geológicas e geofísicas destes dados, e ressalvados os dados e informações protegidos pelo direito de propriedade intelectual nos termos da Lei nº 9.279/96 (Lei das Patentes).

§ 2º A ANP estabelecerá critérios para o ressarcimento à Petrobras de custos relacionados com os dados e informações referidas no parágrafo anterior e que venham a ser repassadas à ANP, com fiel observância ao disposto no art. 117 da Lei nº 6.404/96 (Lei das SA).

Justificação

Os parágrafos 1º e 2º do art. 22, dispõe que o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras serão administrados pela ANP, e por conseguinte, a Petrobras estará obrigada a transferi-lo para a ANP, assim como as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, mediante o ressarcimento tão somente dos dados e informações que vierem a ser utilizados pelas partes interessadas.

O cerne do projeto de regulamentação sob análise é a abertura do setor ao regime de concorrência aberta, inclusive com o aparte de empresas estrangeiras. É prática corrente por todas as empresas do mundo que os dados interpretativos, que configuram-se como propriedade intelectual protegidos pela Lei de Patentes, sejam retidos pelas fontes responsáveis pelo desenvolvimento destes acervos do conhecimento técnico e científico. No caso particular do Brasil, estes dados foram desenvolvidos pela Petrobras com recursos públicos ao longo do período de monopólio estatal do setor.

Consideramos necessário que estes dados interpretativos permaneçam sob a posse da Petrobras a fim de preservar as suas vantagens competitivas, tendo em vista que a empresa travará uma disputa concorrencial de mercado com as empresas privadas. Consequentemente, estas informações não deverão figurar entre as que serão objeto de licitação, dado que continuaram sendo elemento integrante do processo de produção ou desenvolvimento pela Petrobras. Advogamos também o entendimento que a ANP deve ressarcir os custos relacionados com todos os dados e informações repassados pela Petrobras à Agência, não tão somente aqueles que vieram a ser utilizados, devido ao fato que o acervo que será transferido à ANP e as empresas privadas incorporam investimentos em pesquisa que compõe o custo global destas informações.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**. – (PT – SE) Líder do Bloco de Oposição.

EMENDA Nº 6-PLEN

Dê-se ao § 2º do art. 22 a seguinte redação:

"Art. 22.

.....
§ 2º. Não será permitido à ANP fornecer, mesmo a título de remuneração à Petrobras, dados e informações referidos no parágrafo anterior e que possam vir a ser utilizados pelas partes interessadas."

Justificação

O dispositivo proposto no projeto retira do Brasil a possibilidade de tratar o assunto petróleo – considerado como matriz energética da atualidade – como matéria estratégica para o nosso desenvolvimento.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

EMENDA Nº 7-PLEN

Dê-se ao art. 23, a seguinte redação:

"Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás

natural serão exercidas, mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta lei, excetuando-se a Bacia de Campos, localizada entre os limites geológicos do Arco do cabo Frio, ao Sul, e do Arco de Vitória, ao Norte, onde a contratação destas atividades, até 31 de dezembro de 2010 será feita exclusivamente com a Petrobras."

Parágrafo único A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão, obedecendo à parâmetros estabelecidos pela CNPE que garantam a manutenção de níveis mínimos das reservas nacionais.

Justificação

O art. 23 do projeto estabelece que as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão precedidos de licitação, cabendo à ANP a definição dos blocos que serão objetos de contratos de concessão, sem qualquer parâmetro para a delimitação dos blocos.

A Bacia de Campos constitui-se na maior reserva petrolífera brasileira e encontra-se totalmente mapeada, identificada e explorada pela Petrobras. Diante desta realidade não se justifica que a atividade de produção seja concedida para uma empresa privada que investiu absolutamente nada em pesquisa e prospecção. O aporte das empresas privadas deve ser direcionado para as áreas que necessitem da alocação de recursos novos que superem os limites de investimentos do Poder Público. Em síntese, somos de opinião que nas situações em que não há risco não se justifica a adoção de novos contratos de concessão.

Por isso, apresentamos a proposta de manter o princípio estipulado pelo projeto, excetuando de tais atividades aquelas localizadas na bacia sedimentar de Campos, cuja contratação será exclusiva com empresas de controle acionário majoritário da União, em face dos argumentos colocados acima, e devido ao fato que a Petrobras detém capacidade tecnológica, operacional e financeira para promover o desenvolvimento e a produção desta área em condições favoráveis aos interesses do país.

Por último, queremos chamar a atenção para a necessidade de estabelecer parâmetros para a delimitação das áreas destinadas às concessões. Ao nosso ver estes parâmetros devem ser condicionados à manutenção de níveis mínimos de reserva que seriam objeto de definição do Código Regulador Fe-

deral. O espírito desta proposta é proteger as reservas brasileiras contra a produção predatória, que pode provocar consequências desastrosas, como a dependência de importações de petróleo e derivados em momentos de preços desfavoráveis, comprometendo assim a competitividade do país no contexto da economia globalizada.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**, (PT – SE) Líder do Bloco de Oposição

EMENDA Nº 8-PLEN

Dê-se ao Parágrafo único do art. 23 a seguinte redação:

"Art. 23.

Parágrafo único. As atividades referidas neste artigo não poderão ser autorizadas em áreas de atuação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras."

Justificação

Não é justo que, tendo a Petrobras ao longo de sua existência praticado investimentos volumosos nas atividades de exploração, desenvolvimento de produção de petróleo e gás natural, possa ceder, mesmo em processo licitatório, suas áreas de atuação, notadamente aquelas que se sobressaem pelo seu franco progresso, como a Bacia de Campos.

Preservando estas áreas, estamos assegurando uma resposta aos investimentos em que estimulamos a nossa estatal a continuar a exercer com toda sua capacidade operacional novos projetos que impliquem no aumento da exploração e demais atividades relacionadas ao petróleo e ao gás natural.

Além disso, qualquer outra empresa que venha a se instalar, por exemplo, em áreas de produção de petróleo no mar, certamente que entrará em desvantagens em comparação com a Petrobras que dispõe neste setor da mais avançada tecnologia do mundo.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 9-PLEN

Dê-se ao Parágrafo único do art. 23 a seguinte redação:

"Art. 23.

Parágrafo único. A ANP definirá os blocos a serem objetos de contratos de concessão, os quais não poderão atingir os que se

incluam nas atividades de Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras."

Justificação

Não é justo que, tendo a Petrobras ao longo de sua existência praticado investimentos volumosos nas atividades de exploração, desenvolvimento de produção de petróleo e gás natural, possa ceder, mesmo em processo licitatório, suas áreas de atuação, notadamente aquelas que se sobressaem pelo seu franco progresso, como a Bacia de Campos.

Preservando estas áreas, estamos assegurando uma resposta aos investimentos em que estimulamos a nossa estatal a continuar a exercer com toda sua capacidade operacional novos projetos que impliquem no aumento da exploração e demais atividades relacionadas ao petróleo e ao gás natural.

Além disso, qualquer outra empresa que venha a se instalar, por exemplo, em áreas de produção de petróleo no mar, certamente que entrará em desvantagens em comparação com a Petrobras que dispõe neste setor da mais avançada tecnologia do mundo.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 10-PLEN

Dê-se ao Parágrafo único do art. 23 a seguinte redação:

"Art. 23.

Parágrafo único. A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão, excetuando-se o da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, cujas atividades continuarão a ser exercidas pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras."

Justificação

Neste caso, o da Bacia de Campos, seria contraproducente para o Brasil entregar uma área a outra empresa ou empresas que nada tenham investido, como fez a Petrobras que aplicou, na referida área, desde a década de 70, recursos da ordem de 20 bilhões de dólares.

Além disso, nenhuma outra empresa que viesse a se instalar na Bacia de Campos terá os avanços tecnológicos obtidos pela Petrobras ao longo de suas atividades praticadas na exploração de petróleo extraído do fundo do mar.

Por outro lado, investimentos de riscos nesta área nenhuma outra empresa fará, uma vez que a mesma está totalmente mapeada e explorada pela Petrobras.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 11-PLEN

Dê ao **caput** do artigo 24 a seguinte redação:

"Art. 24. Os contratos de concessão deverão prever duas fases independentes em termos contratuais: a de exploração e a de produção."

Justificação

O artigo 24 do projeto em questão definem que os contratos deverão prever as fases de exploração e produção que serão contratadas conjuntamente.

A independência destas duas fases em termos contratuais, permite o aumento dos investimentos em pesquisa, na medida que aumentam o espectro de empresas que podem participar da exploração, mas não tem estrutura suficiente para proceder as fases de desenvolvimento e produção. A consequência natural deste procedimento é seguramente o aumento dos níveis das reservas de petróleo e gás natural.

Consoante com a análise desenvolvida, estamos apresentando a alternativa para que os contratos de concessão sejam independentes para as fases de exploração e produção, suprimindo desse modo os dispositivos que definem as obrigações do concessionário, com base no princípio da concessão vertical.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**, (PT-SE), Líder do Bloco de Oposição

EMENDA Nº 12-PLEN

Altere-se o art. 26, dando-lhe a seguinte redação:

"Art. 26. A concessão implica, para o contratado, a obrigação de explorar, por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo e gás natural, devendo o contrato de concessão definir as participações legais da União, bem como os encargos relativos ao pagamento de tributos."

Justificação

Ao contrário do art. 176 da Constituição Federal, que trata dos demais recursos minerais do subsolo brasileiro, o art. 177 não transfere ao concessionário a propriedade sobre o petróleo e gás natural extraído do subsolo.

De maneira enfática, o texto constitucional determina:

"Art. 177. Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos:

.....
§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer."

É bastante claro o mandamento constitucional. Apenas a realização das atividades poderá ser contratada com empresas estatais ou privadas. Não há no texto do art. 177 qualquer referência à transferência da propriedade do petróleo e do gás natural após extraídos como ocorre com os demais bens minerais do subsolo.

O art. 176 é uma regra geral, aplicável a todos os minérios. Diferentemente, o art. 177 é uma regra específica, valendo apenas para o petróleo e gás natural.

Esta emenda busca, portanto, restabelecer o princípio do monopólio constitucional da União, ausente do projeto originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 13-PLEN

Suprima-se no art. 26 a seguinte expressão:

"Conferindo-lhe a propriedade desses bens, após extraídos."

Justificação

Este artigo na prática quebra o monopólio da União em relação ao petróleo (Art. 177, inciso I) que estabelece **in verbis**:

"Art. 177. Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;"

Portanto, justifica-se a supressão proposta, permanecendo o artigo com a redação restante que não compromete o dispositivo constitucional acima mencionado.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 14 – PLEN

Suprima-se o art. 29 – transferência de concessão.

Justificação

Este dispositivo fere o art. 175 da Constituição Federal, uma vez que somente através de licitação pública é permitida a transferência de serviços públicos. No caso em tela, transferir, por exemplo, contratos de áreas de atuação da Petrobrás mediante "prévia e expressa autorização da ANP", não atenua a inconstitucionalidade e a ilegalidade da proposta. Além disso, a Petrobrás poderá ser forçada a sair de uma área onde vem investindo para dar lugar a uma outra empresa que nada investiu e ainda assim passa a exercer o comando da atividade exploratória sem se submeter ao processo de licitação.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 15 – PLEN

Suprima-se o art. 29.

Justificação

A transferência de contratos de concessão somente pode ser feita mediante nova licitação, conforme disposição constitucional, contida no artigo 175 da Carta Magna.

A presente emenda, ao propor a sugestão deste artigo do projeto, procura evitar que se dê ao futuro órgão regulador das atividades petrolíferas, autoridade para a qual não está constitucionalmente investido.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra**

EMENDA Nº 16 – PLEN

Dê-se ao artigo 29 a seguinte redação:

"Art. 29. É permitida, mediante licitação, a transferência de contrato de concessão que tenha sido ganho por empresa privada para exercer atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural."

Justificação

Este dispositivo fere o art. 175 da Constituição Federal, uma vez que somente através de licitação pública é permitida a transferência de serviços públicos. No caso em tela, transferir, por exemplo, contratos de áreas de atuação da Petrobrás mediante "prévia e expressa autorização da ANP", não atenua a inconstitucionalidade e a ilegalidade da proposta. Além disso, a Petrobrás poderá ser forçada a sair de uma área onde vem investindo para dar lugar a uma outra empresa que nada investiu e ainda assim pas-

sa a exercer o comando da atividade exploratória sem se submeter ao processo de licitação.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 17 – PLEN

Altere-se o inciso X do art. 43, dando-lhe a seguinte redação.

"Art. 43.

X – As regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem."

Justificação

O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados para este inciso prevê a arbitragem internacional para solução de controvérsias.

O próprio texto do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados define no seu art. 39, inciso IV que as empresas que vierem a ser detentoras de concessão para a exploração de petróleo e gás natural no Brasil terão de assumir "compromisso de, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país."

Os contratos resultantes das licitações efetuadas pela ANP serão então celebrados entre um órgão da Administração Federal (a ANP) e empresas regidas pelas leis brasileiras, legalmente instaladas no Brasil. Neste contexto, torna-se inoportuno estabelecer que haverá um árbitro estrangeiro para solucionar questões entre um agente governamental brasileiro e empresas brasileiras ou entre duas ou mais empresas brasileiras.

Em termos práticos, é impensável que, numa controvérsia entre empresas francesas ou entre estas e o governo francês, venha a ser requerido um árbitro brasileiro. Os problemas internos de uma nação são sempre resolvidos **interna corporis**". Este é um princípio universalmente aceito entre povos civilizados e nações soberanas. Qualquer coisa diferente disto seria uma intervenção intolerável.

Esta emenda procura recuperar o princípio da autonomia decisória das instituições nacionais na gestão dos interesses da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 18-PLEN

Suprima-se a expressão "internacional" do inciso x do art. 43.

Justificação

Submeter à arbitragem internacional a solução de controvérsias de interesse exclusivamente nacional, resulta em abrir mão de importante instrumento de defesa dos interesses de empresas e do Estado brasileiro.

A prática internacional não autoriza a aplicação do modelo proposto no projeto, visto que a maioria dos países, ao celebrar contratos com empresas estrangeiras para a prestação de serviços no seu território, prestigia a autoridade nacional, ao estabelecer que o foro para solução de controvérsias é do país contratante.

A Petrobras, ao celebrar contratos no exterior, aceita e reconhece a legitimidade do foro desses países nessas situações.

Além disso, é o próprio projeto em exame quem determina que apenas empresas estabelecidas de acordo com as leis brasileiras, com sede em nosso País, poderão assinar contratos com a ANP.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. — **José Eduardo Dutra.**

EMENDA Nº 19-PLEN

Inclua-se no art. 54 o seguinte parágrafo único:

"Art. 54.

Parágrafo único. A transferência de titularidade a que se refere o **caput** do presente artigo não se aplica à Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, conforme o disposto no § 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.481.

Justificação

O art. 54 permite, que uma refinaria do porte da Replan (Paulinia-SP), com tecnologia de ponta, processando atualmente 340.000 barris de óleo por dia, possa ser privatizada com uma simples autorização da ANP.

Isso contradiz a própria orientação governamental expressa na MP nº 1.481, (modificando a Lei nº 8.031/90) que há mais de 4 anos vem sendo reeditada! Pelo § 3º do art. 2º dessa MP a Petrobras e também todos os seus ativos, não podem ser incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. — Senador **Lúcio Alcântara.**

EMENDA Nº 20-PLEN

Inclua-se parágrafo único no art. 54 do projeto, com a redação a seguir:

"Art. 54.

Parágrafo único. A transparência de titularidade a que se refere este artigo não será aplicada no caso da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras."

Justificação

Este artigo autoriza a Petrobras a transferir para terceiros a propriedade sobre importantes ativos, como suas refinarias, por exemplo, o que, na verdade, significaria a privatização da empresa, sem avaliações, sem eleições, ao arrepio da Lei nº 8.031/90, que disciplina o processo de desestatização em nosso País.

Ademais, a Medida Provisória nº 1.481, em seu art. 2º, § 3º, que modifica a Lei nº 8.031/90 e que vem sendo reeditada há mais de quatro anos, veda a inclusão da Petrobras e de todos os seus ativos no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esta emenda busca, portanto, preservar a orientação governamental, incluindo no projeto um parágrafo que exclui a Petrobras da autorização expressa no **caput** do artigo.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. — **José Eduardo Dutra.**

EMENDA Nº 21-PLEN

Inclua-se no art. 56 o seguinte § 2º, renumerando para § 1º o atual parágrafo único:

"Art. 56.

Parágrafo único. A transferência de titularidade a que se refere o parágrafo anterior não se aplica à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras, conforme o disposto no § 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.481.

Justificação

O art. 56 permite que instalações de transporte marítimo e dutoviário da Petrobras, como o Oleoduto São Paulo — Brasília (OSBRA), construído segundo os mais modernos critérios de projeto e responsável pelo abastecimento de importantes mercados como o do interior de São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás e Distrito Federal, possa ser privatizado com uma simples autorização da ANP.

Isso contradiz a orientação governamental, expressa na MP nº 1.481 (modificando a Lei nº 8.031/90) que há mais de 4 anos vem sendo reeditada! Pelo § 3º do art. 2º dessa MP, a Petrobras e todos os seus ativos, como por exemplo seus terminais e dutos, não podem ser incluídos no Programa Nacional de Desestatização.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 22-PLEN

Inclua-se no art. 56 o seguinte parágrafo 2º, renumerando-se para parágrafo 1º seu atual parágrafo único:

"Art. 56

Parágrafo único. A transferência de titularidade a que se refere o § 1º deste artigo será aplicada no caso do Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás."

Justificação

Este artigo autoriza a Petrobras a transferir para terceiros a propriedade sobre importantes ativos de seu patrimônio, como seus dutos, terminais de carga e descarga e embarcações, o que, na verdade, significaria a privatização da empresa sem avaliações, sem leilões, contrariando a Lei nº 8.031/90, que disciplina o processo de desestatização.

Ademais, a Medida Provisória nº 1.481, em seu art. 2º, § 3º, que modifica a Lei nº 8.031/90 e que vem sendo reeditada há mais de quatro anos, proíbe peremptoriamente a inclusão da Petrobras e dos seus ativos no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Esta presente emenda procura, portanto, preservar a orientação governamental, incluindo no projeto um parágrafo excluindo a Petrobras da permissão contida no § 1º do artigo.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra**.

EMENDA Nº 23-PLEN

Dê-se ao artigo 60, a seguinte redação:

"Art. 60. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no artigo 5º poderá receber autorização da ANP para exercer a atividade de importação e exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado.

§ 1º Somente será autorizada a exportação de petróleo e gás natural produzidos em território nacional após o atendimento das necessidades do mercado interno.

§ 2º Na ocorrência da situação prevista no parágrafo anterior, será assegurado às empresas ou consórcio de empresas, mencionados no **caput** deste artigo, que tem por objeto a exportação de petróleo e gás natu-

ral, o direito de comercialização de seus produtos no mercado nacional a preços vigentes no mercado internacional.

§ 3º A importação de derivados de petróleo será autorizada em caráter complementar à produção nacional, sendo responsabilidade da ANP e do Ministério da Indústria e Comércio a iniciativa de medidas necessárias para coibir o abuso do poder econômico e das práticas desleais de comércio."

Justificação

O artigo 60º do projeto dispõe sobre a competência da Agência Nacional de Petróleo para autorizar as importações de petróleo e derivados por empresas regidas pelas leis brasileiras.

É fato que o mercado dispõe de um parque de refino ocioso da ordem de 25% a 30% da produção mundial. O custo de uma refinaria economicamente viável coloca-se em torno de 2 bilhões de dólares. Na hipótese do Brasil não estabelecer limites para as importações, sem sombra de dúvidas não receberemos um tostão de investimentos para a construção de refinarias no país.

Por outro lado, se o nosso país abrir as comportas de maneira indiscriminada para as importações de petróleo, os congressistas que estão votando este projeto serão responsáveis pela indústria do desemprego em nosso país, e estaremos contribuindo para a evasão fiscal, já que os derivados de petróleo não pagam impostos de importação.

Diante deste arrazoado, mantemos a sistemática de autorização para importações de petróleo e derivados pela ANP, desde que limitadas à complementação da capacidade de produção e de refino das unidades instaladas no país.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra** (PT-SE), Líder do Bloco de Oposição.

EMENDA Nº 24-PLEN

Altere-se a redação do art. 61, dando-lhe a seguinte redação:

"Art. 61. a Petróleo brasileiro S.A. – Petrobrás é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas Energia, que tem como objetivo a pesquisa, o desenvolvimento, a lavra, a refinação, a distribuição, a importação, a exportação e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocar-

bonetos fluidos, bem como, quaisquer outras atividades correlatas ou afins."

Justificação

Essa definição contida no PL nº 2.142/96, originário do Poder Executivo, está melhor formulada do que a aprovada pela Câmara dos Deputados.

A diferença reside no fato de o texto aprovado pela Câmara ter excluído a Petrobras das atividades de importação, exportação e distribuição.

Retirar a Petrobras das atividades de comércio exterior representa, na verdade, retirar de seu acionista controlador – a União – um importante instrumento de política econômica. A comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural movimenta, anualmente, recursos da ordem de R\$ 25 bilhões. A ausência de uma empresa estatal desse segmento reduz as alternativas de controle público sobre os fluxos financeiros, com importantes reflexos sobre a balança comercial e nível de reservas cambiais.

Ademais, a Petrobras tem sido nos últimos anos uma das maiores compradoras individuais de petróleo no mercado internacional. Em razão de seu volume de negócios, desfruta de posição privilegiada, sendo capaz de negociar contratos em condições mais vantajosas para o país.

Todas as grandes empresas de petróleo são integradas "do poço ao posto". Sua participação no segmento de distribuição tem um claro objetivo empresarial – o de compensar os riscos das atividades de exploração e produção, notoriamente de risco muito mais elevado.

O atual mercado nacional de distribuição é majoritariamente privado, sendo que 40% desse mercado são controlados por empresas estrangeiras. O equilíbrio e a competição nesse segmento são assegurados pela presença da Petrobras, através de sua subsidiária, a Petrobras Distribuidora S.A. (BR), responsável por 36% do mercado, atuando em todo o território nacional, sendo, freqüentemente, a única empresa do setor presente nos pontos mais longínquos do país, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Retirar a Petrobras das atividades de importação, exportação e distribuição torna-la menos competitiva como empresa, aumentará nossa vulnerabilidade pela redução da capacidade de controle dos movimentos de capitais e inviabilizará a garantia de abastecimento em todo o território nacional.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra.**

EMENDA Nº 25-PLEN

Suprima-se o artigo 63, renumerando-se os demais.

Justificação

O artigo 63 autoriza a Petrobras a constituir subsidiárias, até mesmo em condição minoritária, com empresas nacionais ou estrangeiras para cumprir as atividades de seu objeto social. O disposto neste artigo permite que a Petrobras poderá transferir seus ativos operacionais e a tecnologia acumulada para uma subsidiária que vier a ser criada, que por sua vez poderá repassá-los para qualquer uma das grandes multinacionais do setor que esta subsidiária estiver associada.

Além de inconstitucional, o artigo 63º abriga uma intenção capciosa que contradiz com a garantia de manutenção do controle da Petrobras pela União, expressa de maneira categórica no artigo anterior. Na verdade é um artifício que vias privatiza a Petrobras em parcelas, dependendo de um simples ato administrativo do tecnocrata que estiver no comando de uma das subsidiárias que forem criadas.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**, (PT-SE) – Líder do Bloco de Oposição.

EMENDA Nº 26-PLEN

Suprima-se a seguinte expressão do art. 63:

"ou não"

Justificação

A emenda supressiva tem o objetivo de assegurar à empresa estatal brasileira a sua condição de líder nacional no setor do petróleo, pois caso o artigo original seja aprovado o destino é tornar a Petrobras uma empresa de segunda classe, podendo vir a prejudicar o seu crescimento e provocar a sua privatização.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

EMENDA Nº 27-PLEN

Suprima-se o art. 64, renumerando-se os demais.

Justificação

Sem dúvida trata-se de um expediente flagrantemente inconstitucional, dado que a transferência de ativos operacionais para subsidiárias exige, por força dos incisos XIX e XX do art. 37 da Constituição Federal, a autorização legislativa.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra** – (PT – SE) Líder do Bloco de Oposição.

EMENDA Nº 28-PLEN

Suprima-se o art. 65, renumerando-se os demais.

Justificação

O 65 obriga a Petrobras a constituir subsidiária com atribuições específicas de operar e construir dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo-se assoriar-se, majoritária ou minoritariamente, a outras empresas.

Sob o justificativa de atrair capitais externos para novos investimentos que ampliariam a capacidade de transporte do setor, o relator claramente manifesta a renúncia de uma importante vantagem competitiva para a Petrobras, qual seja o controle do transporte de petróleo bruto e derivados que propiciam elevados lucros no mercado internacional.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**. (PT – SE) Líder do Bloco de Oposição.

EMENDA Nº 29-PLEN

Suprima-se a seguinte expressão do art. 65:

"ou minoritariamente"

Justificação

Esta emenda tem como principal objetivo evitar a privatização da Petrobras.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

EMENDA Nº 30-PLEN

Altere-se o art. 74 e seu parágrafo único, passando-se à seguinte redação:

"Art. 74. A Secretaria do Tesouro Nacional procederá ao levantamento de todos os créditos e débitos recíprocos da União e da Petrobras, abrangendo as diversas contas de obrigações recíprocas e subsídios, inclusive os relativos à denominada Conta Petróleo, Derivados e Alcool, instituída pela Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964 e legislação complementar.

Parágrafo único. Até que se esgote o período de transição, o saldo credor desse encontro de contas deverá ser liquidado pela parte devedora, ficando facultado à União, caso seja a devedora, proceder a sua liqui-

dação pela quitação de tributos federais e vinculados."

Justificação

O projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados estabelece que no encontro de contas entre a União e a Petrobras sejam levados a crédito da União os dividendos que porventura tenham sido pagos a menos pela empresa à sua controladora após o advento da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A). Ocorre que nos exercícios em que essa prática foi utilizada, coube sempre à União, em ato jurídico perfeito, através de seu representante legal, presente às Assembleias de Acionistas da Petrobras, abri mão desse direito, em favor dos investimentos da Companhia.

Por outro lado, permitir que a União quite seus débitos com a Petrobras com títulos, como prevê o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, é injusto com a empresa, de vez que os dispêndios incorridos pela Petrobras e que deram origem à eventual dívida, foram feitos com recursos de seu caixa, impedindo-a de aplicá-los em investimentos produtivos.

Sala das Sessões 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra**

EMENDA Nº 31-PLEN

Dê-se ao art. 75, a seguinte redação:

Art. 75. Na composição da primeira Diretoria da ANP, visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor Geral e dois Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, com mandatos respectivos de três, dois e um ano, e dois Diretores conforme o disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 11.

Justificação

O art. 11 do presente estabelece que os membros da Diretoria da ANP serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos não coincidentes. Entretanto, a pretexto de implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o art. 75 determina que na composição da primeira Diretoria o Diretor Geral e dois Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por intermédio da indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia.

O teor desta disposição final contraria de maneira grosseira o espírito do projeto que submete o processo de composição da ANP à prévia aprova-

ção do Senado Federal. A primeira gestão da ANP constituirá a sua estrutura institucional organizacional e procederá os primeiros atos regulatórios do setor. O argumento da não coincidência de mandatos não serve de maneira alguma para justificar a dispensa ou o adiamento da utilização do crivo do Senado para a composição da primeira Diretoria da ANP. Sendo assim, defendemos que o Senado Federal aprove as indicações do Diretor Geral e de dois Diretores com mandatos "tampões" reduzidos para garantir o sistema da não coincidência de mandatos.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**, (PT – SE) Líder do Bloco de Oposição.

EMENDA Nº 32 – PLEN

Inclua-se onde couber:

"Art. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integram a indústria do petróleo, fica a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, as quais só poderão associar-se a outras empresas majoritariamente.

Parágrafo único. A Petrobras e suas subsidiárias poderão associar-se, no exterior, majoritariamente ou minoritariamente a outras empresas."

Justificação

Esta emenda visa garantir a permanência da Petrobras como empresa estatal, pois permitir-se a sua associação no Brasil, mesmo através de subsidiárias, que não seja forma majoritária, abriria no futuro por certo uma porta para a venda da Petrobras, como aconteceu com a Vale do Rio Doce.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

EMENDA Nº 33 – PLEN

Inclua-se onde couber:

"Art. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integram a indústria do petróleo, fica a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, as quais só poderão associar-se a outras empresas majoritariamente."

Justificação

Esta emenda visa garantir a permanência da Petrobras como empresa estatal, pois permitir-se a sua associação no Brasil, mesmo através de subsi-

diárias, que não seja de forma majoritária, abriria no futuro por certo uma porta para a venda da Petrobras, como aconteceu com a Vale do Rio Doce.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

EMENDA Nº 34-PLEN

Inclua-se, onde couber:

"Art. . A Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS permanecerá explorando, com exclusividade, as áreas onde a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros carburetos fluidos estejam sendo por ela exploradas na data da vigência desta lei."

Justificação

A emenda que ora apresentamos ao PLC nº 6/97 visa garantir regras sobre matéria que consideramos consensual: a permanência da Petrobras nas áreas anteriormente conquistadas, haja vista o compromisso assumido pelo Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, em carta encaminhada ao então Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney. Naquela missiva, referindo-se ao assunto disse o eminente Presidente da República:

"1. a Petrobras não seja passível de privatização;

2. a União não contrate empresas para a pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecida pela Petrobras, áreas essas que, permanecerão, observadas as normas do novo modelo, com a citada companhia estatal;"

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 35-PLEN

Inclua-se no Capítulo VIII artigo com a seguinte redação:

"Art. Somente Será autorizada a exportação de petróleo, seus derivados e gás natural produzidos em território nacional, após o pleno atendimento das necessidades do mercado interno.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, será autorizada a exportação de petróleo produzido em território nacional, desde que tal operação envolva a permuta por outro tipo de petróleo produzido no exterior,

para atendimento das características do parque refinador nacional ou o perfil da demanda do mercado interno."

Justificação

A liberação das exportações de petróleo, seus derivados e gás natural constitui-se em grave ameaça ao suprimento nacional.

As atuais reservas brasileiras de petróleo são suficientes para o abastecimento interno durante os próximos 25 anos, mantidos os atuais níveis de produção. A permissão para exportação, resultará na redução desse prazo, possivelmente com a aceleração da produção por meio de processos de exploração predatória. Isto nos tomará, a médio prazo, dependentes de importações, a preços seguramente mais elevados que os hoje praticados.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 36-PLEN

Inclua-se no Capítulo VIII artigo com a seguinte redação:

"Art. A importação de petróleo, seus derivados e gás natural se dará em caráter complementar à produção nacional, cabendo à Agência Nacional do Petróleo a adoção das medidas necessárias ao efetivo cumprimento do disposto neste artigo."

Justificação

A liberação da importação de petróleo, seus derivados e de gás natural sem o devido controle dará ensejo a danos importantes à indústria nacional.

A importação de petróleo poderá levar ao desestímulo da produção nacional, inibindo a pesquisa, com a conseqüente redução das encomendas de bens e serviços às empresas aqui instaladas. Em paralelo, com a redução da atividade industrial, ocorrerá um agravamento do quadro de desemprego, particularmente nos setores de produção de bens de capital, serviços de engenharia e montagem industrial. Cabe ressaltar que a indústria de petróleo é responsável pela geração de 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos em nosso País.

A importação de derivados, por outro lado, resultaria na transferência para cá da atual ociosidade do parque refinador internacional, estimada pela imprensa especializada em 15%. O atual parque de refino nacional tem atendido a contento a demanda por derivados e encontra-se em plena expansão, devendo atingir até o ano 2000 a capacidade instalada

de 2 milhões de barris por dia. A importação de derivados resultaria na desativação de parte deste parque, com perdas inestimáveis para a Petrobras, aumento do desemprego e mais desequilíbrio na balança comercial.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto e as emendas em turno único. (Pausa)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que pensei duas vezes se iria discutir essa matéria ou não, pois já sabemos o resultado. Foram apresentadas várias emendas nas duas Comissões pela qual a matéria passou, mas, como estamos no Parlamento, faço questão de deixar registrada a minha posição, até porque ela ficará registrada nos Anais da Casa.

Fui informado de que existe uma revista fazendo matéria sobre a TV Senado e de que Senadores da base governista reclamaram que os Senadores da Oposição estão falando demais para aparecer na TV Senado. Deram o exemplo absurdo de que levamos seis horas para votar a Lei das Telecomunicações, como se matéria dessa importância, com 216 artigos, discutida em regime de urgência, por si só não justificasse seis ou mais horas nesta Casa, independente da existência da TV Senado.

Portanto, afirmamos que cabe à minoria, como único instrumento regimental de que dispõe, utilizar o tempo que o Regimento garante expondo nossas posições.

Quando da votação da Lei das Telecomunicações, fizemos questão de registrar a diferença entre a deliberação que o Senado tomaria num aspecto muito semelhante, que é a questão do afastamento dos diretores da agência reguladora. Dizíamos que votaríamos de uma forma na quinta-feira e de outra na terça-feira, o que ocorrerá. Fizemos um destaque para a emenda na quinta-feira passada e a argumentação do Líder do Governo para convencer os Senadores a não modificá-la é que iria ser encaminhado um projeto de lei para corrigir as diferenças. Quer dizer, estamos votando um projeto de lei e a alegação para não ser feita qualquer modificação é

que vamos depois fazer um outro projeto de lei para igualar os tratamentos.

Quanto ao mérito da matéria, primeiramente, queremos registrar que mais uma vez esse projeto – embora eu particularmente registre que ele está melhor, na minha visão, que o das Telecomunicações – também contém alguns dos aspectos que criticamos quanto à discussão da emenda das telecomunicações que diz respeito às prerrogativas do Congresso Nacional.

O projeto cria o Conselho Nacional de Política Energética, mas, logo a seguir, estabelece que a composição e as atribuições do Conselho serão definidas pelo Poder Executivo. Quer dizer, nada impede que nesse Conselho Nacional de Política Energética que vem a ser criado pelo Executivo seja criado um conselho semelhante ao Conselho Monetário Nacional, que é apelidado de Conselho, mas é formado por três Ministros e toma deliberações que deveriam ser atribuídas pelo Congresso Nacional e que poderá também vir a ser desse Conselho Nacional de Política Energética.

Outra crítica que fazemos e que ocorre igualmente na Agência de Energia Elétrica e na Agência de Telecomunicações – que volta para a Agência de Petróleo –, baseia-se na chamada transitoriedade. Durante esse período, caracterizado pela primeira Diretoria da ANP – que era da Anel e que, por sua vez, era da Anatel –, esta não foi submetida à votação no Senado Federal. A alegação sempre era de que existia um período transitório e que o mandato seria menor. Entendemos que a transitoriedade, ao contrário de ser um argumento para dispensar o crivo do Senado, deveria ser aquela em que se reforçaria a necessidade de esses diretores serem submetidos à aprovação desta Casa. Estamos mudando uma cultura e uma realidade anteriores em que a execução, tanto de serviços de telecomunicações, de energia elétrica e de petróleo, era feita diretamente pelo Estado, que agora passa a ser um ente regulatório.

Neste País não temos cultura reguladora. Exatamente por ser um período de transição e a substituição de uma realidade para outra – muito mais complexa – é que havia, ainda mais, a necessidade de essa primeira diretoria ser submetida ao crivo do Senado Federal.

Apresentamos uma emenda na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, estamos a reapresentá-la aqui no Plenário. Não temos ilusões com relação ao

resultado da votação, mas fazemos o que precisa ser feito.

Segundo aspecto: o projeto prevê que a Petrobras deverá fornecer à ANP todas as informações que ela acumulou ao longo desse período de monopólio do petróleo. E aí, mais uma vez, queremos estabelecer o que são informações e dados físicos, que são aqueles relacionados ao fato de a Petrobras ser a única executora do monopólio do petróleo durante muitos anos. Então os dados de perfuração dos poços, dos perfis elétricos, dos perfis físicos naturalmente serão cedidos à ANP. Agora, existem os dados interpretativos, que são os que foram acumulados não pelo fato de a Petrobras ser a única operadora do monopólio, mas pela competência e pelo trabalho dos técnicos da Petrobras. Alguns desses dados, inclusive, como acontece em todos os países do mundo, obrigatoriamente teriam de ser protegidos pela Lei de Patentes, que foi aprovada recentemente nesta Casa. No entanto, o projeto prevê que todos esses dados, tanto os físicos como os que são resultados de interpretações, têm de ser entregues à ANP, sendo que esta vai pagar apenas por aqueles que vierem a ser utilizados.

Também fizemos uma emenda nessa direção, separando os dados físicos dos interpretativos. Sabemos o resultado que ela terá, mas reafirmamos a importância de um assunto para se tratar principalmente em uma empresa como a Petrobras. Reafirmamos que essa emenda tem a ver com a realidade da política do petróleo em nível internacional.

Apresentamos outra emenda que procura resgatar aquilo que estava na carta do Presidente da República encaminhada ao Senador Ronaldo Cunha Lima. Todos estamos lembrados que o Senador Ronaldo Cunha Lima tinha a intenção de modificar o Parecer que veio da Câmara. S. Ex^a mudou de idéia em razão de uma carta-compromisso que o Presidente da República encaminhou a ele. Um dos pontos dessa carta-compromisso não foi cumprido, o da lei complementar, porque estamos votando uma lei ordinária.

Outro ponto importante refere-se à Bacia de Campos, que já foi amplamente explorada pela Petrobras. Os investimentos de perfuração, de exploração e, muitas vezes, de desenvolvimento já foram feitos pela Petrobras. Se toda a argumentação da flexibilização do monopólio do petróleo é no sentido de atrair capital, atrair investimentos para ampliar as nossas reservas, vamos trazer investimentos para pesquisar na Bacia do Paraná, na Bacia do Amazonas, para pesquisar em outras bacias que não estão

hoje em estágio avançado de exploração como a Bacia de Campos. Não faz sentido abrir para a concessão a Bacia de Campos, que se trata de uma bacia já extremamente trabalhada pela Petrobrás.

É muito fácil extrair petróleo numa área onde a parte de maior risco, mais trabalhosa, que exige mais conhecimento, mais **know-how** já foi desenvolvida pela Petrobras. Se queremos trazer concorrência, repito, se queremos trazer investimentos para viabilizar o aumento das reservas de petróleo é fundamental que mantenhamos a Bacia de Campos como concessão exclusiva da Petrobras.

Outra emenda, que chamei de liberal, na Comissão de Assuntos Econômicos, mas que, infelizmente, não teve o voto nem dos liberais, estabelece um modelo de concessão vertical, abrangendo a parte de exploração e a parte de produção.

Ora, o que acontece no mundo é uma separação na concessão, do ponto de vista do contrato, entre a parte de exploração e a de produção. Por que acontece isso? Porque existe uma gama muito grande de empresas de médio porte com estrutura suficiente para participar da concorrência na parte de exploração, mas sem estrutura para participar da parte de produção. Se separarmos as duas partes no contrato de concessão, significa que um número muito maior de empresas poderá participar da fase de exploração, o que vai contribuir para aumentar as nossas reservas.

Ora, todo o discurso do Governo, tanto em relação a essa matéria quanto em outras, não é o discurso de aumentar a competição para garantir um aporte maior de recursos e o aumento de nossas reservas? Então, por que não separar esse contrato em duas partes, de modo a que várias empresas nacionais de médio porte possam participar da concorrência, no que diz respeito à exploração, mas que na prática estarão alijadas, caso o contrato inclua também a parte de produção?

Sem dúvida alguma, como é do conhecimento de todos aqueles que militam na indústria petrolífera, a parte de produção exige uma estrutura muito maior por parte da empresa que vier a concorrer. No entanto, mesmo essa emenda liberal não foi acolhida pelos nossos liberais da Comissão de Assuntos Econômicos.

Atendendo à campanha, vou concluir, Sr. Presidente, mas quero levantar apenas um outro aspecto, referente aos arts. 63, 64 e 65: o projeto estabelece que a Petrobras é mantida sob controle estatal – esse era um dos compromissos do Presidente da República. Mas esse projeto pretende dar com uma

mão e retirar com a outra, porque há artigo que diz que a Petrobrás continua mantida como estatal, há outros que falam que a Petrobras pode vender seus ativos e há ainda os que dizem que a Petrobras pode criar subsidiária, inclusive em caráter minoritário.

Corremos, assim, o risco de que a Petrobras, no futuro, transforme-se apenas no Edisi – o edifício sede no Rio de Janeiro. Como já disse o próprio Roberto Campos, a Petrobras poderá vir a se transformar numa **holding** de papel.

Estamos fazendo um processo de privatização pior que o atual, por não haver licitação, leilão ou avaliação. Trata-se de um processo de privatização em que se come pelas beiradinhas que nem mingau. Isso pode acontecer – não estamos dizendo que vai acontecer -, uma vez que essa lei o permite, caso se tenha um Presidente da República com uma visão diferente da que tinha no ano passado ou se o atual Presidente da República venha também nesse aspecto, como já em diversos outros, mudar de opinião em relação a esse assunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentamos outras emendas, e, em função de o tempo não permitir que façamos referência a elas, vamos pedir destaque de algumas – não de todas, mas pelo menos de umas quatro, as principais.

Encaminho, pois, o voto contrário ao projeto no seu todo, até por não ter nenhuma expectativa de que essas emendas sejam aprovadas; se o fossem, possivelmente votaríamos a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Sr. Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votei contra a emenda constitucional que mudou a atual Carta para alterar a política do petróleo e a condição de seus órgãos. Esperava, entretanto – segundo compromisso que se tornou público, do Presidente da República, que a Petrobrás seria resguardada como órgão do monopólio -, que, na lei a sobrevir, essa condição fosse efetivamente respeitada.

Perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ofereci cinco emendas. Como acontece comumente nos projetos originários do Governo, todas foram recusadas. Como ocorreu com a de Telecomunicações, também não as renovei neste Plenário, dentro daquele fundamento de que já não estou em idade de atitudes inúteis.

A impressão que tenho e que todos têm é de que as emendas renovadas serão sumariamente recusadas. Basta que se atente em que o parecer da Comissão de Infra-Estrutura, ao invés de ter sido lá apreciado e discutido, foi apresentado neste Plenário, mostrando que a importância do assunto não foi suficiente para que se desse o devido tempo a seu exame.

Não repetindo as emendas, quero assinalar que argüi a inconstitucionalidade de várias das disposições do Projeto. Como a matéria vai prosseguir e não renovei a discussão, vou limitar-me, até pela estreiteza do tempo, a apontar algumas coisas que me parecem surpreendentes.

Diz-se – e ainda há pouco o fez o nobre Relator da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – que está resguardado o monopólio da Petrobras. Ora, Sr. Presidente, o art. 26 deste projeto diz assim:

"A concessão implica para o concessionário a obrigação de explorar por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo ou gás natural em determinado bloco, conferindo-lhe a propriedade desses bens após extraídos, com os encargos relativos ao pagamento dos tributos incidentes e das participações legais ou contratuais correspondentes."

Quer dizer, a União, por meio da Petrobras, só é titular do bem até a hora em que o concessionário produzir. Ocorrendo a produção, tudo passa para o concessionário. É, portanto, uma ilusão a arguição de que está mantido o monopólio para a Petrobras.

Por outro lado, o projeto declara no art. 22:

"O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP sua coleta, manutenção e administração."

Mas não é tudo. O bom mesmo do projeto está no § 1º.

§ 1º – A Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobrás, transferirá para a ANP as informações e dados de que dispuser sobre as bacias sedimentares brasileiras, assim como as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade do exercício do monopólio até a publicação desta lei."

Quer dizer, tudo o que a Petrobrás levantou, pesquisou, obteve, reuniu – pouco importa o valor – tem que ser transferido para a ANP gratuitamente. Onde está a garantia do monopólio tão enfaticamente prometida?

Não tenho assim, Sr. Presidente, por que me demorar na tribuna. Não atormentarei a sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª é motivo de muita satisfação para o Plenário e, em particular, para mim.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Ocupo a tribuna apenas para ressalva de consciência.

Declarei nesta Casa, antes que se iniciasse a discussão das reformas constitucionais, que estava seguramente informado de que o Senado seria órgão de registro das decisões da Câmara. Impugnaram-me, protestaram, muitos alegaram que tal não ocorreria a não ser por culpa do Senado. Até aqui o Senado não pôs uma vírgula nas emendas constitucionais apresentadas pelo atual Governo. Vamos, provavelmente, fazer algumas modificações no projeto da Previdência, não por nossa força, mas pela conveniência do Governo. Porque o Governo não obteve na Câmara a votação do seu agrado na reforma da Previdência, essa vai ser aqui modificada. Não é, portanto, o prestígio do Senado; é a conveniência do Poder Executivo.

Deixo aqui a minha ressalva. Esperei que pudesse dar alguma contribuição não ponderável, modesta, mas sincera, à melhoria do projeto. Esperei que pudesse rever o que fere a Constituição. Não o consegui. Fica a minha ressalva. É, pelo menos, a tranquilidade do dever cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em defesa do Senado, tenho a dizer a V. Exª e à Casa que o Senado está produzindo muito na atual legislatura e, em particular, nesta convocação extraordinária. V. Exª, acompanhando o trabalho desta Casa, há de fazer justiça ao Senado e aos Senadores. Conseqüentemente, ao final desta sessão legislativa terei o prazer de dizer que os Srs. Senadores podem se orgulhar do Senado a que pertencem, e o Brasil, do Senado que tem.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Já que V. Exª deu uma explicação em função do que eu disse, permita V. Exª que esclareça que não atingi a quantidade dos trabalhos do Senado. Estou me referindo à qualidade de determinadas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A qualidade do Senado não é dita por V. Exª; é dita pelo povo brasileiro.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, vem hoje ao plenário projeto de lei que visa a regulamentar a emenda constitucional que flexibilizou o monopólio do petróleo.

Por ocasião do exame da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, tive oportunidade de apresentar algumas emendas, infelizmente não acolhidas e de parecer contrário do nobre Senador José Fogaça, aprovado pelo Plenário da Comissão.

Gostaria de dizer que minha preocupação é no sentido de aprimorar o projeto – pelo menos na minha visão – e ative-me a alguns pontos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, tento alterar a redação do art. 22, §§ 1º e 2º, para preservar o futuro da Petrobrás e respeitar a Lei das Sociedades Anônimas e a Lei das Patentes.

O nobre Senador José Fogaça, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando deu parecer contrário, alegou que a Petrobrás é da União, é do Governo Federal. Mas o é em termos: a União é controladora, acionista majoritária, mas há acionistas minoritários. Nós, que votamos aqui a Lei das Patentes, que representa grande esforço do Brasil no sentido de se modernizar, se inserir na economia internacional, não podemos desconhecer que essa lei existe, e que amanhã esses direitos poderão ser respeitados, afetando acionistas minoritários, que irão ingressar na Justiça para fazer valer os seus direitos naquilo que foi produção intelectual e que demandou grande esforço de pesquisa, padronização de técnicas e tecnologia por parte da Petrobras. Essa é a razão da nossa emenda.

Em segundo lugar, uma emenda que altera o art. 26, para distinguir os bens minerais, como distingue a Constituição, no art. 177, ao tratar diferentemente o petróleo como monopólio da União.

Sempre ouvimos aqui, em todas as discussões, que não se estava quebrando o monopólio da União, que a União continuava com o monopólio sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos. Então, oferecemos uma redação ao art. 26 de acordo com a qual o contratado teria a obrigação de explorar por sua conta e risco e, em caso êxito, produzir petróleo e gás natural, devendo o contrato de concessão definir as participações legais da União, bem como os encargos relativos ao pagamento de tributos. Ou seja,

o petróleo continuaria da União, como a Constituição estabelece em seu art. 177.

Em seguida, o art. 43. Ora, não entendemos como todas as regras que devam solucionar controvérsias relacionadas com o contrato e sua execução – inclusive conciliação e arbitragem – tenham foro internacional. Isso nos parece descabido. Voltando ao parecer do Senador José Fogaça, na ocasião em que ofereceu parecer contrário a minha emenda, dizia S. Ex^a que as empresas que viessem a concorrer a uma concessão desse tipo seriam empresas estrangeiras; então, teriam direito a um foro internacional. Ocorre que, se vencerem a concessão, transformar-se-ão em empresas nacionais já com o conceito modificado, de empresa nacional, como fizemos na emenda que alterou a Constituição. Como entender que são empresas nacionais, se o foro continua no exterior? Parece-nos, também, que é uma demasia, porque, se se tratasse de empresa estrangeira, ainda se poderia, de alguma maneira, justificar.

Por fim, a questão da transferência da titularidade. Há um compromisso expresso do Presidente da República no sentido de não privatizar a Petrobras. Por outro lado, a Medida Provisória nº 1.481, suficientemente reeditada, veda completamente essa privatização. Se admitirmos a transferência de titularidade a que se refere o parágrafo anterior do art. 56, o que pode acontecer é que a Petrobrás alienará, de acordo com seu interesse, refinarias e outras plantas industriais e poderá se transformar rapidamente naquilo que o próprio Deputado Roberto Campos já chamou, uma **holding** de papéis. Quer dizer, ela será uma **holding** de papéis sem nenhuma planta industrial, porque ela poderá transferir essa titularidade.

Nessa ocasião, em uma discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Fogaça censurou o fato de eu ter apresentado uma emenda fazendo citação em um projeto de lei a uma medida provisória. E dei razão a S. Ex^a, porque achei que era uma deficiência técnico-legislativa. Depois, percebi que eu estava muito bem amparado pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, em seu art. 72 – sobre o que integra o Fundo Social de Emergência – item II:

"A parcela do produto de arrecadação do imposto sobre propriedade rural, do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários decorrentes das

alterações produzidas pela Medida Provisória nº 419 (...)."

Portanto, se laborei equívoco, o fiz espelhado na Constituição e na Emenda Constitucional de Revisão nº 01 de 1994.

Em todo caso, quero atentar muito mais para o mérito, visto que as minhas propostas são no sentido de aprimorar o texto. Acredito que o Brasil tem realmente que se modernizar, que se adaptar às transformações que estão ocorrendo no mundo todo, na economia, nas relações entre países; mas, creio que é oportuno submeter essas propostas ao debate a fim de que elas, se aceitas, possam contribuir, de alguma forma, para aprimorar o Projeto de Lei ora em apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES

(BLOCO/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, começo esta minha fala revivendo um episódio acontecido no âmbito do Senado quando da deliberação sobre a emenda da quebra do monopólio da Petrobrás.

Naquela ocasião, algumas emendas foram apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, também, no plenário, preservando a privatização da Petrobrase garantindo que a empresa continuaria atuando nas mesmas áreas em que estava explorando o petróleo.

O assunto sensibilizou de tal modo esta Casa que o então Relator daquela Proposta de Emenda à Constituição, Senador Ronaldo Cunha Lima, e o Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, participaram de audiência com Sua Excelência o Presidente da República, em nome do PMDB, que insistia na preservação dos direitos da Petrobras.S. Ex^{as} foram ao Senhor Presidente da República manifestar a preocupação do Senado com a possível quebra desse direito.

Relator e Líder do PMDB conseguiram fazer chegar às mãos do Senador José Sarney, então Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, uma carta do Presidente da República que, para mim, não representa apenas um documento histórico mas um compromisso com o Senado Federal, o compromisso de um homem público, da mais alta autoridade executiva deste País. O Presidente Fernando Cardoso assumiu, peremptoriamente, um compromisso que se resume no seguinte: a Petro-

bras não será passível de privatização; a União não contratará empresas para pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecida pela Petrobras, áreas essas que permanecerão, observadas as normas do novo modelo, com a citada companhia estatal.

O Presidente da República foi muito claro: não só os Senadores da oposição como os do Governo acreditaram que isso era um assunto superado e nele não sealaria mais nem de longe; não se desconfiava, nem lá por detrás da serra, que a Petrobrás, de forma transversa ou indireta, pudesse ser objeto de uma privatização não consentida pelo Congresso Nacional, disfarçada, imposta numa lei que estamos votando hoje à tarde.

Sr. Presidente, não vou acusar o Presidente da República porque nessas horas pode até estar faltando a Sua Excelência um assessor para adverti-lo, apesar de eu acreditar que o Presidente Fernando Henrique sendo um intelectual, um sociólogo, um homem da maior sabedoria política e cultural, que cita obras de autores do mundo inteiro, fala diversos idiomas, jamais se esquecerá dessa carta.

Sr. Presidente, confio que o Senado Federal, procurando até preservar o seu próprio nome – uma vez que foi um compromisso público que assumimos com o Presidente, e que este assumiu conosco – apresente as emendas necessárias para que nada disso venha a acontecer e que esta carta do Presidente da República não perca o valor, que para mim, tem muito, e jamais para o sebo, o lixo do esquecimento.

Sr. Presidente, se atentarmos para o que dispõe o art. nº 23 e outros tantos artigos desse malfadado projeto, ao qual foram apresentadas, somente na Câmara, 260 emendas, e, aqui, entre destaques e emendas, mais de 120 proposições, verificaremos que o Presidente do Senado tem razão: esta Casa está trabalhando e cumprindo seu papel.

O que está acontecendo? Vamos colocar a Petrobras em perigo, vamos colocar a Petrobras ao deus-dará. A empresa não terá condições, pelo aperto e pela pressão exercidos sobre ela, de sobreviver. Ou ela quebra, ou vendem; ou vendem, ou quebra. É o que vai acontecer à Petrobrás.

A quem interessa, Sr. Presidente, a destruição da Petrobras? Será aos países que já têm as suas reservas praticamente consumidas, como os Estados Unidos, que, daqui a dez anos, não terão mais petróleo? Será ao Japão, o nosso querido e amigo Japão, que só produz nove mil barris dos 5 milhões

que consome? Será o Canadá? Será a Inglaterra? Será a Alemanha, que produz pouco petróleo?

Sr. Presidente, a meu ver, estamos cumprindo com nosso dever. Não vou me referir a todas as emendas que foram apresentadas por nossos colegas; todavia, que tem emenda, tem; que tem jeito, tem; que devemos defender, a qualquer custo, o nome do Senado, devemos; e devemos – e sou oposição – também procurar preservar a figura presidencial, seja a de Fernando Henrique Cardoso, seja a de qualquer outro que ocupe o lugar, pois é uma autoridade deste País.

Sr. Presidente, da forma como está posto esse projeto, com todos os argumentos do Senador José Dutra, os quais assino embaixo, com os argumentos dos Senadores Josaphat Marinho e Lúcio Alcântara – dois Senadores pertencentes à base de sustentação do Governo –, está demonstrada a preocupação de S. Ex^{as} e de muitos outros com essa possibilidade de a Petrobras ficar tão "fraquinha", tão sem jeito de continuar, que a solução será vendê-la, porque, do contrário, ela quebraria.

O Presidente da República assumiu o compromisso de que nenhuma empresa entraria na área em que estivesse atuando a Petrobras. Aliás, apresentamos uma emenda preservando esse direito. Ocorre, Sr. Presidente, que o art. 23 estabelece que pode haver interferência de outras empresas nas áreas de atuação da Petrobras, como, por exemplo, na Bacia de Campos, onde a Petrobras já investiu mais de 20 bilhões de reais. De repente, o Governo pode fazer uma licitação e entregar à iniciativa privada essa área, que foi explorada com tanto esforço, com tanta capacidade e tanta competência pela Petrobras.

As emendas estão aqui, Sr. Presidente, não só as minhas, que somam quatorze, como também as de outros colegas que têm objetivos semelhantes.

É meu dever chamar a atenção do Congresso Nacional para isso, porque temos uma empresa viável, que provou por a+b sua competência para fazer exploração nos lugares mais difíceis, que são as áreas profundas de produção petrolífera, rivalizando-se até com a Inglaterra, com os Estados Unidos e com tantos outros países adiantados. A Petrobras avançou muito na tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, e o Brasil é hoje o primeiro país do mundo nessa atividade.

Por que, então, destruir um patrimônio material como esse, vendendo a Petrobras, como já fizeram com a Companhia Vale do Rio Doce?

Este é meu último argumento nesta fala, Sr. Presidente: será que o Governo, por não ter encon-

trado uma fórmula mágica, mais consentânea ou mais consensual de vender a Petrobras, está fazendo isso de forma subliminar? O Governo lançou as ações da Vale do Rio Doce no mercado e enfrentou uma luta titânica para vendê-las. Ele quase foi derrotado nos tribunais, aliás, perdeu em algumas ações. Quase não aconteceu a venda da Vale do Rio Doce.

Logicamente, a Petrobras é uma empresa emblemática, é um ícone da história econômica deste País, é o termômetro do nacionalismo pátrio. Por isso, como aconteceu todas as vezes em que se discutiu o monopólio do petróleo, certamente o anúncio de sua venda despertaria no País uma movimentação talvez maior do que a que ocorreu no caso da Vale do Rio Doce.

Então, de forma sábia, inteligente, "arrodeando lá por detrás da serra", como dizemos no Estado de Sergipe, de forma subliminar, o Governo, mediante projeto da Câmara e dele, que recebeu parecer no Senado Federal, resolveu – o que faria mais cedo ou mais tarde, seria mais uma questão de tempo – entregar a Petrobras.

Temos o dever de salvá-la e a obrigação de preservá-la, não porque aquele nacionalismo passado deva voltar a qualquer custo. Sabemos que o mundo evoluiu, que as empresas se modernizaram, mas a Petrobras acompanhou essa modernização. Tanto do ponto de vista tecnológico como do administrativo, a Petrobras é um exemplo marcante de competência, e isso deve ser reconhecido, com efusão, no Senado. Fala-se, aqui, nas excelências do projeto e do parecer do Relator, mas não se fala no alvo principal da adoção desse projeto. Não se fala nos serviços que a Petrobras vem prestando ao País. Com o afastamento da Petrobras do mercado, muitos projetos sociais serão abandonados, como aconteceu após a privatização da Vale do Rio Doce. No meu Estado, Sergipe, todos os planos e projeto sociais já foram enterrados. Não se fala mais em projetos da área social que tenham a participação da Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, que interesse teria uma empresa privada, que vem do estrangeiro para cá, em procurar petróleo? Ela quer os dados e as informações, enfim, o acervo que a Petrobras detém, que estão embutidos neste projeto. O acervo da Petrobras tem de ser entregue.

Assuntos que deveriam ser tratados de forma estratégica, aqui, são discutidos como simples projetos que vêm para o Senado e para a Câmara dos Deputados. Os países industrializados consideram o assunto petróleo como tema de segurança nacional

e estratégico, porque o petróleo, ao lado do carvão, é que movimento o mundo.

Sr. Presidente, entendo que realmente o Senado Federal cumpre com o seu papel. Os Senadores apresentaram as proposições e cabe à maioria decidir. Não vamos recriminá-la se não decidir a nosso favor, mas a nossa obrigação é alertá-la para o crime que poderá ser cometido contra a Petrobras.

Outros projetos vieram a esta Casa e já voltaram para a Câmara dos Deputados em face do recebimento de emendas, como aconteceu com o Projeto da Previdência, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Apresentei algumas emendas, algumas aceitas pelo nobre Relator, e o projeto virá a este plenário e, depois, voltará para a Câmara.

Que mistério é esse? Quando se trata de projeto, cujo retorno à Câmara é de interesse do Governo, as emendas podem ser aprovadas, mas quando se trata de projeto cuja celeridade interessa ao Governo e não há interesse em que volte para a Câmara, esse projeto sai do Senado e não volta nem de baixo de tapa; tem de ir para o Executivo de qualquer forma para ser sancionado, impondo a vontade do Governo.

Ora, essas palavras não significam nenhuma ofensa aos colegas porque, desde que assumiu a Presidência desta Casa o Presidente José Sarney e, depois, o Senador Antonio Carlos Magalhães – eu estou aqui desde 1995 e posso afiançar –, esta Casa tem trabalhado, tem dado uma resposta positiva a seus eleitores.

Portanto, este é o momento de transformarmos o discurso em realidade e que a prática não seja apenas dar a palavra e esquecer, escrever um documento e esquecê-lo, porque o povo anota e a História não perdoa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (BLOCO/PT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não ocuparei mais do que dois minutos do tempo precioso de V. Ex^{as}.

Quando, em uma carta enviada ao Presidente José Sarney, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assegurava que a Petrobras não seria privatizada e que os espaços em que ela atuava seriam preservados, eu, que não havia esquecido ainda que o Presidente da República nos aconselhara a esquecermos tudo o que havia dito, obviamente não podia

acreditar que sua promessa seria inesquecível. Sua Excelência já a esqueceu também. É óbvio.

Quero lembrar apenas o seguinte: na página 10 da **Gazeta Mercantil** do dia 19 de junho, quando o repórter que o entrevistava lhe perguntou de onde viria tanto dinheiro para custear os 42 projetos que compõem o Brasil em Ação, ou seja, o projeto que alavancará o Real II e, com ele, Sua Excelência à Presidência da República, o Presidente Fernando Henrique Cardoso respondeu: "Dinheiro não vai faltar. O senhor deve se lembrar de que o petróleo pertence à União, e petróleo é dinheiro." Portanto, aquele que havia prometido a incolumidade da atividade da Petrobrase dos jazimentos de petróleo que essa empresa havia prospectado e nos quais estava atuando, agora afirma que a União vai vender, sim, o petróleo cubado no Brasil.

Hebert Levy, antigo udenista, insuspeito, já escreveu vários artigos em que tenta alertar os políticos e o Brasil de que o petróleo cubado vai ser objeto de venda por parte do Governo Federal. O petróleo pertence à União, petróleo é dinheiro! Assim, a Petrobrasserá a única empresa de petróleo no mundo a não ter petróleo para explorar, porque petróleo é dinheiro, e o petróleo será vendido. Palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso; palavras que contradizem frontalmente as suas promessas anteriores, em um processo estranho em que, ao invés de figurar na nossa Lei Maior essas diretrizes, aceitamos uma reforma epistolar da Constituição, pela primeira vez na história do mundo. E acreditamos nela.

É o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, à página 10 da **Gazeta Mercantil** do dia 19 de junho, quem afirma que o petróleo pertence à União e que ele será vendido. Petróleo é dinheiro!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este instante nos convida a uma reflexão sobre o Brasil e nos oferece instrumentos para examinar a conjuntura mundial. Temos obrigação de, com muito esmero e cuidados de cuidados, criar perspectivas para desabrochar o desenvolvimento que nossas riquezas naturais prometem.

Examinaremos hoje o PL 06/97, que dispõe sobre a nova política nacional de exploração de petróleo. Nesta Casa, tivemos a honra de relatar a proposta de emenda à Constituição que alterou a Carta Magna para permitir, por intermédio dessa nova

mentalidade econômica, o ingresso da atividade privada nesse ramo econômico.

Para elaborar o parecer, fizemos questão de ouvir opiniões de todos os segmentos interessados na atividade petróleo. Com efeito, foram interessantes as ponderações dos petroleiros – por suas entidades representativas; do Governo – por seus órgãos e entidades; do empresariado nacional e estrangeiro; e, notadamente, da comunidade científica e intelectual do País. Interessou-nos tanto a discussão da matéria, que, em diversas oportunidades, estivemos em assembleias, fóruns e reuniões onde havia uma discussão acerca da exploração do petróleo.

Foram momentos salustares que nos traziam a história como exemplo à atividade contemporânea. Nunca podemos esquecer os anos 50 e a campanha "O petróleo é nosso", tampouco olvidamos a necessidade de mitigar as atividades do Estado empresário para engajá-lo num compromisso – inclusive de natureza constitucional – de resgate da dívida social. A ausência de uma política social de contornos nítidos, foi e é um grande problema nacional.

Como um recurso natural esgotável e de substituição difícil, o petróleo é uma fonte vital à prosperidade de qualquer país. Com este entendimento, levantamos nossas temeridades relativamente ao futuro. Mostramos a exaustão dos recursos, em óleo, da quase totalidade dos países da comunidade europeia, e, por isso, o interesse das nações daquele continente na exploração de nossos recursos. Mesmo as alternativas energéticas postas em prática não atendiam, com a segurança desejada, a demanda.

Levantamos dados históricos – inclusive com acontecimentos recentes – que mostram o quanto é disputado o acesso ao petróleo. Quantas guerras já foram iniciadas impregnadas de óleo, justificando célebre frase do estadista francês Clemenceau, que dizia: "uma gota de petróleo vale uma gota de sangue".

Por outro lado, surpreendeu-nos a capacidade tecnológica da Petrobras em explorar nosso petróleo em águas submarinas e de buscar respostas à nossa auto-suficiência. Temos pela nossa empresa de petróleo um amor nacional, tanto que dissemos: Petrobras – habilitá-la para a concorrência e não debilitá-la para a sucumbência.

Lembramos nossas reservas estimadas em 10 bilhões de barris, incluindo as provadas, as prováveis e as possíveis, enfatizando que o trabalho da Petrobras indicava um crescimento no fornecimento

que buscava desafogar as importações e, como resultado, minorar o déficit do balanço de pagamentos.

Consentimos com o argumento da necessidade de mais investimentos no setor, desta feita à conta de capitais internacionais de riscos, mas não descartamos a debilitação dos recursos da Petrobras pela influência da política governamental, exageradamente instável.

A cartelização do setor petróleo em todo o mundo é preocupante e não causa menos transtornos que o monopólio estatal, aliás comum nos países que dispõem de reservas que lhe garantam uma maior projeção de futuro.

Assim, ao acatar argumentos favoráveis à abertura do setor à exploração privada, ponderamos pela manutenção da Petrobras, não apenas como mais uma empresa no setor, mas – e principalmente – como uma prova de capacidade do Governo brasileiro de responder a quaisquer eventualidades que a conjuntura econômica internacional venha a encenar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, guardamos dos encontros um certo sentimento de susto pela responsabilidade que, inexoravelmente, a história nos imputaria. Daí é que, em audiência com o Senhor Presidente da República, na companhia do Líder do PMDB nesta Casa, Senador Jader Barbalho, conseguimos a formalização de um compromisso cuja execução se discute neste projeto que agora examinamos.

O compromisso, levado a termo em carta ao então Presidente desta Casa, Senador José Sarney, resumiu-se a três pontos fundamentais: a manutenção da Petrobras como empresa governamental no setor, significando dizer que a mesma não será passível de privatização; a preferência em favor da Petrobras nas concorrências onde as propostas sejam colocadas em igualdade de condições; a manutenção das áreas já em fase de exploração pela empresa. Além desses compromissos, o Presidente respondeu a nossa ponderação no sentido de que a legislação que viesse a regular a nova disposição constitucional tivesse natureza de lei complementar porque refletia o pensamento da maioria absoluta do Congresso Nacional.

Respeitadas vozes do Senado Federal e representações classistas e acadêmicas falam, com razões, acerca do resultado prático do compromisso firmado, ao analisar o projeto em curso.

Construímos, perante a Comissão de Justiça, parecer sobre a viabilidade de uma lei complementar vir a regular disposição constitucional, mesmo que a

Carta Magna não reclame tal **status** normativo à regulação. Assim entendemos em razão da natureza integrativa que tem a legislação complementar para uma compreensão sistêmica da Constituição.

Neste particular, ao constatar que o projeto não nos chegou como lei complementar, cremos que as razões, inclusive de gênese pretoriana, foram mais fortes à formação do juízo legiferante do Presidente da República.

Nos demais aspectos, consideramos mais ou menos ajustadas as nossas pretensões com as disposições do Projeto, sem desprezar algumas considerações levantadas que acendem críticas as suas disposições. Por isso, apresentaremos destaques visando suprimir expressões constantes do art. 65, bem assim para conter o ímpeto ab-rogatório do art. 83, ao tempo em que guardamos coerência com nosso parecer.

No que diz respeito à manutenção da empresa sob controle estatal e com atividades diretas no setor, o art. 62 é expresso, e os cuidados que os analistas demonstram, **data venia**, merecem alguns reparos.

Não há permissão constitucional para que uma empresa pública venha a sair do controle da União sem uma lei específica que assim determine. É de linguagem comum a disposição do inciso XX do art. 37 da Constituição.

Mesmo que se argumente com a possibilidade da aplicação da Lei das Sociedades Anônimas para, na falta de pagamento de dividendos, ocorrer a transformação de ações preferenciais em ordinárias, não consideramos constitucional tal procedimento. É de exigência da Lei Maior uma lei específica em cada caso.

Lógico que a Petrobrasque queremos no governo não deve limitar-se a uma **holding** que somente se exercita no papel. Diferentemente, a Petrobrasque queremos é a Petrobrasfortalecida para defender os interesses nacionais na concorrência.

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon – Eu terminei perdendo-me. V. Ex^a proporá a revogação do art. 65?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Não, estou pedindo destaque para uma expressão constante do art. 65.

O Sr. Pedro Simon – Trata-se da revogação do artigo?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Estou pedindo destaque para uma expressão do art. 65.

O Sr. Pedro Simon – Que expressão?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – A expressão "embarcação".

O Sr. Pedro Simon – O resto fica? Só sai "embarcação"?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – O resto fica.

O fato de a proposta Agência Nacional de Petróleo exercer poderes acima da empresa esperamos que não venha concorrer para debilitá-la. Facilitará uma compreensão mais abrangente, assegura o Governo.

Outras disposições, como as concernentes a possibilidades de criação de subsidiárias – sempre na forma constitucional – ou de transferência de ativos, deverão ser entendidas nos moldes do mercado regido pela nossa Lei Maior.

O art. 42 do projeto sela outra parte do compromisso, notadamente aquele relativo à preferência da Petrobras nos processos licitatórios.

Destarte, Srs. Senadores e Senadoras, apoiaremos o projeto, não despidos de preocupações. Elas subsistem, mas teremos dado ao País, quando pouco, uma nova experiência que o futuro poderá, em dado momento político, avançar ou mesmo recuar quando necessário.

Apresentaremos pedidos de destaque, como antes dissemos, para evitar a revogação total da Lei 2.004/53 por duas razões fundamentais: uma, por sua concepção histórica; outra, para que o intérprete não seja levado a lacunas jurídicas que podem ter respostas nas disposições sobreviventes da referida lei.

De outra sorte, pretendemos suprimir a expressão "e embarcações" do art. 65, porquanto a Petrobrasjá dispõe da frota nacional de petroleiros – Fro-nape – que desempenha a atividade referida sem a necessidade de constituir nova empresa, com custos adicionais.

O momento é salutar à reflexão, como dissemos a princípio, e, neste compasso, somente a história nos revelará o amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (BLOCO – PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo referir-me a dois aspectos do projeto de lei que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo,

institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

Um dos pontos refere-se ao que está disposto nos arts. 63, 64 e 65, justamente o que permite à Petrobras e suas subsidiárias formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados na indústria do petróleo, que autoriza a Petrobras a constituir subsidiárias, contribuições específicas e operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essas subsidiárias associarem-se majoritariamente ou minoritariamente a outras empresas.

Muito embora a lei referente ao petróleo estabeleça que a Petrobras deve manter 51% de controle, esse projeto de lei permite que a Petrobras forme consórcio na condição de líder ou não e forme subsidiárias, podendo ser majoritária ou não; portanto, tornando-se minoritária.

Eu gostaria de comentar esse aspecto, Sr. Presidente, à luz das reações das autoridades econômicas que têm feito comentários sobre a crise de diversas economias asiáticas e que tiveram repercussão, nesta semana, sobre a economia brasileira. As bolsas de valores, sobretudo na segunda e na terça-feira desta semana, apresentaram quedas muito acentuadas, mostrando instabilidade, e muitas pessoas estão com receio da condução da política econômica brasileira.

Obviamente, o que está preocupando é a situação de sobrevalorização da taxa de câmbio, a insistência das autoridades governamentais em se manterem com uma política de taxa cambial que está sendo postergada pela insistência em não ter modificações, em função do ingresso de capitais externos, seja para investimentos, seja para empréstimos. Muitos desses investimentos têm-se caracterizado pela compra de artigos de empresas estatais ou de empresas brasileiras em geral.

A reação de autoridades à crise dos Tigres Asiáticos tem sido a de que o Brasil está em condição melhor porque ainda teria muitos ativos a serem vendidos. Os arts. 63 a 65 relacionam-se a essa questão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui se está criando a expectativa de que também as empresas do setor do petróleo poderão servir para a geração de divisas. Qual é o risco envolvido nesta atitude, assim como o filho de um pai que tenha posses resolvesse simplesmente estar vendendo aquilo

que deixou seu pai como forma de estar sobrevivendo ou mantendo um padrão de vida. Mas depois de certo tempo esses ativos acabam. Da mesma maneira uma nação, se resolver manter a política econômica à custa da geração de divisas que poderão ser obtidas através da venda de ativos, está correndo o risco, uma vez exauridos os ativos que têm à venda, de entrar em situação crítica, a exemplo do que ocorreu com outros países.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de chamar a atenção para o fato de que os ativos brasileiros, que são os ativos relativos à Companhia Vale do Rio Doce, ao Sistema Telebrás ou, agora, os ativos referentes às subsidiárias da Petrobrás, são finitos. E uma vez havendo a venda desses ativos, a situação terá que ser enfrentada de outra maneira.

Outro ponto, Sr. Presidente, que gostaria de ressaltar, refere-se à Sessão VI, das participações a que se referem os arts. 45 a 52, que falam dos bônus de assinatura dos **royalties** da participação especial do pagamento pela ocupação ou retenção de área, sobretudo dos diversos artigos que falam da distribuição dos **royalties**. Observo aqui que está se prevendo **royalties** no valor de 10% da produção de petróleo ou gás natural, havendo a possibilidade de se diminuir isso para 5%, sendo que os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

Há aqui uma complexa distribuição dos **royalties** para Estados, Municípios, para o Ministério de Ciência e Tecnologia financiar programas de amparo à pesquisa científica ao desenvolvimento tecnológico. Há a criação de fundo especial a ser distribuído entre todos os Estados, territórios e municípios, mas não se aproveitou a oportunidade para aquilo que existe em especial num dos Estados maiores produtores de petróleo e que criou uma utilização bastante racional dos **royalties** decorrentes da exploração de recursos naturais e do petróleo.

Eu gostaria de referir-me a este exemplo que aconteceu no Alaska, em 1976, quando se criou o Fundo Permanente do Alaska. Aquele Estado havia descoberto grande reserva petrolífera e houve uma grande discussão a respeito de como aproveitar aqueles recursos, não apenas para a geração presente, mas também para a geração vindoura. O Governador do Estado do Alaska, Jay Hammond, propôs, então, que 25% dos **royalties** decorrentes da exploração de petróleo fossem destinados a um fun-

do que pertencesse a todos os habitantes daquele Estado. A partir de 1980, 50% dos **royalties** foram destinados a este fundo comum, que foi crescendo de U\$1 bilhão em 1980, para U\$21,5 bilhões em 1997. Deste fundo foi sendo pago a cada residente do Estado do Alaska, desde que ali morando há um 1 ano, um dividendo, que primeiro foi de trezentos e poucos dólares anuais e, neste ano, de U\$1.200,00 anuais, equivalentes, portanto, a U\$100,00 por mês, por habitante.

Sr. Presidente, refiro-me a este assunto porque estou preparando um projeto que vai ter uma parte relativa a uma proposta de emenda à Constituição e outra relativa a projeto de lei, justamente criando um Fundo Brasil de Cidadania, baseado aproximadamente nessa proposição e não apenas para o petróleo, mas para toda a riqueza criada no País, de forma a gerar-se um fundo que venha a pagar a todos os brasileiros uma renda de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não havendo mais orador que queira discutir, encerro a discussão e passo a palavra ao Senador José Fogaça para dar parecer sobre as emendas apresentadas.

Após o parecer do Senador José Fogaça sobre as emendas, o Senador Hugo Napoleão dará parecer, sobre as mesmas emendas, pela CCJ.

EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr^{te} Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, necessariamente discutiremos aqui no Plenário. A discussão é positiva, é importante, não vamos olvidar uma reflexão, uma análise, um debate tão importante quanto esse. Quero ressaltar que grande parte das emendas apresentadas já o foram tanto na Câmara dos Deputados quanto nas duas comissões que examinaram a matéria; a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, não se trata aqui de desprezar, não se trata aqui de marginalizar ou excluir emendas que já foram objeto de debate, de discussão, de análise, de ponderações claras feitas na comissão.

As emendas lá foram rejeitadas e aqui voltam a ser apresentadas sem que isso seja considerado um ato de desprezo, sem que nisso seja vista uma desconsideração, quero dizer que sou obrigado não só a repetir a opinião que já formulei nas comissões, na Comissão de Assuntos Econômicos, como entendo, Sr. Presidente, que do ponto de vista técnico essas

emendas estão prejudicadas, uma vez que foram rejeitadas na comissão.

Creio que podemos fazer aqui uma análise sucinta, uma abordagem ampla para tentar compreender o alcance dessas emendas e por que, no mérito, nós a rejeitamos. Em primeiro lugar, não é nenhum elogio gratuito, vazio, mas se trata de uma constatação, o projeto foi competentemente negociado, construído e elaborado na Câmara dos Deputados. Trata-se aqui de um texto, tal como na Lei das Telecomunicações, que teve um resultado positivo, depois de um longo processo de elaboração e discussão.

O Deputado Eliseu Resende, como Relator da matéria, conduziu o processo com sabedoria, inteligência e competência política, e o resultado, de certa forma, atende aos diversos questionamentos feitos à matéria.

Boa parte das emendas que estão sendo apresentadas já foram objeto de discussão na Câmara e nas Comissões. Ressalto que, das 36 emendas apresentadas, apenas três são novas, de plenário. As outras 33 já foram objeto de discussão, já foram objeto de apreciação e foram rejeitadas, embora muitas delas sejam repetições umas das outras. É mais ou menos o retorno ao mesmo tema por diversas emendas.

Faço aqui, então, esta observação inicial: o projeto foi bem construído, bem negociado. Não se trata de mantermos o texto da Câmara simplesmente para que a matéria não volte àquela Casa. Não! Seria tão errado mantermos o texto só para que a matéria não retorne à Câmara quanto errado é, no meu modo de ver, modificarmos um texto que está bom, que tem conteúdo, só para que haja atraso, retardamento, obstrução da matéria.

É preciso ter critério equilibrado, de bom senso. Matérias que vêm bem construídas, com um senso médio estabelecido com competência, como foi o caso deste projeto na Câmara dos Deputados, devemos mantê-las; ou ainda, temos o direito de mantê-las. Matérias que venham alquebradas, desmanteladas, mal negociadas, mal engendradas, matérias que venham como o produto de uma péssima engenharia política, não só temos que rejeitá-las mas também de reconstruí-las. É o caso da Emenda Constitucional da Previdência. A Emenda Constitucional da Previdência é a prova de que, quando algo é mal produzido na Câmara, tem que ser refeito pelo Senado.

Não haveria lógica, não faria sentido, pois, mudarmos apenas por mudar, com o o objetivo puro e

simples de retardar, de atrasar a apreciação da matéria e a sua entrada em vigor.

O ponto mais importante, mais insistentemente atacado pelos Senadores de Oposição é relativo ao papel da Petrobrase a sua configuração jurídica. Em primeiro lugar, é muito importante ressaltar que a Petrobras— e isso está taxativamente declarado e dito em um artigo — não pode ser vendida; não será vendida. É obrigação do Governo Federal, é obrigação da União manter o controle de 50% mais um das ações com direito a voto na Petrobras. Portanto, o controle acionário está inteiramente assegurado do ponto de vista da União. A empresa não pode ser desestatizada nem privatizada.

Outra coisa, distinta disso, é ela fazer, em algumas áreas específicas, como, por exemplo, na construção de um sistema dutoviário de transporte de petróleo ou de gás natural, uma associação com empresas privadas e disso resultar uma subsidiária na qual a Petrobras poderá ser majoritária ou minoritária. Por que isso é importante?

Reporto-me ao Presidente Itamar Franco, que fez questão de mostrar que, como ato do seu Governo, dava um grande impulso à construção do gasoduto boliviano. Como, pela lei vigente, a única empresa que pode executar a obra é a Petrobras — porque ela é a única expressão atual do monopólio da União —, o gasoduto está fazendo aniversário de 16 anos. Por quê?

Porque a Petrobras não tem uma cultura de gás natural. No seu entendimento, na sua estratégia de empresa, o gás natural não é privilegiado.

Da mesma forma, o gasoduto argentino. O Rio Grande do Sul, no Governo Pedro Simon, afanoso, buscou até apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a produção de um projeto. Mas a Petrobras não participou desse entusiasmo do Governo Pedro Simon. O resultado é que esse gasoduto nunca saiu do papel.

Existisse esse gasoduto e uma área de fronteira no Rio Grande do Sul, onde se produz soja e arroz, triplicaria sua produção pela existência de energia barata. A área que hoje é o centro industrial de Caxias e o centro industrial da Grande Porto Alegre explodiria em crescimento econômico. Mas a Petrobras não mostrou entusiasmo, não se jogou no projeto com o mesmo afã, com a mesma força, com o mesmo ímpeto.

Isso mostra que a Petrobras tem a sua política de empresa, e essa política de empresa tem que ser respeitada, tem que ser mantida, tem que ser preservada. No entanto, o interesse do País, o interes-

se nacional, o interesse estratégico da Nação tem que estar localizado num órgão público, que não seja empresa, nem privada nem estatal, que não tenha interesse de empresa, mas um órgão público que pense estrategicamente o conjunto dos interesses nacionais; e um órgão público que esteja sob o controle do Congresso Nacional.

É isso que, neste momento, estamos votando. Estamos dizendo que o petróleo é, sim, importante e estratégico para o Brasil. Nós estamos dizendo que a indústria de petróleo e toda a política em torno dela deve ser controlada pelo Estado, pela União, pelo Governo e pelo Poder Público. É assunto público, de interesse público e tem de estar sob o controle público.

E assim as coisas se darão, mas não por intermédio de uma empresa que possui funções específicas de produzir, de concorrer, de tirar vantagem de situações. Empresa tem que buscar lucro, tem que dar lucro e, muitas vezes, pode não ser interessante para a empresa investir em gás natural se o petróleo lhe dá mais lucro. É óbvio! É natural!

Só que, para o País, é importante que certas matrizes energéticas sejam desenvolvidas em determinado momento. Por isso, o interesse nacional, o interesse corpóreo do País tem que estar representado num órgão público, que, de preferência, não seja uma empresa. E esse órgão vai se chamar Conselho Nacional de Política Energética. Nós o estamos criando com esta lei, cujas diretrizes, cujas linhas básicas, cujas atribuições principais serão executadas por um órgão por um órgão regulador: a Agência Nacional de Petróleo — ANP.

De modo que aqui, quando se procura intensificar a defesa da Petrobrás, entendo uma certa atitude emocional, porque se parte do princípio da idéia anterior de que a Petrobrás, além de empresa produtiva, importante, competitiva, tecnologicamente avançada, sem dúvida nenhuma a mais importante empresa deste País, além de tudo isso, também seria o coração estratégico da política de petróleo do País, e não o coração estratégico das grandes formulações, das grandes linhas de decisão. Isso tem que estar num órgão público, e não numa empresa.

Quero aqui chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, a partir da aprovação dessa lei, esta Casa, o Senado Federal, será jogado para dentro da política de petróleo no Brasil. Toda vez que surgir um problema, uma questão, por menor que seja, na área do petróleo, a Nação se voltará para o Senado e perguntará o que estão fazendo os Senadores, como hoje se volta para o Senado e

pergunta o que estão fazendo hoje os Senadores quando há problemas como o dos títulos públicos. Da mesma forma que nos compete hoje controlar o sistema financeiro, o Banco Central, as instituições financeiras públicas, as instituições financeiras privadas, da mesma forma no futuro teremos o papel de exercer o controle público, em nome da Nação, da política de petróleo definida pelo CNPE – Conselho Nacional de Política Energética – e executada pela Agência Nacional de Petróleo. Por quê? Porque os diretores da ANP serão nomeados pelo Presidente e aprovados pelo Senado e, em caso de falta grave, de improbidade administrativa, caso o Presidente da República decida demitir um desses diretores, só poderá fazê-lo mediante a anuência do Senado. Cabe-rá ao Senado julgar se houve falta grave, se houve prática de improbidade, se há justificativa para a demissão de um diretor da ANP.

De modo que o Senado passa a ter uma responsabilidade sobre a política de petróleo muito grande e muito diferente daquela que tem hoje.

Chamo a atenção para o fato de que os diretores da ANP que deterão o mandato de quatro anos, nos primeiros três anos, nos primeiros 36 meses terão uma relativa independência. Por quê? Porque a lei diz que nos primeiros 36 meses o controle da política de preços vai se dar por meio do Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia. Em outras palavras, significa uma coisa muito simples: ainda incidirá, por um período de três anos, o controle político do Governo sobre esse órgão. E, nesse período de transição, haverá diretores nomeados para apenas um, dois, três anos de mandato. Portanto, para um período menor do que o normal estabelecido na lei. Neste período de um, dois e três anos – nos primeiros 36 meses –, a independência desses diretores será muito relativa e limitada pelo processo de transição. Ora, como são diretores com mandatos curtos, transitórios, e como o seu poder e independência estão reduzidos, não tem cabimento que nessa fase eles sejam aprovados pelo Senado. Mas aquele que tem apenas um ano de mandato, assim que terminar essa fase de 12 meses, para ser reconduzido para mais quatro anos – o que poderá acontecer –, ele terá que ser submetido a esta Casa. O que significa dizer que, passada a transição, o Senado exercerá controle pleno, total e absoluto sobre a Agência Nacional de Petróleo.

É muito importante ressaltar que a Petrobras não só mantém os postos que explora e as áreas onde produz, como ela os tem inteiramente assegurados em lei. A lei dispõe que estarão ratifica-

das e garantidas todas as concessões de exploração e produção que a Petrobras detém hoje.

A lei dá até privilégios à Petrobras. Caso ela entre em uma nova concorrência, caso ela dispute uma nova concessão, ela tem não só condições de participar de consórcios, de integrar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, como ela, quando participar sozinha de uma concorrência, tem o privilégio do desempate. Havendo empate na concorrência, a Petrobras prevalece sobre as outras empresas de caráter privado que com ela esteja concorrendo, o que dá à Petrobras, de fato, uma posição ainda muito privilegiada, o que tem sido objeto de crítica por parte de muitos investidores que pensam em aportar os seus capitais no Brasil.

Quando se diz que a Petrobras pode constituir subsidiária é porque ela poderá atuar em determinados setores, na condição de uma empresa muito mais ágil, porque, na medida em que integra uma associação de empresas em que haja condição majoritária de uma empresa privada, ela adquire uma capacidade competitiva, uma força concorrencial econômica enorme. Hoje, como empresa estatal que é, está submetida à lei das licitações e com isso se torna muito lenta, morosa, a sua capacidade de competir se reduz em muito.

O que a lei está fazendo não é determinar que a Petrobras forme subsidiárias e se desmantele. Não, é de permitir, de dar esse direito à Petrobras para que possa tornar-se competitiva em algumas áreas onde ela precisa dessa força competitiva. De modo que, no nosso entendimento, isso é algo muito positivo para a Petrobras.

A Petrobras não só mantém os blocos sedimentares que explora e nos quais produz como também poderá participar de todas as futuras concorrências. Há um dado da maior importância, que é preciso esclarecer aos Srs. Senadores: a Petrobras é uma empresa tão importante para o Brasil, tão fundamental para nós que, ao ter asseguradas as bacias, as áreas sedimentares e os blocos que hoje explora, terá também que cumprir exigências, ou seja, a Petrobras, na medida em que mostra interesse para expandir a produção e capacidade para abrir novas áreas, vai garantindo os espaços de maneira gradativa.

É evidente que a empresa não poderia sentar em cima de um poço de petróleo e não investir nele, não expandir a produção, apenas exercendo o controle da área, não permitindo que ninguém ali entrasse. Não! A lei é sábia, é inteligente, porque diz que "a Petrobras tem todos os direitos que conquistar

pela sua capacidade de trabalhar e produzir" – o que já mostrou ao longo de 40 anos no Brasil. Se ela está num poço petrolífero, se conseguiu detectar ali uma área economicamente viável e está disposta a investir para expandir a produção e a oferta interna de derivados de petróleo, automaticamente ganha todos os direitos subseqüentes sobre as jazidas, sem precisar de lei, sem precisar de autorização da Agência Nacional de Petróleo, sem precisar de ratificação nenhuma.

Observe-se que o oposto também seria contra o interesse nacional. Se a Petrobras pudesse se manter não produzindo, obviamente isso não seria aceitável do ponto de vista do interesse estratégico do Brasil como Nação. De modo que a Petrobras está protegida, garantida, preservada, defendida; cuidadosamente foi esculpida a proteção jurídica à Petrobras para ela não só continuar sendo a empresa que é, mas, sobretudo, crescer e se desenvolver ainda mais. Penso que será um grande momento para a Petrobras no contexto da economia brasileira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quanto ao produto da lavra, no art. 176 da Constituição está bem definido que o produto da lavra pertence a quem explora e produz, pertence a quem o extrai. Por exemplo, a Petrobras, que é uma empresa, no momento em que retira o petróleo que está embaixo da terra – que, enquanto lá se encontra, não é da Petrobras, é do Brasil, é da União, é do Governo Federal -, transforma-o em produto econômico, em bem econômico, ou seja, esse petróleo deixa de ser apenas um recurso natural para ser um produto econômico. Ela, então, é sua proprietária e o vende tanto no mercado interno quanto no externo, de acordo com o seu interesse como empresa e pelo preço estabelecido e nas condições fixadas pelo Governo.

Ora, se a Petrobras fosse considerada não-proprietária dos bens que extrai do solo, como a lei diz que deve haver um encontro de contas entre a União e a Petrobras, teria esta última de rever tudo quanto deve à União desde a sua fundação e a sua criação – nos idos de 1953, quando começou a operar no Brasil.

Não! De tudo que a Petrobras extraiu do subsolo brasileiro não deve nada à União a não ser os impostos, porque é a proprietária da lavra e dos resultados das operações que realiza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Fogaça, permita-me interromper V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais sessenta minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Se a Petrobras não tivesse essa competência, essa prerrogativa de ser proprietária dos resultados da lavra, estaria hoje com uma dívida incalculável em relação a tudo quanto extraiu do subsolo brasileiro. Uma dívida incalculável com a União, que, no encontro de contas que a lei determina, jamais se completaria.

Vamos colocar, então, as coisas no seu devido lugar. O produto da lavra pertence à empresa que faz a exploração e os trabalhos de produção. É assim em qualquer lugar do mundo, é assim em relação a qualquer mineral, e é assim em relação ao petróleo. Nisso não há nenhuma quebra da soberania, nenhum atentado à nacionalidade, não há nada de antipatriótico; é assim com qualquer forma de extração mineral que se realize.

De modo, Sr. Presidente, que, com isso, considero que essas emendas, das quais apenas três são novas, não estão graduando para cima ou aperfeiçoando o projeto, porque, felizmente, o trabalho realizado na Câmara dos Deputados foi importante, sério, de negociações claras, com resultados que politicamente atenderam às maiorias predominantes.

É possível que haja discordância política em relação a esse posicionamento, o que é perfeitamente aceitável, mas esta é hoje a tendência, este é o pensamento da maioria. Portanto, é assim que estamos procedendo: rejeitando as emendas que foram repetidas tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto na Comissão de Assuntos Econômicos.

Diante disso, Sr. Presidente, encerro a minha exposição, dizendo que o parecer é pela aprovação do projeto e contrário às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é pela aprovação do projeto e contrário às emendas.

Com a palavra o Senador Hugo Napoleão para emitir parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade de oferecer o meu parecer perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando a ela foi submetido o presente Projeto de Lei da Câmara.

Naquela Casa expus as razões que me levavam a aprovar a matéria e tive a oportunidade de apreciar algumas emendas então oferecidas ao projeto. Hoje, procurarei apenas pinçar três ou quatro

pontos que me parecem importantes até para que conste dos Anais a minha opinião, passando em seguida às 36 emendas que foram oferecidas perante a Comissão, agora em fase de Plenário, como emendas de Plenário, procurando mostrar em cada uma delas os fundamentos que me levaram a tomar as decisões que anunciarei a seguir.

Quando praticamente quebramos o monopólio do petróleo, mediante proposta de emenda à Constituição de 1995, ocasião em que o eminente Senador Ronaldo Cunha Lima foi Relator da matéria, ficou clara a garantia à Petrobrás, como propriedade da União, da manutenção de 50% mais uma ação de seu capital votante, ou seja, das ações ordinárias com direito a voto. Essa é uma das circunstâncias exigidas por segmentos da sociedade, inclusive da própria empresa ou do conglomerado de empresas da Petrobrás.

O segundo é que, em igualdade de condições, a Petrobrás passaria – e espero que passe – a ganhar as concorrências que resultassem em empate, o que dá margem a que essa sociedade de economia mista passe a ter preferência nesses casos.

O terceiro se refere à possibilidade de, na aquisição de bens e serviços, a Petrobrás não se submeter ao processo licitatório normal e sim ao processo licitatório simplificado.

Outro ponto é que a pesquisa e a produção serão objeto de concessão, enquanto as demais atividades – o refino, o transporte, a importação e a exportação – serão objeto de autorização. Sabemos que a distribuição e a comercialização desde cedo escaparam ao monopólio do petróleo no Brasil.

O terceiro ponto, aqui enfatizado com a precisão de sempre pelo nobre Senador José Fogaça, Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, é a criação do órgão regulador, a Agência Nacional do Petróleo – ANP, à qual, em boa hora, o Governo delega ou entrega o seu monopólio, para que, como órgão independente que vai regular a matéria, dê os destinos que tenha por finalidade aquela prevista ou aquelas previstas no próprio PLC nº 06, da Câmara dos Deputados.

Quarto e último ponto: devo considerar o passo avante, o grande passo que estamos dando na matéria da abertura, por assim dizer, ou, para usar o termo da atualidade, da flexibilização do petróleo, porque, se não conseguimos até hoje ser auto-suficientes – da mesma maneira em que tive oportunidade de dizer, quando relatei na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei das Telecomunicações – vamos ter, como afirmava eu, a oportu-

nidade de que terceiros venham a se incorporar no sistema com grandes vantagens, sobretudo em dois pontos de vista: o aperfeiçoamento pela concorrência de bens e de serviços e, eventualmente, por que não dizer, o barateamento ou a opção de melhores preços dentro do mercado.

Eram esses os quatro pontos a que gostaria de me referir, de maneira sintética. Passo agora, como é de minha obrigação, à análise das emendas submetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na tarde de hoje neste plenário do Senado Federal.

A Emenda nº 1, modificativa, visa dar ao inciso X do § 8º do projeto a seguinte redação:

"X – estimular, promovendo a ampliação dos investimentos, a pesquisa, o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento."

Quero dizer que o art. 49, I, letra d, do projeto já contempla satisfatoriamente a necessidade de investimentos para pesquisa e desenvolvimento, pelo que me manifesto pela sua rejeição.

Vou reproduzir ou repetir palavras do Senador José Fogaça a fim de dizer que muitas das emendas foram analisadas não apenas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como na de Assuntos Econômicos e de Serviço. Mesmo assim, minha obrigação como Relator é analisá-las uma a uma, mesmo que de forma sucinta.

A Emenda nº 2 acrescenta ao art. 8º inciso, com a seguinte redação:

"exigir programas de produção para os campos de petróleo e gás natural, obedecendo a técnicas racionais que evitem a produção predatória."

Manifesto-me pela rejeição, em face do que já dispõe o art. 1º, IV, do projeto.

A Emenda nº 3 suprime a expressão "convocada e dirigida pela ANP", no art. 19, quando se trata do preparo e da elaboração de leis ou de projetos de leis, no âmbito da ANP. Visa a emenda evitar que haja convocação e direção dos trabalhos pela ANP, sob o argumento de que fere a competência legislativa.

Entendo que a competência legislativa já está preservada no mesmo teor do Título IV, Capítulo I, da Constituição Federal e que não fere o Congresso Nacional, mantém sua competência; afinal de contas, é um assunto de elaboração interna que só pode dizer respeito mesmo à convocação e por que

não dizer à direção da própria ANP. Por isso, manifesto-me pela rejeição.

A Emenda de nº 5 visa modificar o art. 22, para oferecer redação que determine que o artigo se destina para fins de elaboração de editais de licitação e contratos de concessão, e inclui o artigo 1º, fazendo referência à Lei de Patentes, mandando excluir as informações que a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. – deve transferir à ANP sobre os dados disponíveis a respeito das bacias sedimentares brasileiras.

Devo dizer que, afinal de contas, o espírito do art. 22 já é, exatamente, para fins e para efeito de concorrência, de licitação e que, quanto ao seu § 1º, dar-se-ia, nesse caso, uma primazia injustificável à Petrobras, no sentido de concorrência. Sobre tudo se analisássemos que é indevida a situação prevista na presente emenda, contra-argumentaríamos dizendo que a atividade, essa cessão feita pela Petrobras, não é a título gratuito, é a título oneroso e, portanto, ela seria ressarcida em função do repasse dessas informações. Por isso, sou pela rejeição.

A Emenda de nº 6 visa dar ao § 2º do art. 22 uma redação para dizer que "não será permitido à ANP fornecer, mesmo a título de remuneração à Petrobras, os dados e informações referidos no parágrafo anterior e que possam vir a ser utilizados pelas partes interessadas." Mas, em virtude, exatamente, da quebra do monopólio, pela Emenda Constitucional, esses dados estão dispostos de tal sorte que devem ser apresentados, devem ser fornecidos. Por essa razão, sou pela rejeição.

Devo dizer, também, que considero prejudicada a Emenda modificativa nº 4 em razão dos argumentos que expendi para a nº 5.

A Emenda nº 7 manda dar ao art. 23, e seu parágrafo, redação que visa excetuar das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, aquelas situadas na Bacia de Campos, determinando obediência a parâmetros obedecidos pela CNPE.

Gostaria de aduzir que o art. 32 do Projeto – não vou ler para não me tornar enfadonho – já prevê tal tipo de situação, ou seja, a continuação dos direitos da Petrobras sobre essas áreas. Já estando atendido, sou pela rejeição.

A Emenda nº 8 manda dar ao parágrafo único do art. 23 redação no sentido de que as atividades referidas no artigo não possam ser autorizadas em áreas de atuação da Petrobras – Petróleo Brasileiro. Invoco a esse respeito os arts. 32 e 33 do projeto. No caso do primeiro, a Petrobras terá ratificado seus direitos sobre cada um dos campos; no art. 33, nos

blocos em que quando do início da vigência desta lei tenha a Petrobras realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos na exploração poderá ela, observada a sua capacidade de investir, inclusive por meio de financiamento, prosseguir "nos trabalhos de exploração e desenvolvimento".

Por essas razões, sou pela rejeição. Os mesmos fundamentos dirigem-se à Emenda Modificativa nº 9 pelas mesmas razões. Sou pela rejeição.

A Emenda nº 10 manda-se atribuir parágrafo único ao art. 23. Pelas razões expostas e pelos mesmos fundamentos, opino pela rejeição.

A Emenda nº 11 prevê que os contratos de concessão deverão ter duas fases independentes, em termos contratuais: exploração e produção. Diria que a primeira fase é a de risco. Feita a prospecção se, por acaso, a empresa que houver feito esse trabalho descobrir que há petróleo, é claro que ela terá interesse no prosseguimento da licitação, fazendo parte da segunda situação, que é a da produção, caso contrário não haveria interesse em participar da primeira fase porque é justamente aquela em que há riscos para a empresa. Por isso, opino pela rejeição.

Gostaria de chamar a atenção para a Emenda nº 12, quanto à proposta de nova redação ao art. 26:

"A concessão implica, para a contratada, a obrigação de explorar, por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo e gás natural, devendo o contrato de concessão definir as participações legais da União, bem como os encargos relativos ao pagamento de tributos."

Exclui-se a expressão, conferindo-lhe a propriedade desses bens, após extraídos. Eis que a propriedade passará, realmente, a ser da empresa concessionária, após sua extração.

Considero a situação lógica e eu aduziria que o petróleo, após extraído, já é da própria concessionária; aduziria, ademais, a própria Emenda Constitucional nº 09/95 e o § 1º, do art. 177 da Constituição Federal, que prevê que a União poderá contratar, com as empresas estatais ou privadas, a realização das atividades previstas nos incisos I a IV do referido artigo, observadas as condições que a lei estabelecer. Por essas razões, opino pela rejeição.

A Emenda nº 14 manda suprimir o art. 29. O eminente Senador Josaphat Marinho já havia apresentado perante a douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emenda no mesmo sentido.

Eu gostaria de contra-argumentar, dizendo que a Petrobras jamais será forçada a sair de uma área onde tem investimentos, pois a própria Constituição,

ao prever a transferência da concessão, condiciona à audiência do Poder concedente – §3º do art. 176 da própria Constituição Federal. Portanto, pela rejeição.

Quanto à de nº 15, pelas mesmas razões, também sou pela rejeição.

Repetiria o mesmo quanto à Emenda nº 16, embora esta altere a redação, tirando, contudo, a substância a que me referi do Mandamento constitucional.

Quanto à Emenda nº 17, que manda o art. 43, inciso X, estabelecer que "as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem", nela o seu autor exclui a arbitragem internacional. Deveria dizer que esta é indispensável até mesmo para a celebração de contratos da Petrobras no exterior. Ademais, o Brasil participa de organismos internacionais, a partir de Genebra, e tem firmado inúmeros contratos e convênios. Sabe muito bem S. Exª que estamos sujeitos e subordinados às decisões da Corte Internacional de Justiça, em Haia, da qual o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek, é seu membro e Juiz. Não podemos, pois, fugir, no âmbito das relações do Direito Público Internacional, às manifestações dos órgãos de arbitragem. Por isso, opino pela rejeição desta emenda e da de nº 18, pelos mesmos motivos.

A Emenda nº 19 determina a inclusão, no art. 54, de um parágrafo que declare que

"a transferência da titularidade a que se refere o **caput** do presente artigo não se aplica à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme o disposto no §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.481."

Devo dizer, preliminarmente, que, se a medida provisória proibir e essa lei aprovar, **ipso facto**, estará revogado o princípio da medida provisória. Em segundo lugar, o § 3º do art. 176 da Constituição já estabeleceu os princípios a que fiz referência. É o mesmo caso do art. 29. São os mesmos princípios que entendo devem ser preservados e defendidos.

Pelos mesmos motivos, opino pela rejeição da Emenda nº 20.

Novamente, há mais um § 2º previsto para o art. 56. Torno a alegar, com relação a essa emenda aditiva, que o § 3º do art. 176 é absolutamente taxativo em já haver determinado as condições em que passamos a ter a abertura do petróleo em nosso País. Por isso, opino pela rejeição.

Com relação à Emenda nº 22, que visa ao mesmo fim, também opino pela rejeição.

Quanto à Emenda nº 23, que visa dar ao art. 60 redação que só autorize exportação de petróleo e gás natural produzido em território nacional após o atendimento das necessidades do mercado interno, assim como no seu § 3º, que diz que "a importação de derivados de petróleo será autorizada em caráter complementar à produção nacional", tenho a tecer considerações que, ademais, tive oportunidade de expender na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para demonstrar que o art. 8º já estabelece, entre as atribuições da ANP, no inciso XII:

"Fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques e Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos e de Combustíveis."

De mais a mais, os números da importação de barris de petróleo/dia demonstram exatamente o contrário. E o que se pretende nesta Emenda nº 23 já está contemplado no art. 2º, inciso V, no art. 10 e no próprio art. 60, em seu parágrafo único.

Portanto, sou pela rejeição.

A Emenda nº 24 – já vamos caminhando para as últimas emendas apresentadas – manda alterar o mesmo art. 61, a que fiz referência, para estabelecer que a Petrobras é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia e que tem como objetivo a pesquisa, o desenvolvimento, a lavra, a refinação, a distribuição, a importação, a exportação e o transporte de petróleo.

Ora, o texto do art. 61, diz a justificativa, não inclui todas essas finalidades. Mas, faço questão de salientar que o art. 61 do presente projeto de lei substancia exatamente aquilo que é referido na Lei nº 2.004. De modo que não há que se acrescentar o que a própria lei que criou a Petrobras não acrescentou, o que também não a impede de ter essas finalidades porque já as vêm exercendo e certamente, pelo bem do País, continuará a exercê-las. Por isso, somos pela rejeição.

A Emenda de nº 25 manda suprimir o art. 63 que autoriza a Petrobras constituir subsidiárias. Entendo, e já tive a oportunidade de afirmar isso, que a Petrobras poderá, nos termos da legislação, constituir essas empresas, como poderá constituir outras a serem majoritárias ou minoritárias, dependendo de sua vontade. Se o negócio não lhe interessar certamente não entrará em condições minoritárias, mas às vezes é interessante que assim o faça. Dependendo da ambiência, vai entrar num regime de concorrência, ao qual deverá adaptar-se.

Não vejo razão, pois, para supressão. O artigo decorre do próprio mecanismo apresentado pelo projeto. Por isso, sou pela sua rejeição.

A Emenda nº 26 visa suprimir a expressão "ou não", constante do art. 63. É a mesma situação, "de a Petrobras permanecer como majoritária ou não em empresas que venham a ser subsidiária", quando isso dependerá única e exclusivamente daquilo que ela mesma decidir em função de interesses maiores ou do que decidir o seu acionista maior, que continua a ser, como será, a União.

Voto pela rejeição.

A Emenda nº 27, sob o argumento da proibição do art. 37, incisos XIX e XX, da Constituição Federal, de que "depende de autorização legislativa", manda suprimir o art. 64 do projeto, que afirma: "

Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integram a indústria do petróleo, fica a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se majoritariamente ou minoritariamente a outras empresas."

A situação é exatamente a mesma. Devo dizer que antes tive esse entendimento. Quando fui Relator, perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da Lei Mínima de Telecomunicações, votada no curso do ano passado, disse que o texto não podia ser mantido na forma em que fora redigido, mas fui voto vencido não apenas nessa Comissão, mas também nas outras Comissões que se reuniram em conjunto para análise daquela matéria.

Por isso, em função de entendimento já firmado na Casa, sou pela rejeição.

A Emenda nº 28 manda suprimir o art. 65 do Projeto, que também trata das subsidiárias que a Petrobras deverá constituir para operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo e seus derivados de gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se majoritariamente ou minoritariamente a outras empresas.

Devo acrescentar, com relação a essa emenda, que, muitas vezes, há interesse em subsidiárias cuja constituição é orientada pelo presente projeto de lei, que já contém autorização específica para isso.

Muitos contratos foram firmados com companhias estaduais de gás, como aconteceu na Bolívia, por exemplo, para fornecimento do gás e que vão inserir-se na exigência que faz o art. 65.

Por isso, sou pela sua rejeição.

Quanto à Emenda nº 29, que visa suprimir a expressão "ou minoritariamente", proponho sua re-

jeição pelas mesmas razões expostas quando da apreciação da Emenda nº 26.

A Emenda nº 30 deseja que o art. 74 seja alterado para excluir os direitos que tem a União de receber os dividendos vencidos, ressarcindo-se o Tesouro dos dividendos mínimos legais que tiverem sido pagos a menos, desde a promulgação da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Mas os dividendos têm origem na lei; eles são devidos. O Tesouro Nacional não pode, simplesmente, abrir mão deles.

Quanto ao parágrafo único, eu acrescentaria que o autor pretende modificar o pagamento que a União, caso seja devedora, deve fazer em Títulos do Tesouro Nacional para tributos federais e vinculados. Gostaria de dizer que esse tipo de pagamento é consentâneo com vasta legislação sobre obrigações da União; razão por que sou pela rejeição.

A Emenda nº 31 visa justamente questionar o tipo de nomeação dos primeiros componentes da ANP pelo Presidente da República e pelo Senado. Eu diria que essa forma de nomeação é apropriada exatamente pela transição que vai mediar entre a publicação da lei, sua entrada em vigor, e a necessidade da instalação da Agência Nacional de Petróleo 120 dias depois. Então é preciso que ela tenha um representante jurídico, alguém que seja responsável pelos seus direitos, pelas suas obrigações *ad initium*. No caso, em sendo transitório, porque todos os diretores serão nomeados depois, aprovados ou não pelo Senado Federal, sou pela manutenção do texto e pela rejeição da emenda.

Na Emenda nº 32, deseja o seu autor que a Petrobras possa, no território nacional, constituir subsidiárias das quais participe majoritariamente, mas, no exterior, a oportunidade de ser majoritária ou minoritária. Obviamente isso dependerá do tipo de legislação do outro país. Assim como argumentei nas Emendas nºs 26 e 29, que falam da maioria e da minoria, creio que já abordei exaustivamente a matéria aqui. Sou pela rejeição.

A Emenda nº 33 também se insere nas mesmas de nºs 26, 29 e 32. Por isso, sou pela sua rejeição.

A Emenda nº 34 manda incluir artigo, por intermédio do qual a Petrobras permanecerá explorando, com exclusividade, as áreas onde a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros carburetos fluidos estejam sendo por ela explorados na data da vigência desta lei. Encontro precedente no art. 32 do próprio projeto, que já o prevê. Por isso, pela rejeição.

A penúltima, Sr. Presidente, é a Emenda de nº 35, que determina que somente seja autorizada a exploração de petróleo e seus derivados e gás natural produzidos em território nacional após o pleno atendimento das necessidades do mercado interno. Eu contraditaria com os argumentos que expendi na Emenda nº 23, de Plenário, e que foi também objeto da Emenda nº 1 da CCJ, quando a matéria lá foi examinada.

Para concluir, a Emenda nº 36. Pelas mesmas razões, eu a rejeito, porque estabelece que a importação de petróleo também se dará em caráter complementar à produção nacional. As mesmas razões que usei, os mesmos artigos a que me referi nas emendas anteriores servem de embasamento para, em síntese, que eu também me manifeste pela rejeição.

Sr. Presidente, eram essas as conclusões a que o Relator, que ora assoma à tribuna, tinha a oferecer ao Plenário desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável ao projeto e contrário às emendas.

Concedo a palavra ao Senador Teotonio Vilela Filho para dar parecer em nome da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a análise genérica do parecer de minha autoria, contrário às emendas oferecidas, está posta no relatório em poder deste Plenário, apresentado por mim, hoje, nesta sessão.

Quero, aqui, assinalar a lúcida e competente exposição do Senador José Fogaça ao fazer o histórico deste projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, que, como disse S. Ex^a, foi competentemente debatido naquela Casa, onde eu próprio tive a oportunidade de testemunhar várias audiências públicas em que todos os setores ligados à questão energética puderam debater e enriquecer o projeto, cujo Relator foi o nobre Deputado Eliseu Resende, grande conhecedor da matéria.

Dessa forma, Sr. Presidente, passarei à análise detalhada de cada emenda apresentada, embora muitas delas já tenham sido justificadas no parecer do nobre Senador Hugo Napoleão.

Parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre as emendas de Plenário oferecidas ao

PLC nº 6, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Emenda nº 1: modifica o inciso X do art. 8º. Essa sugestão já está contemplada no art. 10º, inciso X, do projeto, na forma oriunda da Câmara, que consideramos mais adequada, razão pela qual somos pela sua rejeição.

Emenda nº 2: acrescenta inciso ao art. 8º. O objetivo dessa emenda também já está contemplado no art. 44, incisos I e IV do projeto. Somos, pois, pela sua rejeição.

Emenda nº 3: suprime do art. 19 do projeto a expressão "convocada e dirigida pela Agência Nacional de Petróleo". As audiências públicas configuram importante instrumento de ação do poder concedente através de suas agências reguladoras, possibilitando a transparência de seus atos, resultando na efetiva democratização das decisões no âmbito do Poder Executivo. O Congresso Nacional já possui a prerrogativa de realizar audiências públicas sobre qualquer assunto, sempre que julgar necessário. Por tudo isso, somos de parecer contrário a essa emenda.

Emenda nº 4. O Projeto de Lei não menciona que as interpretações dos dados geofísicos e geológicos serão transferidos à ANP respeitando os limites definidos na Lei nº 9.279/96 (Lei das Patentes). Apenas estabelece que o acervo técnico é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais. Com relação ao ressarcimento da ANP, estabelecerá os critérios de remuneração à Petrobras dos dados e informações que vierem a ser utilizados pelas partes interessadas. Por isso, consideramos que a redação oriunda da Câmara dos Deputados é mais conveniente, razão pela qual optamos pela rejeição dessa emenda.

Emenda nº 5: altera o art. 22. A ANP promoverá os estudos visando à delimitação de blocos para efeito de licitação, devendo, portanto, analisar os dados geológicos e geotérmicos com o objetivo de propor os programas mínimos de exploração, bem como os bônus de assinatura para áreas a serem licitadas.

O projeto de lei não menciona que a interpretação dos dados geotérmicos e geológicos serão transferidos à ANP, respeitando-se o previsto na Lei das Patentes.

Somos pela rejeição.

Emenda nº 6.

A Emenda nº 6 impediria a ANP de fornecer, a qualquer título, dados e informações de que trata o art. 22. É importante ressaltar que a administração de dados e informações será a essência do trabalho da ANP, que, dentro dos processos legais, precisa repassá-los aos interessados, seja à Petrobras, seja aos investidores privados, como no caso das licitações de novas áreas. Daí a razão de nossa posição contrária a essa emenda.

Emenda nº 7.

A Emenda nº 7 é relativa ao art. 23. A exclusão de qualquer área dos dispositivos previstos na lei é prejudicial ao desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil. Ao contrário do pretendido, essa iniciativa poderia inibir investimentos na região.

Somos de parecer contrário.

Emenda nº 8.

A Emenda nº 8 representaria o retorno do monopólio da Petrobras, que tem atividades em todas as bacias brasileiras; significaria a anulação da flexibilização do monopólio do petróleo, promovida pela Emenda Constitucional nº 9.

Essa é a razão do nosso parecer pela sua rejeição.

Emenda nº 9.

A Emenda nº 9 tem praticamente os mesmos objetivos da emenda anteriormente apreciada, ou seja, pretende restabelecer a situação anterior à Emenda Constitucional nº 9.

Por essa razão, somos também pela sua rejeição.

Emenda nº 10.

A Emenda nº 10 prevê mecanismos que, ao contrário de proteger a Petrobras, dificulta investimentos em uma área específica – no caso, a Bacia de Campos. Devido à evolução da tecnologia, essa área demanda investimentos cada vez mais crescentes.

A redação do art. 23, tal como está posto, possibilitará inclusive à Petrobrase ao País alavancar a capacidade de investimentos também nessa área, que é a mais importante bacia petrolífera brasileira.

Somos pela sua rejeição.

Emenda nº 11.

Somente em caso de êxito da fase exploratória, serão submetidos à aprovação da ANP os planos de projetos de desenvolvimento e produção.

Somos pela sua rejeição.

Emenda nº 12.

A garantia de propriedade do produto da lavra é fator determinante na viabilização dos vultosos investimentos requeridos pelo setor do petróleo. O

cancelamento desse direito comprometerá essa viabilização, razão pela qual opinamos pela rejeição dessa emenda.

Emenda nº 13.

Salvo melhor juízo, cria essa emenda obstáculo para que a União possa exercer sua prerrogativa de contratar empresas para a realização das atividades previstas no inciso I do art. 177, nos termos do § 1º do mesmo art. 177.

A Emenda Constitucional nº 9, que flexibilizou o monopólio da União sobre o petróleo, é que trouxe esse §1º inovador. A emenda, se aprovada, tem o poder de anular os efeitos daquele dispositivo constitucional. Por isso, somos pela sua rejeição.

Emenda nº 14.

Essa emenda visa suprimir o art. 29 do projeto. A redação do artigo, tal como consta no PLC nº 6, enviado ao Senado, foi objeto, como aqui dito muitas vezes, de discussões na Câmara e resultado de negociações que possibilitaram sua manutenção nos atuais termos. Nada mais é do que o sucedâneo do art. 26, constante do projeto original enviado pelo Governo, e tem o objetivo de evitar paralisações e estagnação do processo de desenvolvimento das atividades de exploração, com as garantias previstas no art. 25.

Como a lei abrange todas as espécies de concessionários e não somente a Estatal Petrobras, o que se está autorizando é a prerrogativa de cada um poder ceder a terceiros seus direitos, mediante prévia autorização da ANP, sem discutir o regime próprio de cada entidade.

Assim, a manutenção do art. 29 é necessária para garantir aos concessionários a liberdade de negociar seus direitos sem qualquer prejuízo, da forma como essas negociações dar-se-ão à luz de outros preceitos legais vigentes.

Somos pela rejeição.

Emenda nº 15.

A Emenda nº 15, Srs. Senadores, é idêntica à Emenda nº 14, razão pela qual somos de parecer contrário, a exemplo da anterior.

Emenda nº 16.

Esta Emenda prevê alterações no texto do art. 29. Esse artigo prevê mecanismos importantes para a atração de investimentos, multiplicando a capacidade de ação da Petrobrase também do País em diversos segmentos do setor do petróleo. O interesse público está assegurado pela obrigatoriedade de autorização do poder concedente, representado pela ANP, tal como consta do projeto aprovado pela Câmara, razão pela qual opinamos pela sua rejeição.

Emenda nº 17.

A Emenda nº 17 acrescenta o inciso X ao art. 43, com o seguinte teor: "As regras sobre solução de controvérsias relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem."

A Constituição Federal e as leis estabelecem a hierarquia dos atos jurídicos, definindo inclusive os casos em que deverão prevalecer as cláusulas de acordos internacionais. Ademais, convém lembrar que todos os países que aceitam essa forma de arbitragem são estados soberanos.

Por isso, somos contrários à aprovação dessa emenda.

Emenda nº 19.

Como a lei abrange todas as espécies de concessionários e não somente a Petrobras, o que se está estabelecendo é a prerrogativa de cada um poder ceder a terceiros seus direitos mediante prévia autorização da ANP, sem discutir o regime próprio de cada entidade. Em alguns casos, é óbvio, haverá necessidade de acordo entre acionistas, decisão de conselho ou, no caso das estatais, atender a outras normas legais.

Por esse motivo, consideramos que o texto do projeto tal como veio da Câmara está mais adequado, razão pela qual somos contrários à aprovação da emenda.

A Emenda nº 20 é relativa à transferência de titularidade. A restrição da possibilidade de transferência de titularidade não deve ser incorporada ao projeto, conforme já discutido na análise da Emenda nº 19, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. Somos pela rejeição.

A Emenda nº 21 veda a transferência de titularidade para a Petrobras. A possibilidade de transferência pode dar novo impulso ao crescimento da rede dutoviária do País. O interesse público está resguardado pela exigência de autorização por parte do poder concedente. Somos contrários à aprovação dessa emenda.

Emenda nº 22. É relativa à transferência de titularidade também.

A restrição da possibilidade de transferência de titularidade, como já foi dito, não deve ser incorporada ao projeto, conforme já discutido na análise da Emenda nº 19.

Somos pela rejeição.

Emenda nº 23. O Conselho Nacional de Política Energética estabelecerá diretrizes para importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensados, assegurar o adequado funciona-

mento do sistema nacional de estoques de combustíveis e também o cumprimento do plano anual de estoques estratégicos de combustíveis.

Por essa razão, somos contrários à aprovação dessa emenda.

Emenda nº 24. Essa emenda é desnecessária, pois, se o comércio faz parte dos objetivos da empresa sem quaisquer restrições à sua definição, a compra e venda de petróleo e derivados nos mercados interno e externo está implícita e claramente contemplada, sem qualquer prejuízo às atividades ora desenvolvidas pela Petrobrase suas subsidiárias.

Emenda nº 25. É relativa ao art. 63.

A restrição prevista no artigo, impedindo que a Petrobrascie subsidiárias ou participe minoritariamente de associações, representa uma restrição impeditiva ao desenvolvimento da Petrobras, o que não é desejável no novo cenário do setor petrolífero. Dotar a Petrobras das melhores condições de competição do novo cenário deve ser ponto fundamental no projeto que estamos analisando.

Somos pela rejeição dessa emenda.

Emenda nº 26. É relativa ao art. 63.

A restrição prevista no artigo, impedindo que a Petrobrasparticipe minoritariamente de associações, representa uma restrição impeditiva ao desenvolvimento da Petrobrás, o que não é desejável no novo cenário do setor petrolífero.

Somos pela rejeição.

Emenda nº 27. O art. 64 permite à Petrobrasexpandir suas atividades e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo. Deve, portanto, ser mantido.

Somos pela rejeição dessa emenda.

Emenda nº 28. A possibilidade criada no art. 65 do projeto já dá à Petrobrasa mobilidade necessária ao desempenho de suas atribuições, passíveis de terceirização. A forma encontrada no projeto é a mais adequada e deve ser mantida.

Somos pela rejeição.

Emenda nº 29. É relativa ao art. 65. A possibilidade de associação minoritária é uma alternativa empresarial importante para a Petrobrás; vedar essa alternativa à empresa significa restringir sua liberdade, sua autonomia, conseqüentemente, sua viabilidade.

Somos pela rejeição.

Emenda nº 30. O encontro de contas entre a União e a Petrobras abrangerá as obrigações recíprocas e subsídios, garantindo o tesouro dos dividendos mínimos legais que foram pagos a menos desde a promulgação da Lei nº 6.404.

A liquidação pela União, caso seja a devedora, por intermédio de tributos federais implicaria alteração no Código Tributário Nacional. Somos, portanto, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Permita-me interromper V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais 60 minutos.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO - Emenda nº 31. O Senado da República está fortalecido pela atribuição de aprovar as indicações dos diretores da agência reguladora para o setor de petróleo. A excepcionalização da aprovação de três dos cinco diretores, que terão mandato tampão na fase transitória de implantação da agência, não diminui o papel do Senado Federal.

Somos, portanto, pela rejeição.

Emendas nºs 32 e 33. Em um cenário competitivo a Petrobras deve ter liberdade de realizar associações segundo seu melhor interesse, conforme já está previsto no art. 64 desse projeto. A aprovação dessa emenda prejudicaria a gestão da estatal brasileira, inibindo a sua liberdade de investimento no setor.

Concluimos pela rejeição.

Emenda nº 34 – Essa emenda, a nosso ver, contraria a concepção do projeto. A sua aprovação representaria a volta do monopólio da Petrobras, que tem atividades asseguradas em todas as bacias brasileiras. A Emenda Constitucional nº 9 flexibilizou o monopólio da União; não se pode, agora, estabelecer um novo monopólio para a estatal. Por isso, consideramos mais adequada a forma proposta no projeto. Somos, assim, de opinião que essa emenda deva ser rejeitada.

Emenda nº 35. Inclui artigo no Capítulo VIII. A garantia de atendimento adequado à emenda de petróleo, gás e derivados é função do Conselho Nacional de Política Energética que deverá assegurar o abastecimento adequado em todo o território nacional.

Emenda nº 36 e última. Inclui artigo no cap. VII.

O espírito da flexibilização é a abertura de mercado para livre concorrência. Não há sentido em se criar uma barreira não tarifária que resultará em reserva de mercado. A proposição caracteriza reserva de mercado, podendo impedir que os benefícios de uma competitividade saudável no setor cheguem aos consumidores.

Somos pela sua rejeição.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é o parecer do Relator da Comissão de Infra-Estrutura pela aprovação do Projeto e pela rejeição, pelos motivos expostos, das emendas apresentadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O parecer do eminente Senador Teotonio Vilela é favorável ao Projeto e pela rejeição das emendas.

Passa-se, assim, à votação.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, cumprimentar os relatores dessa matéria, de modo particular o Senador José Fogaça, integrante da bancada do PMDB, que se dedicou ao estudo, como relator na Comissão de Assuntos Econômicos. E o faço, também, em relação ao Senador Hugo Napoleão, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa; e ao Senador Teotonio Vilela, no plenário, pela Comissão de Infra-Estrutura.

Essa matéria, evidentemente, é da maior preocupação por parte da sociedade brasileira, porque é o desdobramento da flexibilização do monopólio da União em relação ao petróleo e seus derivados.

Depois de ter ouvido várias intervenções, Sr. Presidente, gostaria de manifestar o maior respeito por aqueles que foram contrários e que se mantêm contrários à flexibilização do monopólio do petróleo. E o faço na figura do Senador Josaphat Marinho, que, nesta discussão, sustenta o mesmo ponto de vista defendido quando da tramitação da emenda. Respeito também aqueles que insistem que o melhor caminho é o do monopólio estatal do petróleo.

Todavia, entendo, Sr. Presidente, que esta é matéria vencida. Esta Casa já apreciou, em momento oportuno, a flexibilização do monopólio estatal do petróleo. E este é o momento de apreciar a lei que regulará a flexibilização. O monopólio do petróleo é uma etapa vencida. Venceu a opção da maioria, venceu a opção do Governo. Se certa ou errada, só a História dirá, Sr. Presidente.

Lamentavelmente, nesta tarde e nesta noite, em razão de haveremos aprovado a urgência para o projeto, não nos foi possível debater alguns pontos que me parecem polêmicos. Foram apresentados argumentos que poderiam ser apoiados ou contestados, se tivéssemos a oportunidade de discutir. Como a matéria está tramitando em regime de urgência, podemos intervir, mas sem a possibilidade do aparte. O Regimento Interno não permite apartes aos relatores.

Mesmo não tendo essa possibilidade, Sr. Presidente, anotei as observações feitas sobre os temas considerados mais polêmicos e quero revelar minha posição em relação ao art. 26, que dispõe sobre a propriedade da exploração. Fui procurado por setores ligados à área – pelos quais, aliás, tenho o maior respeito – inclusive representantes sindicais ligados ao petróleo. Mas não me convenci. E considero uma agressão, antes de mais nada a mim, acompanhar um raciocínio do qual não estou convencido.

Se optamos pela flexibilização do petróleo no Brasil, não entendo como os recursos explorados não sejam de propriedade da empresa que obteve a concessão. Não consigo entender como a iniciativa privada recebe uma área para explorar, obtém petróleo dessa área e não detém a propriedade do petróleo em que investiu para obter. Aí se argumenta, Sr. Presidente, que poderá haver produção para exportação.

Mas, Sr. Presidente, o art. 60 desta lei remete ao art. 4º de um outro dispositivo legal que protege os estoques estratégicos de combustível. E, se o faz, portanto, cabe às autoridades brasileiras fiscalizar os estoques que possam, eventualmente, prejudicar o País.

Então, desejo manifestar-me favoravelmente à manutenção do texto, porque entendo que retirar o direito de propriedade sobre o que foi obtido é eliminar a flexibilização. Que empresa privada investirá nessa área sabendo que não será proprietária daquilo em que investiu para obter? Estamos querendo restaurar o debate da flexibilização, que já foi ultrapassado.

Como Parlamentar, pois como Líder libero a Bancada para, neste assunto, votar cada um com o entendimento que achar mais correto, quero manifestar-me pela manutenção.

O outro é o art. 22. Quanto a este, Sr. Presidente, votarei favoravelmente à emenda apresentada.

Este, sim, considero um absurdo. Não posso admitir que a Petrobrasseja obrigada a entregar o seu acervo técnico, constituído por dados e informações, para que a agência possa repassar às suas concorrentes. A empresa privada no Brasil tem o direito à propriedade de suas informações e dos seus dados. Ninguém pode obrigar uma empresa particular neste País a entregar as informações de suas pesquisas. E a lei vai obrigar a Petrobras a entregar suas informações à agência, para que a agência as repasse para as concorrentes da Petrobras?

Isso, sim, Sr. Presidente, é um absurdo. Desde já, manifesto a minha solidariedade ao destaque e à emenda, porque considero um prejuízo à Petro-

brasobrigá-la a repassar os investimentos que o Governo brasileiro fez.

Não concordo com o argumento de que a Petrobras estará entregando os dados à agência e que, entregando-os à agência, estará entregando-os ao Governo, quando a lei permite à agência repassar e indenizar à Petrobras. Se a iniciativa privada no Brasil tem o direito à propriedade de suas pesquisas, de suas informações e de seus dados, contraria o interesse público esse dispositivo do art. 22.

Mantenho-me, Sr. Presidente, fiel às minhas observações a respeito desses dois dispositivos, que são os mais polêmicos. De resto, Sr. Presidente, acompanharei o projeto.

A questão está em aberto na Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB – RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos discutindo um projeto de lei que visa a regulamentar as atividades relativas ao monopólio do petróleo alteradas, em emenda à Constituição, no final do ano passado.

Não necessitaríamos abordar esse assunto, pois nosso posicionamento sobre a questão energética do País é de conhecimento público. Também desnecessária seria minha exposição, se a sociedade brasileira pudesse verificar a tranquilidade com que esse projeto está sendo deliberado nesta tarde, com a apresentação dos relatórios pelos Srs. Relatores.

Estamos falando de um assunto – e é por isso que faço esse registro de encaminhamento – que envolve uma empresa brasileira, a Petrobrás, uma empresa moderna que possui um corpo funcional e técnico altamente qualificado. Estamos falando de um setor que, no meu entendimento, estrategicamente representa os mais altos interesses nacionais. Estamos falando de uma empresa detentora de uma tecnologia hoje considerada como uma das armas mais desafiadoras e mais necessárias para o mundo nos dias de hoje e para o futuro. Estamos falando de uma empresa que conseguiu adquirir conhecimento, competência e capacidade para a extração, inclusive, de petróleo em águas profundas, que, sabemos, é uma tecnologia desafiadora para a própria humanidade.

Estamos diante de pareceres. Não entrarei no mérito da matéria. Este Senado Federal registrou sua posição de, mais uma vez, homologar o que a Câmara dos Deputados decidiu. Aqui não se pode atrasar projeto, não se pode alterar, estão aí as inúmeras emendas apresentadas por Senadores competentes, conhecedores da matéria, estudiosos e

peças que deveriam ter sido ouvidas para que esse projeto se aprimorasse.

Quero deixar apenas registrado, Srs. Senadores, algumas questões que considero fundamentais. Uma, no que se refere a citações do parecer do Senador José Fogaça, representante da Comissão de Assuntos Econômicos. Sua Excelência garante em seu voto que "ao mesmo tempo em que se permite o acesso de quaisquer empresas interessadas em investir no setor, são proporcionadas à Petrobras condições de plena atuação". Afirma ainda que "o País instrumentaliza-se para entrar no próximo milênio em condições de competir mais efetivamente no mercado internacional do petróleo". O Senador José Fogaça considera que, das emendas que rejeitou, uma poderia até ter sido aproveitada. Ao tentar aperfeiçoar o projeto, S. Ex^a afirma que "tal ajuste implicaria fazer o projeto retornar à Câmara dos Deputados, atrasando sua aprovação e sanção pelo Presidente da República".

Se lêssemos o parecer do Senador Hugo Napoleão, destacaríamos apenas três citações que considero fundamentais para registro e avaliação da sociedade, principalmente para a avaliação futura que teremos de fazer em acompanhamento do desenrolar desta questão. O projeto de lei em tela, de forma justa e coerente, vem permitir que outras empresas interessadas invistam no setor. O projeto de lei buscou estimular a atração de novos investimentos através da livre concorrência, típica de economia de mercado, porém sempre preocupado com a preservação dos interesses nacionais. E conclui: com a aprovação desse projeto, o Brasil dará um salto em direção ao seu crescimento econômico.

Por outro lado, o Senador Teotônio Vilela Filho também registra: "É mantido o monopólio da União sobre o petróleo e o controle da Petrobras pelo Estado. É o compromisso mantido, compromisso do Governo Federal, assumido publicamente". E acrescenta: "Contar com os instrumentos que garantirão novos investimentos em interação equilibrada entre Estado e iniciativa privada".

E poderia continuar fazendo algumas considerações, mas quero, diante da aprovação que se dará a este projeto, registrar também parte do relatório do Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. No entanto, V. Ex^a pode concluir.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Concluirei, Sr. Presidente, embora entenda que ainda não falei pelos meus cinco minutos a que tenho direito e espero que V. Ex^a tenha a tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães.) – Se V. Ex^a diz, V. Ex^a já ultrapassou o tempo em um minuto e meio, mas V. Ex^a pode continuar a falar.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Infelizmente, não está marcando no painel, e não temos como acompanhar.

Mas agradeço a tolerância de V. Ex^a e concluirei, fazendo um chamamento à sociedade brasileira para que acompanhe este detalhe do parecer em que ele diz que, por meio da garantia da energia para o desenvolvimento da economia nacional, vamos liberar o Estado e seus recursos financeiros para atuar com maior ênfase em outros setores vitais, como saúde e educação, sem que ele perca o seu papel de fiscalizador na área energética.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que eu ficaria, apesar dos pareceres, do estudo, com a avaliação que já foi apresentada aqui por vários Srs. Senadores e que está de acordo com o pensamento dos trabalhadores da empresa do petróleo, mais especificamente manifestado pelo meu Estado, do Rio Grande do Sul, chamando a atenção para o que está posto no art. 22, que já foi alertado; nos art. 26, 29, 43, 60, 64 e 65.

Queremos dizer que a preocupação existe e que esse projeto, da forma que está posto, evidencia o propósito de viabilizar, talvez a médio prazo, nada menos do que a privatização da Petrobrás.

Quero registrar que, infelizmente, por uma questão de avaliação de toda essa trajetória, toda essa discussão que envolve a questão energética do País, não poderei acompanhar positivamente.

Sabemos que a questão energética é o grande desafio de hoje, a grande questão que o Brasil tem para se colocar diante das Nações do mundo inteiro. E está dando uma cartada que não sei se será a mais correta e a mais conveniente para a nossa sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além de cumprimentar os Relatores dessa matéria, Senadores José Fogaça, Hugo Napoleão, e, hoje, o Senador Teotônio Vilela Filho, que fizeram um trabalho importante e detalhado sobre a matéria, gostaria de registrar, Sr. Presidente, que apresentei na Comissão de Assuntos Econômicos a Emenda que recebeu lá o número 7 para tratar o parágrafo único do art. 7º, que eliminaria a disposição de se instalar os escritórios centrais da Agência Nacional do Petróleo na cidade do Rio de Janeiro.

O Senador José Fogaça, no seu relatório, embora tenha reconhecido na emenda uma disposição de aperfeiçoar o projeto, considerou que se tratava de uma questão apenas administrativa. Como tal

ajuste implicaria fazer o projeto retornar à Câmara dos Deputados, o Senador José Fogaça, no seu relatório final, não obstante, segundo as palavras dele, reconhecer a racionalidade da proposta da emenda, entende que ela não justificaria a reabertura da discussão do projeto como um todo.

Sr. Presidente, concordo com o Relator, Senador José Fogaça. Realmente é uma questão administrativa, e não me parece cabível reabrir a discussão como um todo por uma questão administrativa; mas gostaria de registrar em plenário que não só a Agência Nacional de Petróleo, mas todos os órgãos de regulação, dentro dessa nova concepção de Estado, representam não apenas o Estado brasileiro, o Governo Federal, mas representam toda a sociedade. Portanto, é conceitualmente lógico que essas agências tenham sede, tenham foro em Brasília, que é a Capital do País. O artigo diz isso. A sede e o foro são realmente em Brasília, mas trazia em seu bojo um aposto dizendo que os escritórios centrais seriam no Rio de Janeiro. Como estão assegurados no projeto a sede, o foro no Distrito Federal, e, como a questão de instalação de escritórios é uma questão administrativa, contento-me, Sr. Presidente, com este registro, admitindo principalmente que o relatório do Senador José Fogaça é parte integrante da tramitação desta matéria no Senado Federal.

No entanto, faço questão de frisar que não só a Agência Nacional de Petróleo, mas todas as agências de regulação devem ter sede e foro na Capital do País, pela racionalidade e pela razão conceitual de serem as agências reguladoras não só representação do próprio Estado central, mas o único instrumento de defesa que a sociedade brasileira tem com a entrada do capital privado nessas áreas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Com a palavra o Senador José Sarney, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, mais do que as minhas palavras, eu queria fixar nos Anais da Casa a minha posição.

Este assunto, sem dúvida, envolve uma questão doutrinária e uma questão política. No caso das privatizações, devo dizer que sou totalmente a favor delas. Penso que chegou ao fim o Estado empresário; mas existem algumas companhias em todos os países que são consideradas áreas estratégicas e que devem permanecer sob o controle do Poder Público e do patrimônio nacional.

Assim considerando, manifestei-me contra a privatização da Vale do Rio Doce. E nesse sentido estou aqui, porque penso que, como ex-Presidente

da República, mais do que todos nós, tenho o dever de defender o País.

No caso da Petrobrás, na realidade, há uma determinação de quebrar o seu monopólio e, sem dúvida, de enfraquecê-la. Contudo, isso não se faz claramente. Por isso, toda a legislação sobre o assunto é ambígua e de subterfúgios, dando margem às discussões que estamos vendo nesta tarde.

Tenho, destarte, algumas restrições a fazer. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao art. 22, aduzido pelo Líder Jader Barbalho. Quero acrescentar um argumento, uma vez que o referido artigo diz que as bacias sedimentares brasileiras e seu acervo técnico são considerados parte integrante dos recursos petrolíferos — e esses dados são indissolúveis dos recursos, evidentemente por motivos óbvios.

O § 1º prevê que a Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — transferirá para a ANP as informações e dados que dispuserem sobre as bacias sedimentares brasileiras — que são consideradas recursos, tanto quanto o petróleo —, assim como as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade no exercício do monopólio, até a publicação desta Lei.

O § 2º diz que a agência poderá transmitir esses dados, mediante pagamento, às partes interessadas, isto é, a outras companhias.

Quero recordar que me encontro, de certo modo, envolvido nos compromissos assumidos pelo Presidente da República com o Senado Federal. Eu era Presidente da Casa, quando o Presidente dirigiu ao Senado Federal uma carta na qual, no seu item 2º, Sua Excelência diz que a União não contrata empresas para pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecidas pela Petrobras.

Ora, esse artigo justamente diz que esse acervo, esse patrimônio da Petrobrasserá transferido para outras companhias particulares. Logo, quero ser fiel ao ponto de vista do Presidente da República, para dizer que estou de acordo com a redação que foi dada à emenda proposta ao art. 22, que se encontra sobre a mesa.

A respeito do art. 26, como tive oportunidade de ressaltar, a redação é ambígua. Se quer algo, mas não se quer dizê-lo; quer-se dizer que o monopólio está quebrado, mas não se afirma isso. Então, dá-se margem, na redação, a que se possa considerar que estão sendo transferidos não só os bens produzidos por essas companhias que explorarão mas também as bacias.

Penso que a redação proposta pelo Senador Lúcio Alcântara torna mais claro e, de certo modo, mais transparente aquilo que nós todos devemos ter.

As medidas que têm sido enviadas ao Congresso sobre esse assunto devem ser claras, devendo-se respeitar as posições de todos. Queremos que seja rompido o monopólio. Está certo que se diga isso. Mas desejar, sob uma redação ambígua, fazer uma coisa e dizer outra, não posso aceitar, a não ser ferindo aquilo que entendo ser o meu dever: defender a Petrobras e o Brasil.

Quero também fazer uma restrição, Sr. Presidente, a respeito do art. 43, o qual não foi muito citado nesta Casa. O art. 43 trata do contrato de concessão e diz que o contrato de concessão "deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais..." Enumera várias cláusulas, chegando à Cláusula 10, onde se diz:

"As regras sobre solução de controvérsias relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional..."

Ora, se é um contrato de concessão, não se sabendo quem vai ganhar, entendo que de certo modo é uma antecipação quando se estabelece que o edital deve dizer que vamos trazer uma arbitragem internacional. Na realidade, se ela for necessária, será um assunto a ser resolvido entre as firmas contratantes. Jamais saímos do pressuposto de que o Brasil não tem capacidade para arbitrar internamente os seus conflitos.

Finalmente, Sr. Presidente, essas eram as observações que tinha a fazer, achando que devia fazê-las e respeitando as opiniões contrárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 502, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão

"... e embarcações..", constante do art. 65, **caput**, do PLC nº 6/97.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997 – **Ronaldo Cunha Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 503, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão

"... inclusive a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953," Constante do art. 83, do PLC nº 6/97.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **Ronaldo Cunha Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de destaque.

As matérias destacadas serão votadas oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte>

REQUERIMENTO Nº 504, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 34, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A emenda será retirada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Votação do projeto sem prejuízo das emendas e dos destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 06, DE 1997

(Nº 2.142/96, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

- I – preservar o interesse nacional;
- II – promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;
- III – proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- IV – proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;
- V – garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;
- VI – incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;
- VII – identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;

VIII – utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;

IX – promover a livre concorrência;

X – atrair investimentos na produção de energia;

XI – ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

CAPÍTULO II

Do conselho nacional de política energética

Art. 2º Fica criado o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I – promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com os princípios enumerados no capítulo anterior e com o disposto na legislação aplicável;

II – assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios;

III – rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;

IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão e da energia termonuclear;

V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

§ 1º Para o exercício de suas atribuições, o CNPE contará com o apoio técnico dos órgãos reguladores do setor energético.

§ 2º O CNPE será regulamentado por decreto do Presidente da República, que determinará sua composição e a forma de seu funcionamento.

CAPÍTULO III

Da titularidade e do monopólio do petróleo e do gás natural

SEÇÃO I

Do exercício do monopólio

Art. 3º Pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.

Art. 4º Constituem monopólio da União, nos termos do art. 177 da Constituição Federal, as seguintes atividades:

I – a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos;

II – a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro;

III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e de gás natural.

Art. 5º As atividades econômicas de que trata o artigo anterior serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

SEÇÃO II

Das definições técnicas

Art. 6º Para os fins desta lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I – Petróleo: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

II – Gás Natural ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;

III – Derivados de Petróleo: produtos decorrentes da transformação do petróleo;

IV – Derivados Básicos: principais derivados de petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo;

V – Refino ou Refinação: conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de petróleo;

VI – Tratamento ou Processamento de Gás Natural: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização;

VII – Transporte: movimentação de petróleo e seus derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII – Transferência: movimentação de petróleo, derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

IX – Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não;

X – Reservatório ou Depósito: Configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;

XI – Jazidas: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção;

XII – Prospecto: feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural;

XIII – Bloco: parte de uma bacia sedimentar formada por uma prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas

coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural;

XIV – Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;

XV – Pesquisa ou Exploração: conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural;

XVI – Lavra ou Produção: conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação

XVII – Desenvolvimento: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás;

XVIII – Descoberta Comercial: descoberta de petróleo ou gás natural em condições que, a preços de mercado tornem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção;

XIX – Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos e seus derivados;

XX – Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXI – Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXII – Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos, usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º art. 25 da Constituição Federal;

XXIII – Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais.

CAPÍTULO IV

Da agência nacional do petróleo

SEÇÃO I

Da instituição e das atribuições

Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo – ANP, entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, com órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. A ANP terá sede e foro no Distrito Federal e escritórios centrais na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais.

Art. 8º A ANP terá como finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, cabendo-lhe:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo o território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

II – promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeitos de concessão das atividades de exploração desenvolvimento e produção;

III – regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização em bases não-exclusivas;

IV – elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V – autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta lei e sua regulamentação;

VI – estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos nesta lei;

VII – fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

VIII – instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e

instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

IX – fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, dos derivados e do gás natural e de preservação do meio ambiente;

X – estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

XI – organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades da indústria do petróleo;

XII – consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;

XIII – fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

XIV – articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;

XV – regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Art. 9º Além das atribuições que lhe são conferidas no artigo anterior, caberá à ANP exercer, a partir de sua implantação, as atribuições do Departamento Nacional de Combustíveis – DNC, relacionadas com as atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool, observado o disposto no art. 78.

Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para que este adote as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.

SEÇÃO II

Da estrutura organizacional da autarquia

Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta lei.

Art. 12. Os membros da Diretoria da ANP somente poderão ser exonerados em razão de:

I – condenação penal, transitada em julgado;

II – prática de ato de improbidade apurado em processo administrativo;

III – violação administrativa grave ou descumprimento manifesto de suas atribuições, reconhecidos em decisão fundamentada do Senado Federal, por provocação do Presidente da República.

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o Presidente da República poderá afastar temporariamente do cargo o Diretor sob investigação, até decisão final do Senado Federal.

Art. 13. Está impedida de exercer cargo de Diretor na ANP a pessoa que mantenha, ou haja mantido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades integrantes da indústria do petróleo ou de distribuição:

I – acionista ou sócio com participação individual direta superior a cinco por cento do capital social total ou dois por cento do capital votante da empresa ou, ainda, um por cento do capital total da respectiva empresa controladora;

II – administrador, sócio-gerente ou membro do Conselho Fiscal;

III – empregado, ainda que o respectivo contrato de trabalho esteja suspenso, inclusive da empresa controladora ou de entidade de previdência complementar custeada pelo empregador.

Parágrafo único. Está também impedida de assumir cargo de Diretor na ANP a pessoa que exerça, ou haja exercido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, cargo de direção em entidade sindical ou associação de classe, de âmbito nacional ou regional, representativa de interesses de empresas que explorem quaisquer das atividades integrantes da indústria do petróleo ou de distribuição.

Art. 14. Terminado o mandato, ou uma vez exonerado do cargo, o ex-Diretor da ANP ficará impedido, por um período de doze meses, contados da data de sua exoneração de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante da indústria do petróleo ou de distribuição.

§ 1º Durante o impedimento, o ex-Diretor que não tiver sido exonerado nos termos do art. 12 poderá continuar prestando serviço à ANP, ou a qualquer órgão da Administração Direta da União, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exercia.

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-Diretor que violar o impedimento previsto neste artigo.

SEÇÃO III

Das receitas e do acervo da autarquia

Art. 15. Constituem receitas da ANP:

I – as doações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – parcela das participações governamentais referidas nos incisos I e III do art. 45 desta Lei, de acordo com as necessidades operacionais da ANP, consignadas no Orçamento aprovado;

III – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, excetuados os referidos no inciso anterior;

IV – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V – o produto dos emolumentos, taxas e multas previstos na legislação específica, os valores apurados na venda ou locação dos bens e imóveis de sua propriedade, bem como os decorrentes da venda de dados e informações técnicas, inclusive para fins de licitação, ressalvados os referidos no § 2º do art. 22 desta Lei.

Art. 16. Os recursos provenientes da participação governamental prevista no inciso IV do art. 45, nos termos do art. 51, destinar-se-ão ao financiamento das despesas da ANP para o exercício das atividades que lhe são conferidas nesta Lei.

SEÇÃO IV

Do processo decisório

Art. 17. O processo decisório da ANP obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 18. As sessões deliberativas da Diretoria da ANP que se destinem a resolver pendências entre agentes econômicos e entre estes e consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão públicas, permitida a sua gravação por meios eletrônicos e assegurado aos interessados o direito de delas obter transcrições.

Art. 19. As iniciativas de projetos de lei ou de alteração de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP.

Art. 20. O regimento interno da ANP disporá sobre os procedimentos a serem adotados para a solução de conflitos entre agentes econômicos, e entre estes e usuários e consumidores, com ênfase na conciliação e no arbitramento.

CAPÍTULO V

Da exploração e da produção

SEÇÃO I

Das normas gerais

Art. 21. Todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem à União, cabendo sua administração à ANP.

Art. 22. O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP sua coleta, manutenção e administração.

§ 1º A Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, transferirá para a ANP as informações e dados de que dispuser sobre as bacias sedimentares brasileiras, assim como as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade do exercício do monopólio até a publicação desta Lei.

§ 2º A ANP estabelecerá critérios para remuneração à Petrobrás pelos dados e informações referidos no parágrafo anterior e que venham a ser utilizados pelas partes interessadas, com fiel observância ao disposto no art. 117 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão,

precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão.

Art. 24. Os contratos de concessão deverão prever duas fases: a de exploração e a de produção.

§ 1º Incluem-se na fase de exploração as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade.

§ 2º A fase de produção incluirá também as atividades de desenvolvimento.

Art. 25. Somente poderão obter concessão para a exploração e produção de petróleo ou gás natural as empresas que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP.

Art. 26. A concessão implica, para o concessionário, a obrigação de explorar, por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo ou gás natural em determinado bloco, conferindo-lhe a propriedade desses bens, após extraídos, com os encargos relativos ao pagamento dos tributos incidentes e das participações legais ou contratuais correspondentes.

§ 1º Em caso de êxito na exploração, o concessionário submeterá à aprovação da ANP os planos e projetos de desenvolvimento e produção.

§ 2º A ANP emitirá seu parecer sobre os planos e projetos referidos no parágrafo anterior no prazo máximo de cento e oitenta dias.

§ 3º Decorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior sem que haja manifestação da ANP, os planos e projetos considerar-se-ão automaticamente aprovados.

Art. 27. Quando se tratar de campos que se estendam, por blocos vizinhos, onde atuem concessionários distintos, deverão eles celebrar acordo para a individualização da produção.

Parágrafo único. Não chegando as partes a acordo, em prazo máximo fixado pela ANP, caberá a esta determinar, com base em laudo arbitral, como serão equitativamente apropriados os direitos e obrigações sobre os blocos, com base nos princípios gerais de Direito aplicáveis.

Art. 28. As concessões extinguir-se-ão:

I – pelo vencimento do prazo contratual;

II – por acordo entre as partes;

III – pelos motivos de rescisão previstos em contrato;

IV – ao término da fase de exploração, sem que tenha sido feita qualquer descoberta comercial, conforme definido no contrato;

V – no decorrer da fase de exploração, se o concessionário exercer a opção de desistência e de devolução das áreas em que, a seu critério, não se justifiquem investimentos em desenvolvimento.

§ 1º A devolução de áreas, assim como a reversão de bens, não implicará ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP, nem conferirá ao concessionário qualquer direito de indenização pelos serviços, poços, imóveis e bens reversíveis, os quais passarão à propriedade da União e à administração da ANP, na forma prevista no inciso VI do art. 43.

§ 2º Em qualquer caso de extinção da concessão, o concessionário fará, por sua conta exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

Art. 29. É permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, conforme o previsto no art. 25.

Parágrafo único. A transferência do contrato só poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da ANP.

Art. 30. O contrato para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo ou gás natural não se estende a nenhum outro recurso natural, ficando o concessionário obrigado a informar a sua descoberta, prontamente e em caráter exclusivo à ANP.

SEÇÃO II

Das normas específicas para as atividades em curso

Art. 31. A Petrobras submeterá à ANP, no prazo de três meses da publicação desta lei, seu programa de exploração, desenvolvimento e produção, com informações e dados que propiciem:

I – o conhecimento das atividades de produção em cada campo, cuja demarcação poderá incluir uma área de segurança técnica;

II – o conhecimento das atividades de exploração e desenvolvimento, registrando, neste caso, os custos incorridos, os investimentos realizados e o cronograma dos investimentos a realizar, em cada bloco onde tenha definido prospectos.

Art. 32. A Petrobras terá ratificados seus direitos sobre cada um dos campos que se encontrem em efetiva produção na data de início de vigência desta lei.

Art. 33. Nos blocos em que, quando do início da vigência desta lei, tenha a Petrobras realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos na exploração, poderá ela, observada sua capacidade de investir, inclusive por meio de financiamentos, prosseguir nos trabalhos de exploração e desenvolvimento pelo prazo de três anos e, nos casos de êxito, prosseguir nas atividades de produção.

Parágrafo único. Cabe à ANP, após a avaliação da capacitação financeira da Petrobras e dos dados e informações de que trata o art. 31, aprovar os blocos em que os trabalhos referidos neste artigo terão continuidade.

Art. 34. Cumprido o disposto no art. 31 e dentro do prazo de um ano a partir da data de publicação desta Lei, a ANP celebrará com a Petrobras, dispensada a licitação prevista no art. 23, contratos de concessão dos blocos que atendam às condições estipuladas nos arts. 32 e 33, definindo-se, em cada um desses contratos, as participações devidas, nos termos estabelecidos na Seção VI.

Parágrafo único. Os contratos de concessão referidos neste artigo serão regidos, no que couber, pelas normas gerais estabelecidas na Seção anterior e obedecerão ao disposto na Seção V deste Capítulo.

Art. 35. Os blocos não contemplados pelos contratos de concessão mencionados no artigo anterior e aqueles em que tenha havido insucesso nos trabalhos de exploração, ou não tenham sido ajustados com a ANP, dentro dos prazos estipulados, serão objeto de licitação pela ANP para a outorga de novos contratos de concessão, regidos pelas normas gerais estabelecidas na Seção anterior.

SEÇÃO III Do edital de licitação

Art. 36. A Licitação para outorga dos contratos de concessão referidos no art. 23 obedecerá ao

disposto nesta Lei, na regulamentação a ser expedida pela ANP e no respectivo edital.

Art. 37. O edital da licitação será acompanhado da minuta básica do respectivo contrato e indicará obrigatoriamente:

I – o bloco objeto da concessão, o prazo estimado para a duração da fase de exploração, os investimentos e programas exploratórios mínimos;

II – os requisitos exigidos dos concorrentes, nos termos do art. 25, e os critérios de pré-qualificação, quando este procedimento for adotado;

III – as participações governamentais mínimas, na forma do disposto no art. 45, e a participação dos superficiários prevista no art. 52;

IV – a relação de documentos exigidos e os critérios a serem seguidos para aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica dos interessados, bem como para o julgamento técnico econômico-financeiro da proposta;

V – a expressa indicação de que caberá ao concessionário o pagamento das indenizações devidas por desapropriações ou servidões necessárias ao cumprimento do contrato;

VI – o prazo local e horário em que serão fornecidos, aos interessados os dados, estudos e demais elementos e informações necessários à elaboração das propostas bem como custo de sua aquisição.

Parágrafo único. o prazo de duração da fase de exploração, referido no inciso I deste artigo, será estimado pela ANP, em função do nível de informações disponíveis, das características e da localização de cada bloco.

Art. 38. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, o edital conterá as seguintes exigências;

I – comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II – indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio e pela condução das operações sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;

III – apresentação, por parte de cada uma das empresas consorciadas, dos documentos exigidos para efeito de avaliação da qualificação técnica e econômico-financeira do consórcio;

IV – proibição de participação de uma mesma empresa em outro consórcio, ou isoladamente, na licitação de um mesmo bloco;

V – outorga de concessão ao consórcio vencedor da licitação condicionada registro do instrumento constitutivo do consórcio, na forma do disposto no parágrafo único do art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 39. O edital conterà a exigência de que a empresa estrangeira que concorrer isoladamente ou em consórcio deverá apresentar, juntamente com sua proposta e em envelope separado:

I – prova de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, nos termos da regulamentação a ser editada pela ANP;

II – inteiro teor dos atos constitutivos e prova de encontrar-se organizada e em funcionamento regular, conforme a lei de seu país;

III – designação de um representante legal junto à ANP, com poderes especiais para a prática de atos e assunção de responsabilidades relativamente à licitação e à proposta apresentada;

IV – compromisso de, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil.

Parágrafo único. A assinatura do contrato de concessão ficará condicionada ao efetivo cumprimento do compromisso assumido de acordo com o inciso IV deste artigo.

SEÇÃO IV

Do julgamento da licitação

Art. 40. O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa, segundo critérios objetivos, estabelecidos no instrumento convocatório, com fiel observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade entre os concorrentes.

Art. 41. No julgamento da licitação, além de outros critérios que o edital expressamente estipular, serão levados em conta:

I – o programa geral de trabalho, as propostas para as atividades de exploração, os prazos, os volumes mínimos de investimentos e os cronogramas físico-financeiros;

II – as participações governamentais referidas no art. 45.

Art. 42. Em caso de empate, a licitação será decidida em favor da Petrobras, quando esta concorrer não consorciada com outras empresas.

SEÇÃO V

Do contrato de concessão

Art. 43. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais:

I – a definição do bloco objeto da concessão;

II – o prazo de duração da fase de exploração e as condições para sua prorrogação;

III – o programa de trabalho e o volume do investimento previsto;

IV – as obrigações do concessionário quanto às participações, conforme o disposto na Seção VI;

V – a indicação das garantias a serem prestadas pelo concessionário quanto ao cumprimento do contrato, inclusive quanto à realização dos investimentos ajustados para cada fase;

VI – a especificação das regras sobre devolução e desocupação de áreas, inclusive retirada de equipamentos e instalações, e reversão de bens;

VII – os procedimentos para acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção, e para auditoria do contrato;

VIII – a obrigatoriedade de o concessionário fornecer à ANP relatórios, dados e informações relativos às atividades desenvolvidas;

IX – os procedimentos relacionados com a transferência do contrato, conforme o disposto no art. 29;

X – as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional;

XI – os casos de rescisão e extinção do contrato;

XII – as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pelo concessionário das obrigações contratuais.

Parágrafo único. As condições contratuais para prorrogação do prazo de exploração, referidas no inciso II deste artigo, serão estabelecidas de modo a assegurar a devolução de um percentual do bloco, a critério da ANP, e o aumento do valor do pagamento pela ocupação da área, conforme disposto no parágrafo único do art. 51.

Art. 44. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:

I – adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a conservação dos reservatórios e de outros recursos naturais, para a segurança das pessoas e dos equipamentos e para a proteção do meio ambiente;

II – comunicar à ANP, imediatamente, a descoberta de qualquer jazida de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos ou de outros minerais;

III – realizar a avaliação da descoberta nos termos do programa submetido à ANP, apresentando relatório de comercialidade e declarando seu interesse no desenvolvimento do campo;

IV – submeter à ANP o plano de desenvolvimento de campo declarado comercial, contendo o cronograma e a estimativa de investimento;

V – responsabilizar-se civilmente pelos atos de seus prepostos e indenizar todos e quaisquer danos decorrentes das atividades de exploração, desenvolvimento e produção contratadas, devendo ressarcir à ANP ou à União os ônus que venham a suportar em consequência de eventuais demandas motivadas por atos de responsabilidade do concessionário;

VI – adotar as melhores práticas da indústria internacional do petróleo e obedecer às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, inclusive quanto às técnicas apropriadas de recuperação, objetivando a racionalização da produção e o controle do declínio das reservas.

SEÇÃO VI Das participações

Art. 45. O contrato de concessão disporá sobre as seguintes participações governamentais, previstas no edital de licitação:

I – bônus de assinatura;

II – **royalties**;

III – participação especial;

IV – pagamento pela ocupação ou retenção de área.

§ 1º As participações governamentais constantes dos incisos II e IV serão obrigatórias.

§ 2º As receitas provenientes das participações governamentais definidas no **caput**, alocadas para órgãos da administração pública federal, de acordo com o disposto nesta lei, serão mantidas na Conta Única do Governo Federal, enquanto não forem destinadas para as respectivas programações.

§ 3º O superávit financeiro dos órgãos da administração pública federal referidos no parágrafo anterior, apurado em balanço de cada exercício financeiro, será transferido ao Tesouro Nacional.

Art. 46. O bônus de assinatura terá seu valor mínimo estabelecido no edital e corresponderá ao pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pago no ato da assinatura do contrato.

Art. 47. Os **royalties** serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos **royalties** estabelecido no **caput** deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em **flares**, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos **royalties** devidos.

Art. 48. A parcela do valor do **royalty**, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro e 1989.

Art. 49. A parcela do valor do **royalty** que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição.

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das área de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no **caput** deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República.

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os **royalties**, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

I – quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;

II – dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III – quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV – dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º.

Art. 51. O edital e o contrato disporão sobre o pagamento pela ocupação ou retenção de área, a ser feito anualmente, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, na forma da regulamentação por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. O valor do pagamento pela ocupação ou retenção de área será aumentado em percentual a ser estabelecido pela ANP, sempre que houver prorrogação do prazo de exploração.

Art. 52. Constará também do contrato de concessão de bloco localizado em terra cláusula que determine o pagamento aos proprietários da terra de participação equivalente, em moeda corrente, a um percentual variável entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da ANP.

Parágrafo único. A participação a que se refere este artigo será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco.

CAPÍTULO VI

Do refino de petróleo e do processamento de gás natural

Art. 53. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

§ 1º A ANP estabelecerá os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos

proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações.

§ 2º Atendido o disposto no parágrafo anterior, a ANP outorgará a autorização a que se refere o inciso V do art. 8º, definindo seu objeto e sua titularidade.

Art. 54. É permitida a transferência da titularidade da autorização, mediante prévia e expressa aprovação pela ANP, desde que o novo titular satisfaça os requisitos expressos no § 1º do artigo anterior.

Art. 55. No prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta lei, a ANP expedirá as autorizações relativas às refinarias e unidades de processamento de gás natural existentes, ratificando sua titularidade e seus direitos.

Parágrafo único. As autorizações referidas neste artigo obedecerão ao disposto no art. 53 quanto à transferência da titularidade e à ampliação da capacidade das instalações.

CAPÍTULO VII

Do transporte de petróleo, seus derivados e gás natural

Art. 56. Observadas as disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação.

Parágrafo único. A ANP baixará normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para a autorização e para transferência de sua titularidade, observado o atendimento aos requisitos de proteção ambiental e segurança de tráfego.

Art. 57. No prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta lei, a Petrobrás e as demais empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte marítimo e dutoviário receberão da ANP as respectivas autorizações, ratificando sua titularidade e seus direitos.

Parágrafo único. As autorizações referidas neste artigo observarão as normas de que trata o parágrafo único do artigo anterior, quanto às transferências da titularidade e à ampliação da capacidade das instalações.

Art. 58. Faculta-se a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.

§ 1º A ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração adequada, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor acordado é compatível com o mercado.

§ 2º A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para movimentação de seus próprios produtos, com o objetivo de promover a máxima utilização da capacidade de transporte pelos meios disponíveis.

Art. 59. Os dutos da transferência serão reclassificados pela ANP como dutos de transporte, caso haja comprovado interesse de terceiros em sua utilização, observadas as disposições aplicáveis deste Capítulo.

CAPÍTULO VIII

Da importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural

Art. 60. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para exercer a atividade de importação e exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado.

Parágrafo único. O exercício da atividade referida no caput deste artigo observará as diretrizes do CNPE, em particular as relacionadas com o cumprimento das disposições do art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e obedecerá às demais normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO IX

Da Petrobras

Art. 61. A Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, conforme definidas em lei.

§ 1º As atividades econômicas referidas neste artigo serão desenvolvidas pela Petrobras em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado, observados o período de transição previsto no Capítulo X e os demais princípios e diretrizes desta Lei.

§ 2º A Petrobras, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer, fora do território nacional, qual-

quer uma das atividades integrantes de seu objeto social.

Art. 62. A União manterá o controle acionário da Petrobras com a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante.

Parágrafo único. O capital social da Petrobras é dividido em ações ordinárias, com direito de voto, e ações preferenciais, estas sempre sem direito de voto, todas escriturais, na forma do art. 34 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 63. A Petrobras e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.

Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integram a indústria do petróleo, fica a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 65. A Petrobras deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 66. A Petrobras poderá transferir para seus ativos os títulos e valores recebidos por qualquer subsidiária, em decorrência do Programa Nacional de Desestatização, mediante apropriada redução de sua participação no capital social da subsidiária.

Art. 67. Os contratos celebrados pela Petrobras, para aquisição de bens e serviços, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República.

Art. 68. Com o objetivo de compor suas propostas para participação das licitações que precedem as concessões de que trata esta lei, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convites, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercida, sem penalidade ou indenização, no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, a **posteriori**, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

CAPÍTULO X

Das disposições finais e transitórias

SEÇÃO I

Do período de transição

Art. 69. Durante um período de transição de, no máximo, trinta e seis meses, contados a partir da publicação desta lei, os reajustes e revisões dos preços dos derivados básicos de petróleo e do gás natural, praticados pelas refinarias e pelas unidades de processamento, serão efetuados segundo diretrizes e parâmetros específicos estabelecidos, em ato conjunto, pelos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia.

Art. 70. Durante o período de transição de que trata o artigo anterior, a ANP estabelecerá critérios para as importações de petróleo, de seus derivados básicos e de gás natural, os quais serão compatíveis com os critérios de desregulamentação de preços, previstos no mesmo dispositivo.

Art. 71. Os derivados de petróleo e de gás natural que constituam insumos para a indústria petroquímica terão o tratamento previsto nos arts. 69 e 70, objetivando a competitividade do setor.

Art. 72. Durante o prazo de cinco anos, contados a partir da data de publicação desta Lei, a União assegurará, por intermédio da ANP, às refinarias em funcionamento no País, excluídas do monopólio da União, nos termos do art. 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, condições operacionais e econômicas, com base nos critérios em vigor, aplicados à atividade de refino.

Parágrafo único. No prazo previsto neste artigo, observar-se-á o seguinte:

I – as refinarias se obrigam a manter os postos de trabalho em existência na data de publicação desta Lei;

II – as refinarias se obrigam a submeter à ANP plano de investimento na modernização tecnológica e na expansão da produtividade de seus respectivos parques de refino, com vistas ao aumento da produção e à conseqüente redução dos subsídios a elas concedidos;

III – a ANP avaliará, periodicamente, o grau de competitividade das refinarias, a realização dos respectivos planos de investimentos e a conseqüente redução dos subsídios relativos a cada uma delas.

Art. 73. Até que se esgote o período de transição estabelecido no art. 69, os preços dos derivados básicos praticados pela Petrobras poderão conside-

rar os encargos resultantes de subsídios incidentes sobre as atividades por ela desenvolvidas.

Parágrafo único. À exceção das condições e do prazo estabelecidos no artigo anterior, qualquer subsídio incidente sobre os preços dos derivados básicos, transcorridos o período previsto no art. 69, deverá ser proposto pelo CNPE e submetido à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do inciso II do art. 2º

Art. 74. A Secretaria do Tesouro Nacional procederá ao levantamento completo de todos os créditos e débitos recíprocos da União e da Petrobras, abrangendo as diversas contas de obrigações recíprocas e subsídios, inclusive os relativos à denominada Conta Petróleo, Derivados e Alcool, instituída pela Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, e legislação complementar, ressarcindo-se o Tesouro dos dividendos mínimos legais que tiverem sido pagos a menos desde a promulgação da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. Até que se esgote o período de transição, o saldo credor desse encontro de contas deverá ser liquidado pela parte devedora, ficando facultado à União, caso seja a devedora, liquidá-lo em títulos do Tesouro Nacional.

SEÇÃO II

Das disposições finais

Art. 75. Na composição da primeira Diretoria da ANP, visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral e dois Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, respectivamente com mandatos de três, dois e um ano, e dois Diretores serão nomeados conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 11.

Art. 76. A ANP poderá contratar especialistas para a execução de trabalhos nas áreas técnica, econômica e jurídica, por projetos ou prazos limitados, com dispensa de licitação nos casos previstos na legislação aplicável.

Parágrafo único. Fica a ANP autorizada a efetuar a contratação temporária, por prazo não excedente a trinta e seis meses, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, do pessoal técnico imprescindível à implantação de suas atividades.

Art. 77. O Poder Executivo promoverá a instalação do CNPE e implantará a ANP, mediante a aprovação de sua estrutura regimental, em até cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

§ 1º A estrutura regimental da ANP incluirá os cargos em comissão e funções gratificadas existentes no DNC.

§ 2º Fica criado na ANP o cargo em comissão de Natureza Especial de Diretor-Geral.

§ 3º Enquanto não implantada a ANP, as competências a ela atribuídas por esta lei serão exercidas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 78. Implantada a ANP, ficará extinto o DNC.

Parágrafo único. Serão transferidos para a ANP o acervo técnico-patrimonial, as obrigações, os direitos e as receitas do DNC.

Art. 79. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério de Minas e Energia, para atender às despesas de estruturação e manutenção da ANP, utilizando como recursos as dotações orçamentárias destinadas às atividades finalísticas e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesa previstos na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 80. As disposições desta lei não afetam direitos anteriores de terceiros, adquiridos mediante contratos celebrados com a Petrobras, em conformidade com as leis em vigor, e não invalidam os atos praticados pela Petrobras e suas subsidiárias, de acordo com seus estatutos, os quais serão ajustados, no que couber, a esta lei.

Art. 81. Não se incluem nas regras desta lei os equipamentos e instalações destinados a execução de serviços locais de distribuição de gás canalizado, a que se refere o § 2º do art. 25 da Constituição Federal.

Art. 82. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Estou encaminhando à Mesa declaração de voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A declaração de voto de S. Ex^a será publicada na forma regimental.

É a seguinte a declaração de voto encaminhada:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro que, recusadas todas as emendas pelos relatores de todas as Comissões, repetindo-se o procedimento nestas verificações, o que indica a determinação da maioria de votar o projeto sem qualquer alteração – lhe recusei o meu assentimento, por dever de consciência.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **Josaphat Marinho**.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT – SE) – Sr. Presidente, peço que registre a minha declaração de voto contra o projeto, já com a justificativa quando da discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB – RS) – Sr. Presidente, também voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram contra o projeto os Srs. Senadores José Eduardo Dutra, Ademir Andrade, Lauro Campos, Pedro Simon, Roberto Freire, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião e das Sr^{as} Senadoras Emilia Fernandes, Marina Silva e Benedita da Silva.

Votação dos destaques ao texto do projeto.

Nos termos do art. 312, destaque para votação em separado das expressões "e embarcações", constantes do art. 63, **caput**.

Quem vota "sim" mantém o texto, quem vota "não" retira o texto. Está bem entendido?

Concedo a palavra aos Srs. Líderes para orientação das Bancadas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – O PFL vota "não". É a recomendação que faz.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O PFL vota "sim", não é?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O PSDB vota "sim".

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF) – O PTB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O PTB vota "sim".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT – SE) – O Bloco, assim como o PFL, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Bloco vota "não", contrariamente ao PFL.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – O PMDB recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O PMDB vota "sim".

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que mantêm o texto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votação, em separado, das expressões "inclusive a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, constante do art. 83 do PLC 06/97".

Quem vota a favor do texto vota "sim"; quem vota pela mudança vota "não".

Os Srs. Senadores que mantêm o texto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os mesmos votos contrários do item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votação em globo das emendas de plenário com parecer contrário.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos e aprovados os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 505, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 5-PLN ao PLC 6/97.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra**.

REQUERIMENTO Nº 506, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 12-PLN, ao PLC nº 6, de 1997.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovados os requerimentos, as emendas destacadas serão votadas oportunamente.

Votação em globo das emendas de parecer contrário.

Os Srs. Senadores que as rejeitam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votação das emendas destacadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 507, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requeiro votação nominal das Emendas nºs 5 e 12, destacadas.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1997. – **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação. As Srª e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Será feita a votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares na bancada, para votação nominal.

Em votação a Emenda nº 5.

Concedo a palavra ao seu autor, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT – SE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, apenas para orientar. A Emenda nº 5 é que faz referência ao art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Emenda nº 5 faz referência ao art. 22.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presi-

dente, Srªs e Srs. Senadores, fomos contra a chamada flexibilização do monopólio do petróleo. Perdemos. Acatamos a decisão desta Casa.

Apresentamos uma série de emendas, mas pedimos destaque para apenas duas. Uma delas diz respeito à questão da competitividade da Petrobras e essa, para nós, é a que está inserida no contexto. É a emenda que separa, na questão da cessão dos dados sobre as bacias sedimentares à ANP, o que são os chamados dados físicos, dados obtidos, sem dúvida alguma, pelo fato de a Petrobras ter sido, durante alguns anos, a operadora do monopólio do petróleo: dados obtidos a partir da perfuração dos postos; dados obtidos a partir da elaboração dos perfis elétricos, dos perfis físicos e etc., dados interpretativos dessas informações.

Queremos registrar que havia, do Bloco de Oposição, duas emendas relativas à entrega desses dados pela Petrobras à ANP. Uma, do Senador An-

tonio Carlos Valadares, que retira essa cessão, e outra que admite a entrega de alguns dados. Entendemos que entregar todos esses dados, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não encontra paralelo em nenhum lugar. Nós, inclusive, propusemos que esses dados à ANP sejam entregues para fins de elaboração dos editais de licitação e dos contratos de concessão.

Além disso, estabelecemos que seriam ressalvados dados e informações protegidos pelo direito de propriedade intelectual, nos termos da Lei nº 9.279, de 1996, que é a Lei das Patentes. Quando da discussão dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o nobre Relator Senador José Fogaça disse que não era necessário fazer referência a uma lei em texto de outra lei para que aquela lei seja cumprida.

Ora, por que, então, o Projeto de Lei em votação, em seu art. 2º, inc. V, faz referência à Lei 8.176/91? Por que o art. 22, § 2º, faz referência à Lei nº 4.404/76; o art. 38, inc. V, faz novamente referência à Lei 6.404; o art. 60, parágrafo único, faz referência novamente à Lei 8.176, e o art. 74 faz referência à Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964?

Entendemos que mesmo respeitando a resolução desta Casa, que optou por flexibilizar o monopólio do petróleo, a aprovação desse artigo, na forma como está redigido, vai reduzir de maneira brutal a capacidade de competição que deverá ter a Petrobras a partir desse novo cenário. Mantido esse artigo, assim como os outros, não adianta ter parágrafo dizendo que a Petrobras não poderá ser privatizada, porque na prática poderá ocorrer a privatização branca da Petrobras ou o seu enfraquecimento de tal modo que não haverá mais nenhum sentido em privatizá-la porque tudo o que a empresa opera no Brasil já estará entregue aos concorrentes estrangeiros que virão para cá.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedimos que votem favoravelmente a essa emenda por entender que ela não fere o espírito do projeto, não procura retomar o monopólio estatal da forma como era antes da Emenda à Constituição, mas garante, sim, condições de competitividade para a Petrobras em um mercado altamente competitivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador José Fogaça para os esclarecimentos do Relator.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Como

Relator, para um esclarecimento. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, já que V. Ex^a me solicita esclarecimentos como Relator a respeito da matéria, vejo-me na obrigação de fazê-los, entendendo serem realmente importantes.

De fato, a Petrobras deverá entregar dados e informações não a um grupo de empresas privadas, suas concorrentes, não a uma outra empresa estatal estrangeira, ela deverá entregar essas informações a um órgão nomeado pelo Presidente da República, aprovado pelo Senado e sob o controle do mesmo, que é a Agência Nacional de Petróleo.

Insisto: a Petrobras é apenas uma empresa, importantíssima empresa, fundamental empresa para o País que continuará tendo um papel extraordinário na exploração, no desenvolvimento, na produção, no refino, na distribuição de derivados de petróleo no Brasil, mas quem tem que deter as informações estratégicas, quem toma as decisões cruciais para o interesse nacional não é uma empresa que objetiva lucro, que deseja produzir. Quem tem que fazer isso é o órgão que representa o interesse público, o interesse nacional, que corporifica o Estado brasileiro, que expressa União. Esse órgão é a Agência Nacional de Petróleo.

É preciso que os Srs. Senadores tenham isto claro: não é mais a empresa que toma as decisões estratégicas. O centro de decisões estratégicas é transferido para um órgão público, de representação pública, de controle público, aliado ao interesse nacional, aprovado pelo Senado, indicado pelo Presidente da República, com diretores que só podem ser demitidos mediante autorização do Senado.

Se ainda há uma cultura enraizada, inarrraigável, de que é dentro de uma empresa que tem de estar todo o controle das decisões estratégicas, e não de um órgão público, parece-me que isso é não entender que o projeto está pregando, sustentando e construindo um modelo pelo qual o interesse público, o interesse do País, o interesse nacional está num órgão público, que se chama Agência Nacional de Petróleo, que representará os interesses do País. Não são marbianos, não são estrangeiros. É um órgão do País, do Governo brasileiro, do povo brasileiro, chamado Agência Nacional de Petróleo.

Embora a Petrobras seja importante, fundamental, extraordinária, é uma empresa que continuará tendo um papel extraordinário, fantástico como empresa produtiva. Todavia, as decisões de grande formulação política, as grandes linhas estratégicas quem as formulará será o Conselho Nacional de Política Energética, associado à Agência

Nacional de Petróleo – órgãos governamentais públicos, de caráter nacional e nacionalista, evidentemente.

Se se entender que esse órgão não deve deter essas informações, então ele não terá função alguma; cai por terra todo o sentido da mudança institucional que estamos fazendo, e a Petrobras continuará a ser a grande detentora das informações do País.

É evidente que só posso repetir o parecer contrário que dei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação a Emenda nº 5-Plen.

Esclareço aos Srs. Senadores que quem vota a favor da emenda vota "sim"; quem vota contra a emenda vota "não".

Com a palavra o Senador Jader Barbalho para orientar a bancada.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, a orientação da Liderança do PMDB é favorável à emenda por considerá-la do interesse do País.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – O PFL vota "não".

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF) – O PTB vota "não".

O SR. ELCIO ALVARES (PFL – ES) – Como Líder do Governo, Sr. Presidente, neste momento,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Só para orientar a votação.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL – ES) – A Liderança do Governo vota "não", baseada e lastreada inteiramente nas razões apresentadas pelo Relator, Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Liderança do Governo recomenda o voto "não".

Como vota a Liderança do Bloco?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO/PT – SE) – A Liderança do Bloco vota "sim".

O SR. ROBERTO FREIRE (BLOCO/PPS – PE) – O PPS vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Bloco não está integral. O PPS vota "não".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA 5 AO PLC 6/97

QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 4

Data Início: 16/07/1997

Hora Início: 20:05:51

Data Sessão: 16/07/1997

Data Fim: 16/07/1997

Hora Fim: 20:19:02

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.	BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	NÃO	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	NÃO	BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	NÃO	PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	NÃO	BLOCO	AC	MARINA SILVA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO	PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	NÃO	PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	NÃO	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	NÃO	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	NÃO	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	NÃO	FMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	NÃO	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	NÃO				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	NÃO				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	NÃO				
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	NÃO				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	NÃO				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	NÃO				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	NÃO				
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	NÃO				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	NÃO				
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	NÃO				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO				
PPB	MS	LEVY DIAS	NÃO				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	NÃO				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO				
PFL	RO	ODACIR SOARES	NÃO				
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	NÃO				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	NÃO				
BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	NÃO				
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	NÃO				
PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	NÃO				
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	NÃO				
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM				
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLEY	SIM				
PTB	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM				
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES			Votos Sim:	22	Total: 67		
1º Sec.: *			Votos Não:	44			
2º Sec.: *			Votos Abst:	1			
3º Sec.: *							
4º Sec.: *							
Operad.: HÉLIO F. LIMA							
Emissão em: 16/07/97 - 20:22							

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Votaram SIM 22

Srs. Senadores; e NÃO 44.

Houve uma abstenção.

Total: 67 votos.

Foi rejeitada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação a Emenda nº 12, que tem parecer contrário, e é de autoria do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO/PT-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar que essa emenda não é de minha autoria, mas do Senador Lúcio Alcântara.

Quero registrar também que é muito fácil, ao contestar uma emenda, usar velhas adjetivações. É fácil dizer que as emendas têm uma simples origem: ou no corporativismo ou na concepção arraigada que entende a Petrobrás como a única defensora dos interesses do povo brasileiro.

Aqui não há ninguém que detenha o monopólio do que é melhor para o povo brasileiro, nem mesmo aqueles que entendem que a primeira diretoria da Agência Nacional do Petróleo não precisa ser aprovada pelo Senado, ao contrário do que foi dito. Esse projeto remete para o Poder Executivo a constituição, por decreto, de composição e de atribuições do Conselho Nacional de Política Energética, que, como disse anteriormente, poderá muito bem ser igual ao Conselho Monetário Nacional, que tem o nome de Conselho, mas é formado por três Ministros.

Essa emenda do Senador Lúcio Alcântara, do PSDB, defendida aqui pelo Senador José Sarney, do PMDB, procura na prática, corrigir algo dito aqui por todos os Srs. Senadores quando da votação da emenda constitucional que dispunha sobre a flexibilização do monopólio do petróleo.

Procuramos, com essa emenda do Senador Lúcio Alcântara, reafirmar que o monopólio é da União. Lembramos aos Srs. Senadores que a combinação da redação do art. 26 com o art. 60 dará um poder absurdo a possíveis empresas que aqui virão explorar petróleo, por exemplo, na Bacia de Campos, e que depois terão todo o poder para exportá-lo.

Já foi dito aqui que o art. 60 faz referência à lei que estabelece os estoques mínimos, à lei que garante a complementação da produção de petróleo e à lei que diz que a exportação será apenas do excedente.

Lembramos aos Srs. Senadores que na Argentina, quando do processo de privatização, houve aumento da produção de petróleo, aumento que decorreu de uma lavra absolutamente predatória, que fez com que o tempo de

duração das reservas argentinas fosse diminuído em proporção muito maior do que o aumento de sua produção.

A combinação do art. 26, como está redigido, com o art. 60, permitirá que uma empresa exploradora de petróleo, independentemente das necessidades do Brasil, produza a quantidade de petróleo que quiser, sem se preocupar com a manutenção das reservas, e depois o exporte.

Os Srs. Senadores devem lembrar-se de que, por mais que se diga no discurso que haverá muito dinheiro para produzir petróleo no Brasil, aqui não é o Oriente Médio e não tem petróleo sobrando. Talvez tenhamos petróleo para suprir nossas necessidades durante trinta anos, no máximo. Não será a quantidade de investimentos que irá mudar isso, até porque o poder do capital ainda não tem a capacidade de mudar a natureza.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que a redação do art. 26, como está proposto pelo nobre Senador Lúcio Alcântara, repõe aquilo que era dito quando da defesa da flexibilização do monopólio do petróleo, ou seja, que o monopólio continua nas mãos da União. O que há é simplesmente a transferência do monopólio da Petrobrás para a União.

Portanto, sem qualquer ranço, sem qualquer concepção atrasada, arraigada, entendemos que essa emenda está de acordo com tudo aquilo que foi dito aqui quando da votação da mudança do art. 177 da Constituição, que trata do petróleo.

Por isso, encaminhamos favoravelmente a esta emenda do Senador Lúcio Alcântara, do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação a emenda.

Os Srs. SEnadores que aprovam a emenda votarão "sim", os que a rejeitam votarão "não".

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) - O PFL vota "não".

O SR. ÉLCIO ALVARES (PFL-ES) - A Liderança do Governo encaminha o voto "não".

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - Meu voto pessoal é "não", mas a Bancada está liberada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO/PT-SE) - O Bloco recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Prorrogo a sessão por cinco minutos.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA 12 AO PLC 6/97

QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 5

Data Início: 16/07/1997

Hora Início: 20:19:48

Data Sessão: 16/07/1997

Data Fim: 16/07/1997

Hora Fim: 20:27:37

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	MA	BELLO PARGA	NÃO	PTB	RS	EMILIA FERNANDES	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	NÃO	PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	NÃO	PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	NÃO	BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	NÃO	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	NÃO	BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO	PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	NÃO	BLOCO	AC	MARINA SILVA	SIM
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	NÃO	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	NÃO	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	NÃO	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	NÃO	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	NÃO	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	NÃO				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	NÃO				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	NÃO				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	NÃO				
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	NÃO				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	NÃO				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	NÃO				
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	NÃO				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	NÃO				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	NÃO				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	NÃO				
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	NÃO				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	NÃO				
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	NÃO				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO				
PPB	MS	LEVY DIAS	NÃO				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	NÃO				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	NÃO				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	NÃO				
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	NÃO				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO				
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	NÃO				
PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	NÃO				
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	NÃO				
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM				
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	SIM				
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPICY	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votos Sim:	18	
1º Sec.: *	Votos Não:	50	Total: 68
2º Sec.: *	Votos Abst:	0	
3º Sec.: *			
4º Sec.: *			
Operad.: HÉLIO F. LIMA			

Emissão em: 16/07/97 - 20:33

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 18 Srs. Senadores; e NÃO, 50.

Não houve abstenção.

Total: 68 votos.

A emenda foi rejeitada.

A matéria vai à sanção.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, votei "sim" e no painel apareceu "não".

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães)

– A Ata vai registrar o voto de V. Ex^a, porque a votação é aberta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães)

– Os Srs. Senadores Gilberto Miranda e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil fez uma opção clara e definitiva pela modernização de sua economia, como única forma de manter sua posição entre as dez maiores economias do mundo, de forma competitiva e coerente com a globalização econômica que se deverá manter e consolidar no século XXI.

As responsabilidades e compromissos internacionais do Brasil, nosso imenso território, uma população de mais de 150 milhões de habitantes, com predomínio de jovens e adolescentes, tudo isso nos obriga a pensar no Brasil do futuro de maneira objetiva e responsável, a fim de que as gerações vindouras recebam um Brasil melhor do que aquele que nós herdamos de nossos antepassados.

Queremos um Brasil democrático e mais aberto social, política e economicamente, sem os entraves e gargalos que impediram o desenvolvimento normal de nossa economia.

Queremos um Brasil que ofereça condições de crescimento e melhoria de vida a todas as pessoas e regiões que realizam efetivamente uma opção pelo trabalho produtivo, pela produção de mais bens e serviços, para mais pessoas, a menores custos e em melhores níveis de qualidade, gerando maior bem-estar a toda a população brasileira.

É esse o Brasil de nossos sonhos, o Brasil de nossas aspirações: um País que ofereça condições e oportunidades de realização pessoal para todos.

Como não somos meramente sonhadores nem utópicos, e procuramos encarar a enorme quantidade de problemas brasileiros com realismo e objetividade, realmente ficamos decepcionados com a enorme distância existente entre o Brasil de nossos sonhos e a dura realidade brasileira.

Isso não implica qualquer sinal de pessimismo ou negativismo em relação ao futuro do Brasil.

Ao contrário, acreditamos firmemente em futuro promissor e de grandes realizações para o Brasil, pois já demonstramos isso, como País que mais cresceu em todo o mundo, nos últimos cinquenta anos.

Não podemos duvidar da capacidade de realização de um País que, sem dispor de um sistema educacional forte, foi capaz de implantar, no final dos anos 50 e início dos 60, uma respeitável indústria automobilística, apesar de não dispor de oferta de mão-de-obra especializada.

Não caberia, neste nosso pronunciamento, analisar exaustivamente todas as realizações nacionais, desde Volta Redonda até Itaipu, indústria petrolífera, tecnologia de satélites, fibras óticas e energia nuclear, apenas para reafirmar nossa confiança no futuro do Brasil.

Por isso mesmo, não podemos aceitar, nem nos conformar com muitas limitações, problemas, gargalos, impedimentos e restrições existentes na economia, na administração e no arcabouço jurídico-formal do Brasil.

A magnitude da economia brasileira, a inteligência, a capacidade de adaptação, o poder de criatividade e a plasticidade mental do povo e do trabalhador brasileiro não se coadunam com diversas práticas, costumes e normas geralmente aceitas que retiram nossa capacidade de competir adequadamente na economia global, na economia do século XXI.

A força de uma corrente é exatamente a de seu elo mais fraco.

Na economia brasileira existem diversos elos, engrenagens e mecanismos fracos, não condizentes com a economia internacional.

Apesar da possibilidade de existirem diversos diagnósticos quanto aos pontos fortes e fracos da economia brasileira, não hesitaríamos em afirmar que a precariedade de nosso sistema portuário é o maior gargalo, o maior entrave e ponto de estrangulamento de nossas relações comerciais com o exterior.

O Brasil poderia importar e exportar muito mais, a menores custos, com maior grau de competitividade, e atingir um número maior de mercados, se o sistema portuário nacional estivesse no nível dos países mais desenvolvidos.

A função básica de um porto é servir de passagem, de porta de entrada e saída de mercadorias importadas ou exportadas.

No entanto, até hoje, no Brasil, esse conceito simples e objetivo ainda não se conseguiu materializar efetivamente, com ressalva de alguma honrosa exce-

ção muito particular e pontual, que apenas confirma a regra geral brasileira em relação a nossos portos.

Na prática brasileira, porto tem sido local de armazenagem, depósito de mercadoria, local de desvio, arrombamento e roubo de carga, local onde mercadorias se estragam, são abandonadas, deterioradas.

É impossível o Brasil competir adequadamente, em termos internacionais, utilizando portos com equipamentos obsoletos, estragados, em que a dificuldade de se localizar determinada mercadoria importada ou destinada a exportação constitui verdadeira tragédia, impossível de ser entendida por um empresário estrangeiro que aqui venha realizar negócios.

O corporativismo sindical existente no Brasil prejudica nossas relações internacionais e eleva os custos de nossos produtos no exterior, resultando em fretes mais caros, seguros mais elevados e até mesmo cancelamento de navios para o Brasil em decorrência de nosso péssimo sistema portuário.

Evidentemente, outros elos, igualmente fracos, em nossa cadeia econômica e de comércio exterior, dificultam o desempenho de nossa economia, desestimulando novos investimentos produtivos e a geração de empregos diretos e estáveis.

O porto deve se integrar a um sistema de transportes, comunicações e produção, de modo a reduzir custos, aumentar eficiência geral da economia e facilitar todas as transações comerciais com o exterior.

O cartorialismo, o corporativismo, a ineficiência e os altos custos operacionais dos portos brasileiros estão impedindo a integração competitiva de nossa economia na nova economia mundial.

A legislação que autoriza a privatização dos portos brasileiros ainda não foi capaz de produzir os resultados econômicos e administrativos urgentes que necessitamos para que o Brasil não permaneça como um País retardado no contexto da economia do século XXI.

O Brasil não pode continuar a exportar empregos, a produzir a custos elevados, a praticar tarifas aduaneiras elevadas, a manter um protecionismo industrial ultrapassado.

O Brasil não pode impedir a liberdade contratual, deixando que o corporativismo sindical impeça o livre funcionamento de nossos portos, retirando nossa competitividade internacional.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso já cumpriu importantes itens de uma agenda que certamente levará o Brasil para um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico e social.

Temos a convicção de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso adotará todas as medidas eco-

nômicas, políticas e administrativas, no sentido de dotar o Brasil de um sistema portuário que permita o ingresso de nosso País no rol das nações efetivamente desenvolvidas, no mais curto horizonte de tempo.

É o meu pensamento.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB - PA) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a capital paraense vive, desde o último final de semana, um clima de tensão, medo e insegurança...

Na última sexta-feira, na esteira de sucessivos acontecimentos de violência incomum, uma médica, tomada como refém dentro de seu próprio automóvel depois de um assalto, foi tragicamente assassinada em meio ao tiroteio entre policiais e assaltantes. Suspeita-se inclusive que os projeteis que vitimaram a refém tenham sido disparados pela própria polícia, uma vez que o carro em que a vítima se encontrava foi literalmente metralhado...

No mesmo dia, um menino foi friamente assassinado com um tiro no coração, em um bairro da periferia de Belém, quando se encontrava brincando de empinar pipa com outros garotos de sua idade. O autor do disparo, um administrador de empresas, alega que a criança estaria depredando seu patrimônio...

Por fim, ao cair da noite, realizou-se uma fuga em massa na penitenciária estadual de Americano, à 40 Km do centro da cidade. Na ocasião fugiram 51 detentos da mais alta periculosidade, entre seqüestradores, homicidas, assaltantes, latrocidistas e narcotraficantes, comandados pelo homicida e assaltante de bancos José Augusto Viana David, conhecido como Ninja, que em 1995 matou uma funcionária do Banco do Brasil, durante assalto à agência bancária, num dos crimes mais ousados e perversos registrados pela crônica policial paraense. Este homicida e assaltante de bancos, depois de um grande esforço conjunto entre as polícias do Pará e do Maranhão, foi preso no início do ano e se encontrava sob custódia do Sistema Penitenciário Estadual, aguardando julgamento por seus crimes.

A ousadia dessa fuga causa perplexidade... Os 51 fugitivos, simplesmente saíram pela porta da frente da penitenciária, sem que bem os agentes penitenciários, que trabalham desarmados, muito menos a guarda externa do presídio, feita por soldados da Polícia Militar, armados com fuzis fabricados nos anos 40, e o que é pior, sem munição, pudessem esboçar mínima reação. Informações colhidas juntos aos detentos dão conta de que, naquela noite, "Só não fugiu quem não quis..."

É lamentável, senhoras e senhores senadores, que um assunto como este seja trazido à discussão nesta Casa, quando tantos temas importantes, imprescindíveis à melhoria da qualidade de vida da nossa população e ao desenvolvimento do País deveriam ocupar nossa atenção. Não me permito, contudo, deixar de abordar este problema, que reflete o abandono e a crise por que passa o sistema público de segurança no Estado do Pará.

Infelizmente, acontecimentos como os que aqui denuncio, só fazem reforçar a referência que o resto do País tem do Pará, de ser um Estado violento onde parece não haver lei nem justiça.

É preciso, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, que se definam responsabilidades... A população, não pode ficar a mercê dos desencontros e desmandos de uma administração que apenas propagandeia realizações mas que não consegue equacionar, na prática, os problemas sociais que se alastram por todo o Estado.

O governo paraense vem gastando altas somas em publicidade, para divulgar pseudo-realizações que, contraditoriamente, não se traduzem em benefício para a sociedade local. No que tange à segurança pública, não tem sido diferente...

Não posso deixar de questionar, por exemplo, de que adianta divulgar aos quatro cantos que foram gastos tantos milhares de reais na compra de veículos, na reforma de delegacias, etc. se esses investimentos não conseguem se traduzir em tranquilidade e segurança efetiva dos cidadãos paraenses??

Há poucos dias, a exemplo do que vem acontecendo em várias capitais do País, as polícias civil e militar do Pará, mobilizaram-se em um movimento grevista reivindicando melhores salários e condições de trabalho... Em que pese as negociações terem avançado, com a categoria dos policiais aceitando um abono geral de R\$130,00 persistem as mesmas deficiências e dificuldades enfrentadas pelos agentes do poder público, responsáveis pela manutenção da ordem social.

Só para se ter uma idéia das dificuldades que a polícia paraense enfrenta quotidianamente, durante uma operação realizada ontem, depois de denúncia anônima informando um local em que possivelmente estaria escondido o bandido Ninja e outros fugitivos, os policiais não tinham sequer como chegar até o local, pois as viaturas estavam sem combustível. Dos que conseguiram realizar a operação, apenas um único policial estava protegido com colete à prova de balas...

O resultado não poderia ser diferente, e o saldo da operação foi o vexame de não ter sido capturado nenhum delinquente...

Como já disse, não se pode deixar de questionar o governo estadual, na condição de gerenciador do sistema de segurança pública, que tem se mostrado absolutamente incapaz de cumprir com suas atribuições constitucionais...

Penso, sinceramente, a exemplo do que ocorre no âmbito do Governo Federal, que a falta de capacidade de articulação do governo estadual com a sociedade, é inversamente proporcional ao que sobra em prepotência ao titular do executivo, que não se dispõe a debater com a sociedade mecanismos de soluções, ainda que alternativas e provisórias, para os mais variados problemas do Estado, entre os quais a segurança pública.

Chamo a atenção do Presidente FHC, para que socorra seu correligionário do PSDB, que está muito mal. Acho que o Ministro Iris Rezende, experiente ex-governador, pode dar alguma orientação de como administrar problemas deste tipo e S. Ex^a o Presidente poderia cumprir com pelo menos 10 por cento do que prometeu em campanha pelo Pará, mandando recursos para que a Polícia possa se equipar e trabalhar.

Acorde senhor Presidente, ou nenhum reconhecimento terá do povo do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1997 (nº 319/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 369, de 1997, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h30min.)

(OS Nº 14.333/97)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

**16/07/97
Quarta-feira**

10:00 - Despacho Interno

12:00 - Cerimônia de Sanção da Lei das Telecomunicações
Palácio do Planalto - Salão Leste

15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.749, de 1997

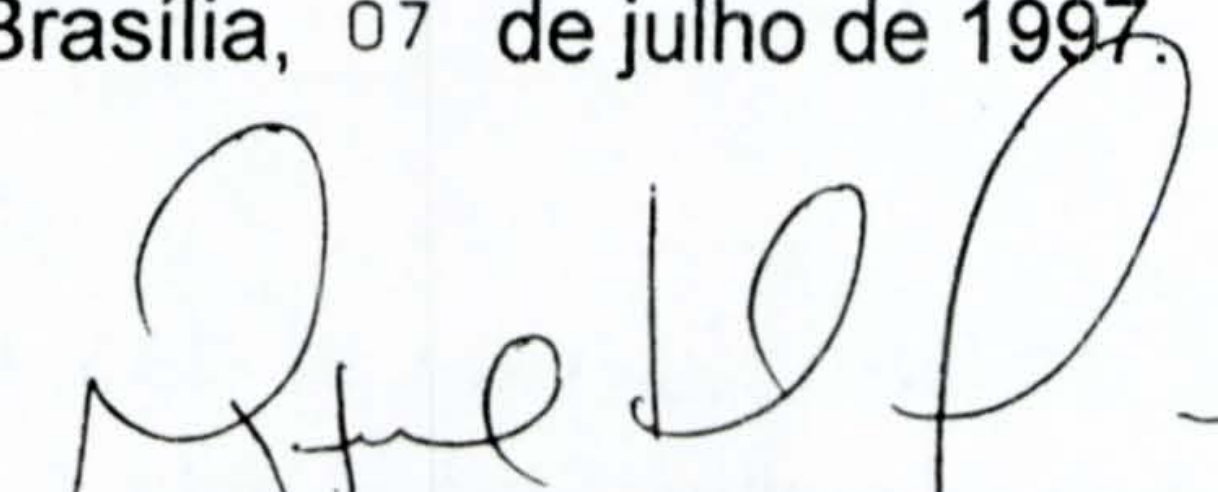
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar VALDOESTE BRÁZ VALDOCCI, matrícula **1785-SF**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**,

Obs.: Republicado por haver saído com incorreções no **DSF** de 8-7-97.

Símbolo **FC05**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 07 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.904, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores RONALDO HENRIQUE GIORDANI, matrícula nº 3963, e LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1383-SEEP e como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 107/97, celebrado entre o Senado Federal e LUKAS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.905, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

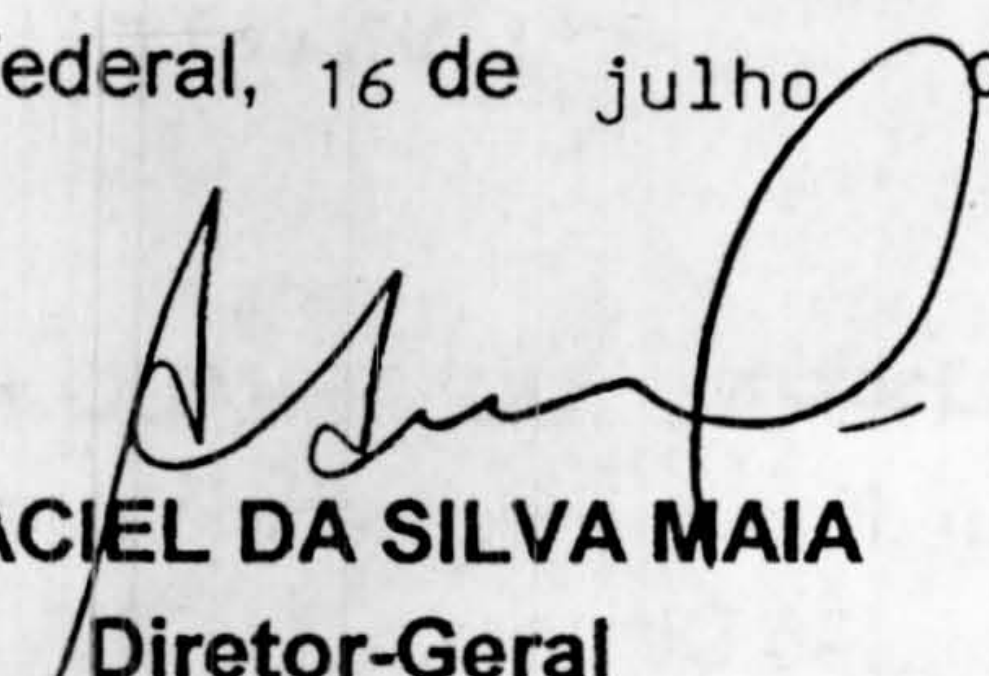
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores RONALDO HENRIQUE GIORDANI, matrícula nº 3963, e LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1383-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 104/97, celebrado entre o Senado Federal e MÓVEIS GERMAN IND. E COM. HOTÉIS E TURISMO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.906, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

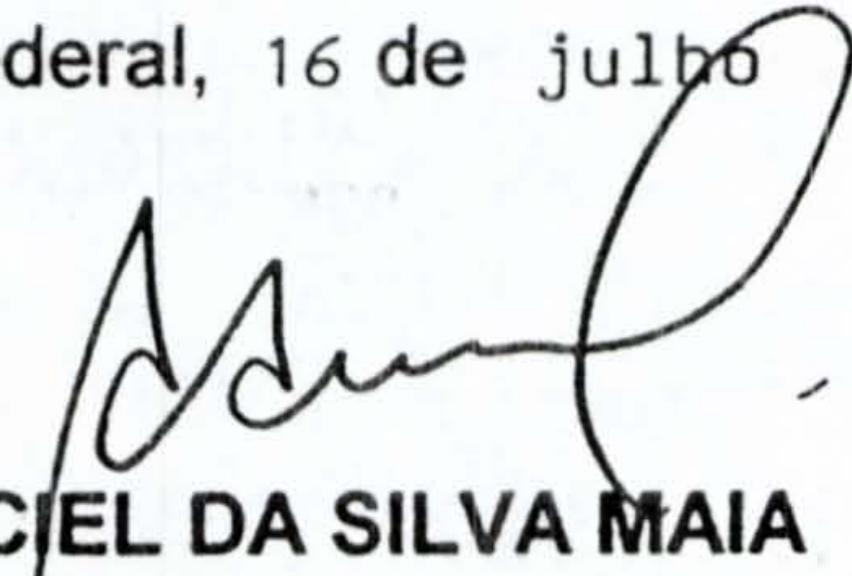
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1383-SEEP e RONALDO HENRIQUE GIORDANI, matrícula nº 3963, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 105/97, celebrado entre o Senado Federal e JOBEMA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.907, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1383-SEEP e RONALDO HENRIQUE GIORDANI, matrícula nº 3963, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 106/97, celebrado entre o Senado Federal e SALVADOR MÓVEIS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

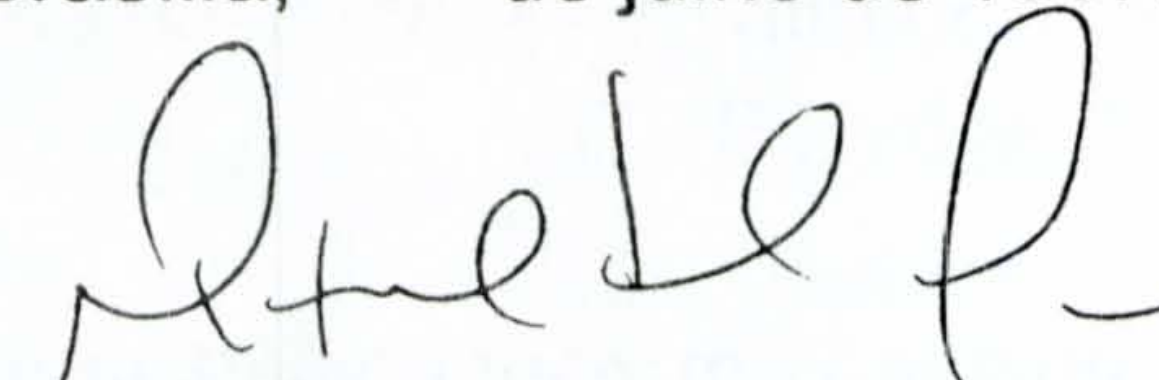
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.908, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar, por ter sido designado para exercer outra função, **ANDRÉ FERREIRA DA SILVA**, matrícula 0661-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de

Controle de Almoxarifados, da Subsecretaria de Administração de Suprimento de Matérias Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir de 01/07/97.

Brasília, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.909, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar ANDRÉ FERREIRA DA SILVA, matrícula 0661-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir de 01/07/97.

Brasília, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

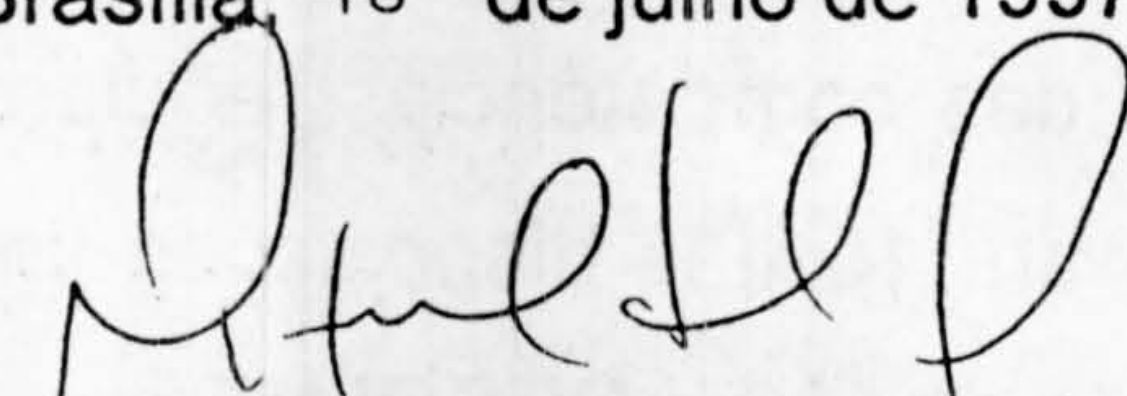
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.910, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Manter os servidores nomeados através do Ato nº 050/97-SEEP, na **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Brasília, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.911, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar WALLACE REBELO TOLENTINO, matrícula **1196-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**,

Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997.



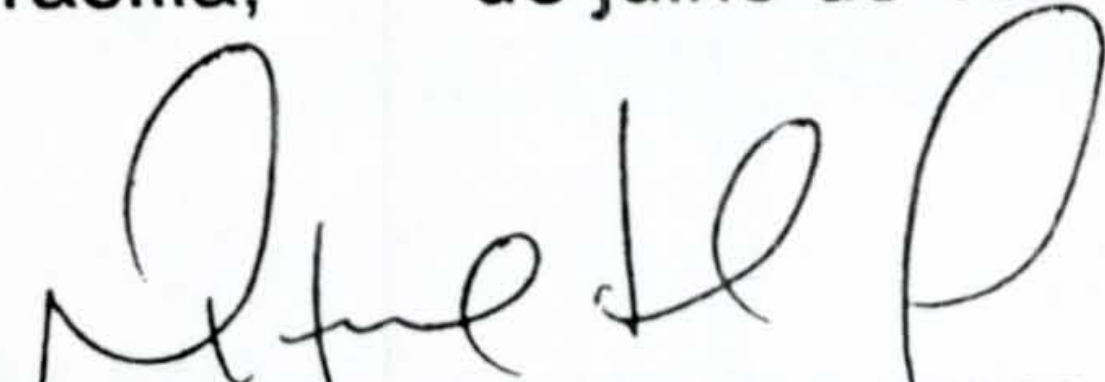
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.912, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar WILSON RODRIGUES DE SOUZA, matrícula **0923-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Offset, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997.



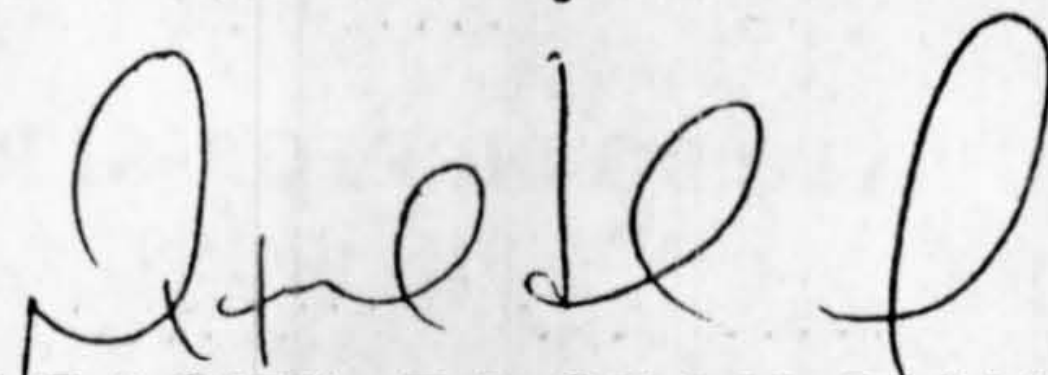
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1.913, de 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar **WILSON RODRIGUES DE SOUZA**, matrícula **0923-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997.



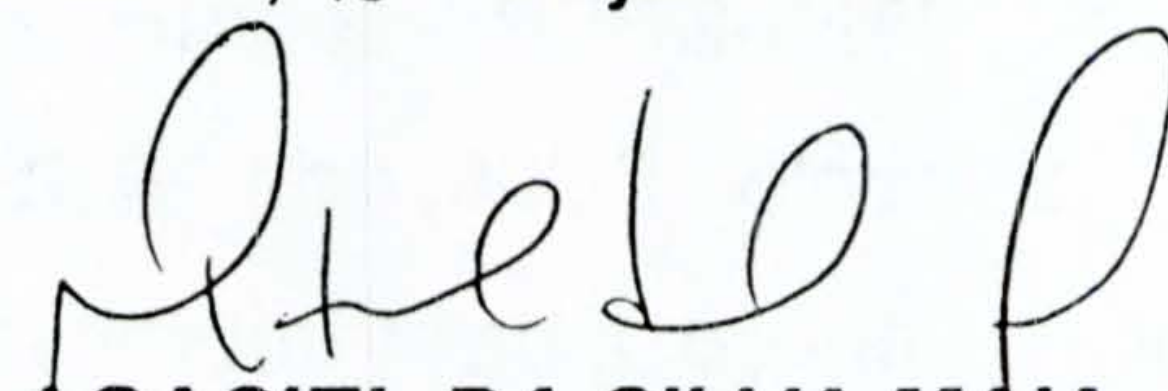
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1.914, de 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, por ter sido designada para exercer outra função, **LINDOMAR MARIA DA CONCEIÇÃO**, matrícula **2249-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro** turno de trabalho, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

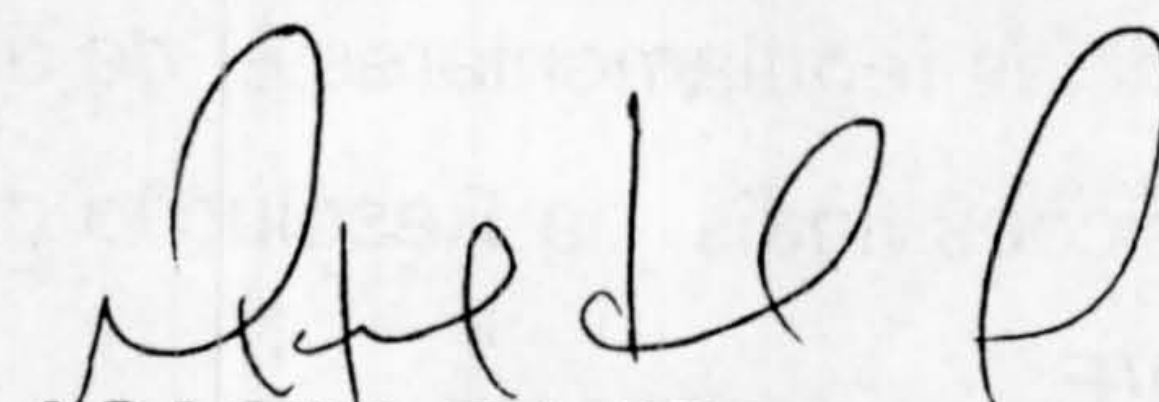
Nº 1.915, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar LINDOMAR MARIA DA CONCEIÇÃO, matrícula **2249-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da

Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro** turno de trabalho, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

DIRETOR-GERAL

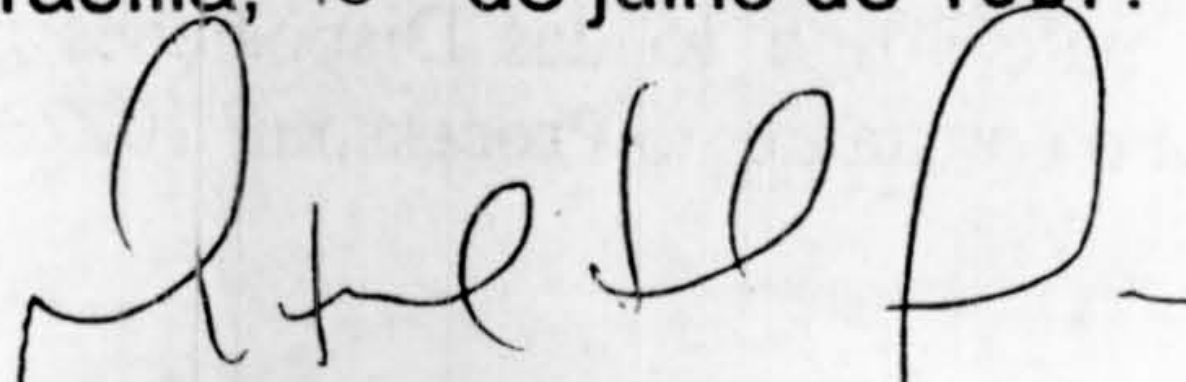
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.916, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, por ter sido designada para exercer outra função, **GENESIA LUCIANI SARLI**, matrícula **1571-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro** turno de trabalho, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

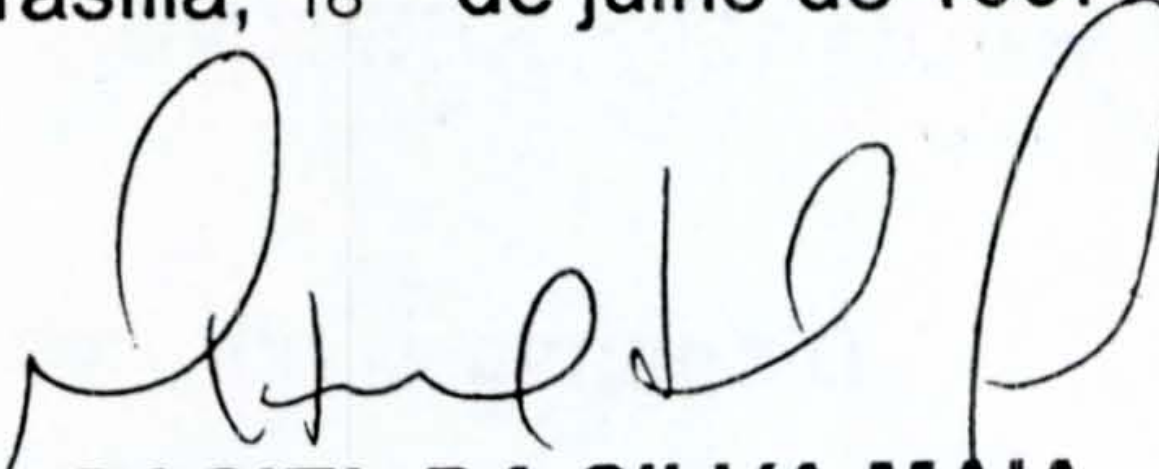
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.917, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar GENÉSIA LUCIANI SARLI, matrícula **1571-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro** turno de trabalho, a partir de **01/07/97**.

Brasília, 16 de julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

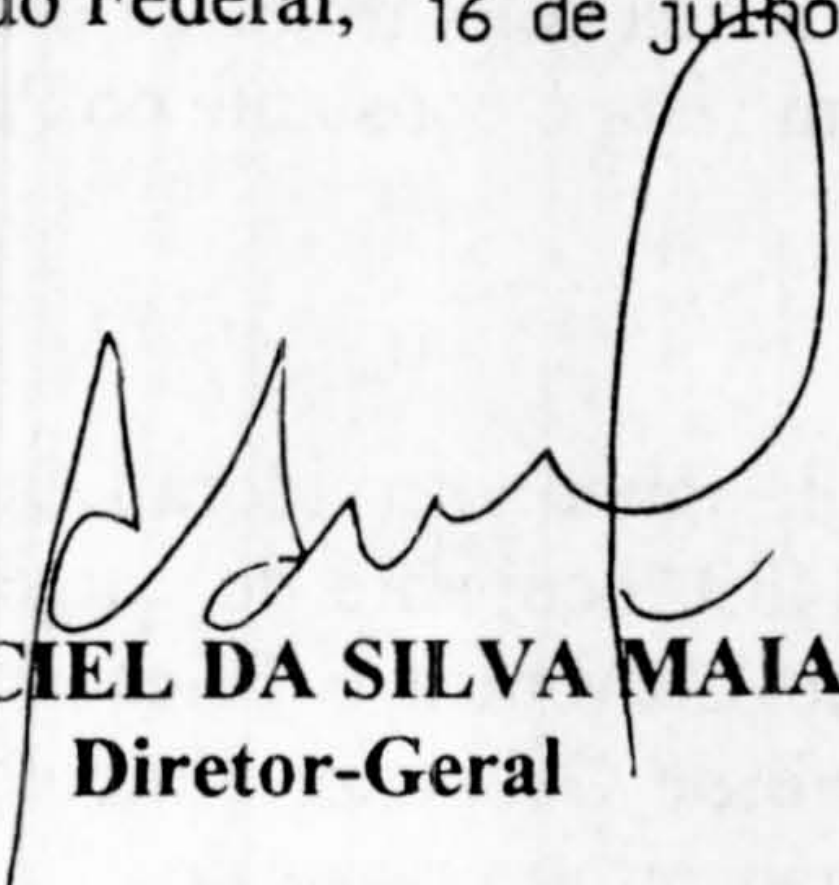
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.918, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10223/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ SARAFIM DOS REIS**, matrícula **1776**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de

Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador José Eudardo Dutra, com efeitos financeiros a partir de 13 de junho de 1997.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.



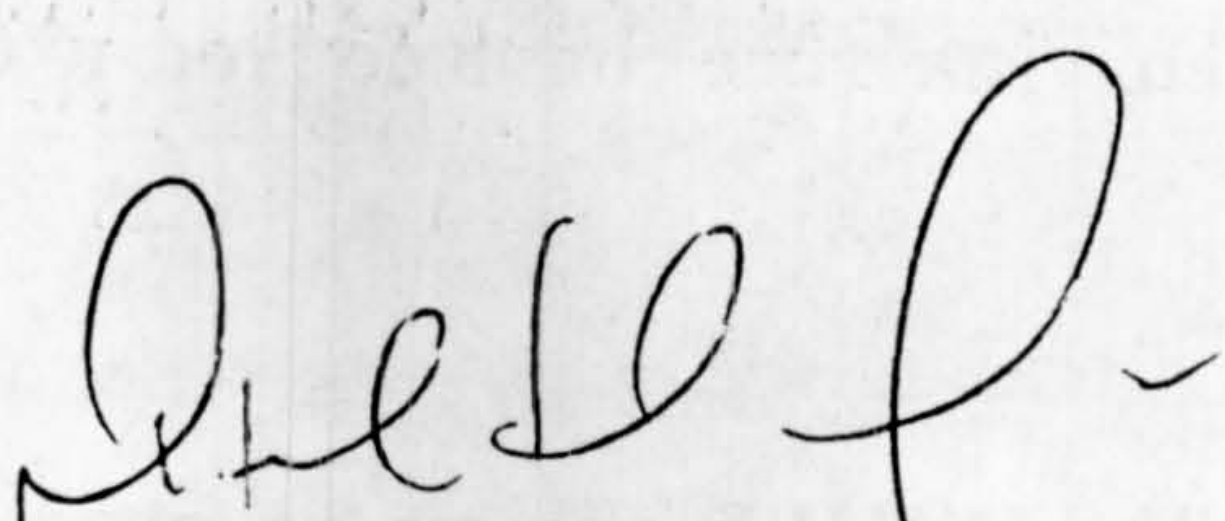
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.919, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11039/97-3,

RESOLVE dispensar a servidora **LOURDES MARIA VIEIRA GOMES CARNEIRO**, matrícula 3439, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.920, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11039/97-3,

RESOLVE designar a servidora LOURDES MARIA VIEIRA GOMES CARNEIRO, matrícula 3439, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

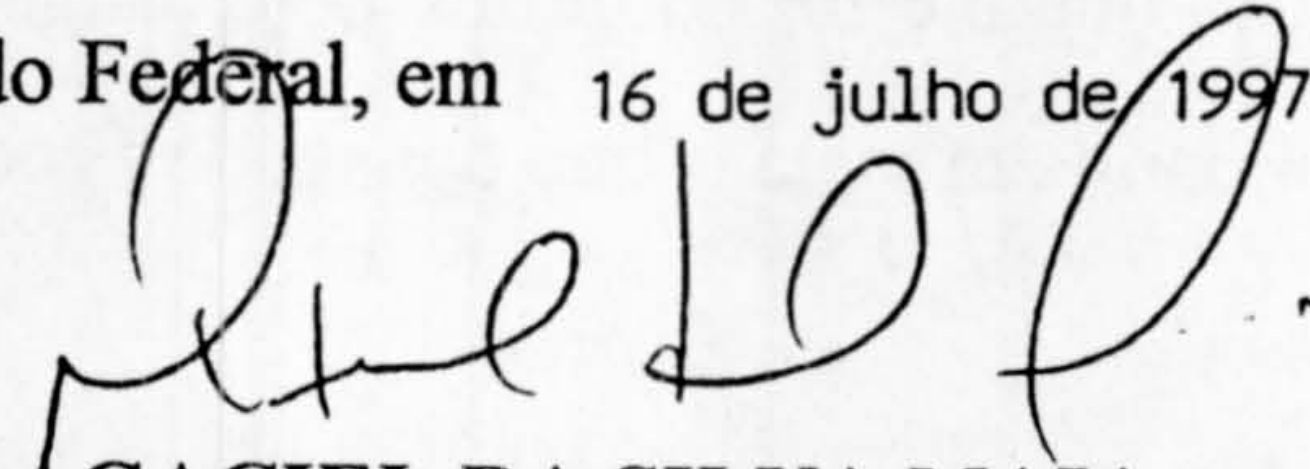
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.921, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012360/97-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELO JOSÉ DE SOUZA**

RANGEL, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Humberto Lucena.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



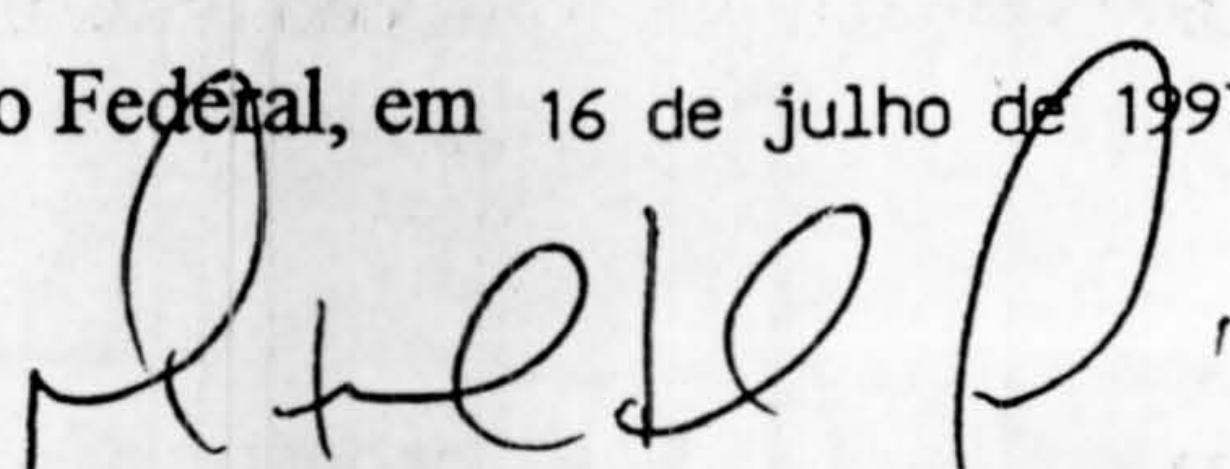
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.922, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012359/97-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA COUTINHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Humberto Lucena.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



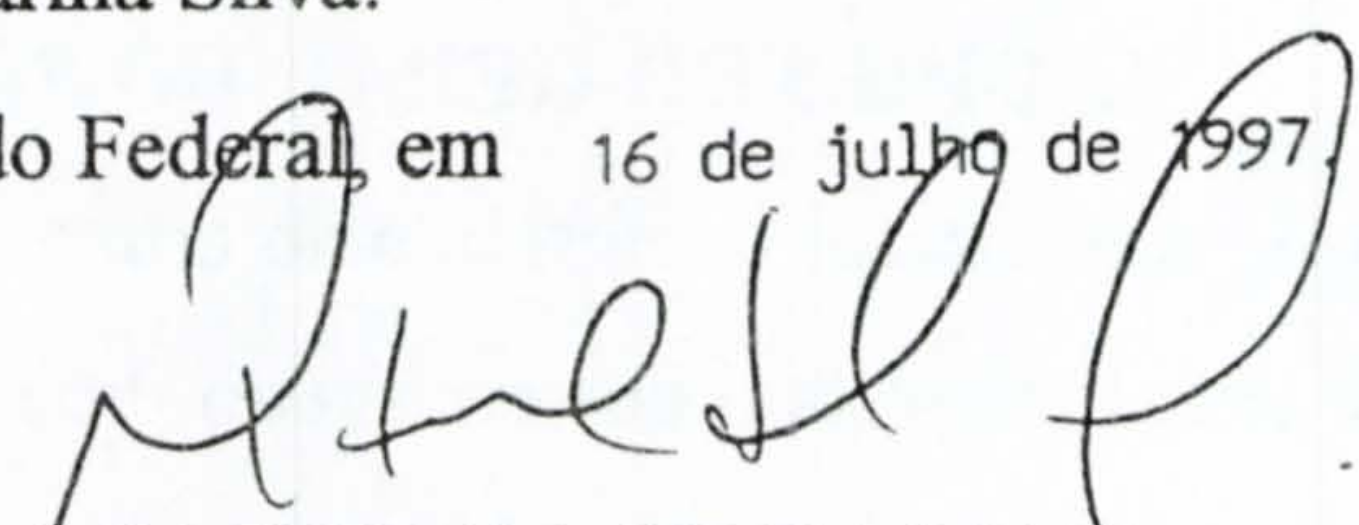
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.923, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012628/97-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE NEY VIANA MACEDO NEVES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Marina Silva.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.924, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 012.508/97-7,

R E S O L V E exonerar **CARLA ANDREA MUJICA CONTI PEDROSA**, Matrícula nº 6036, do cargo de Secretário Parlamentar, e

nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.925, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012509/97-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FELIPE BARBOSA DE ALENCASTRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



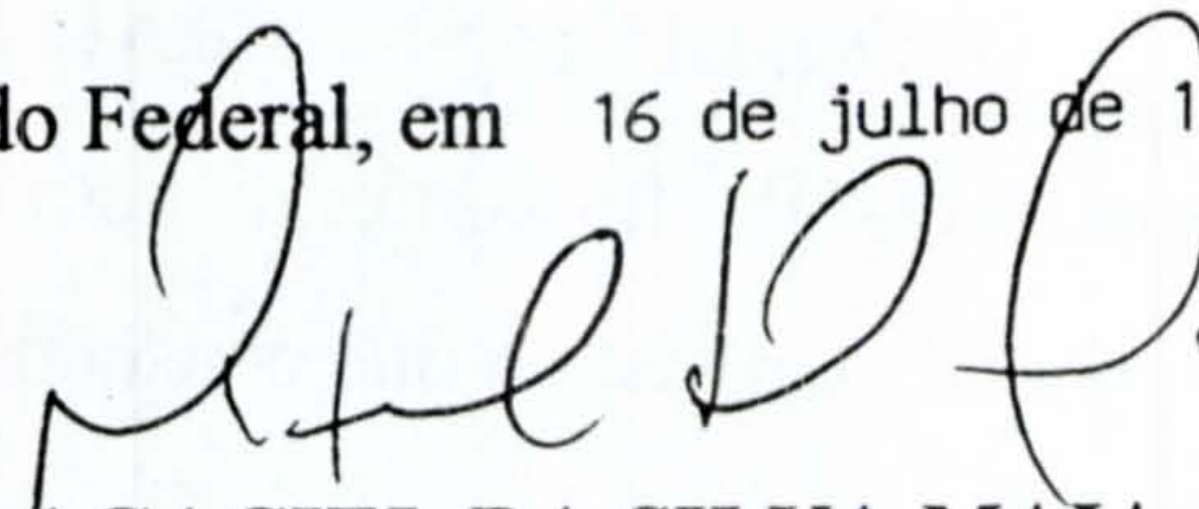
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.926, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012498/97-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JANICE ANITA BOMFIM GOULART**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Alves.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

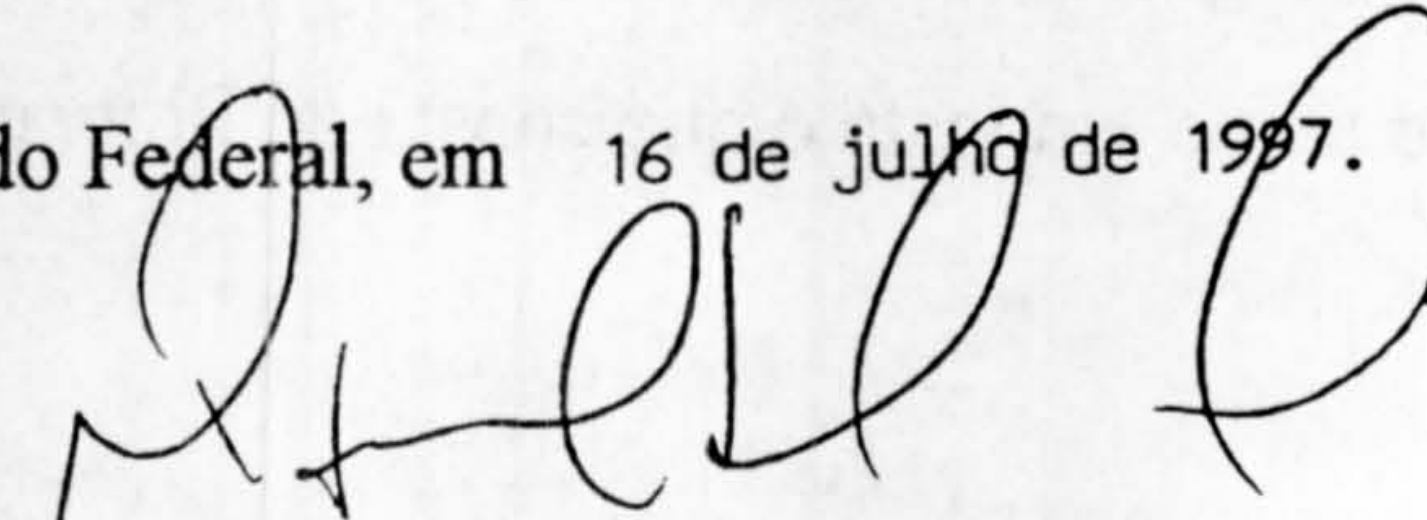
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.927, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012497/97-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ASTROGILDO DA GAMA PAES**,

para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Alves.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



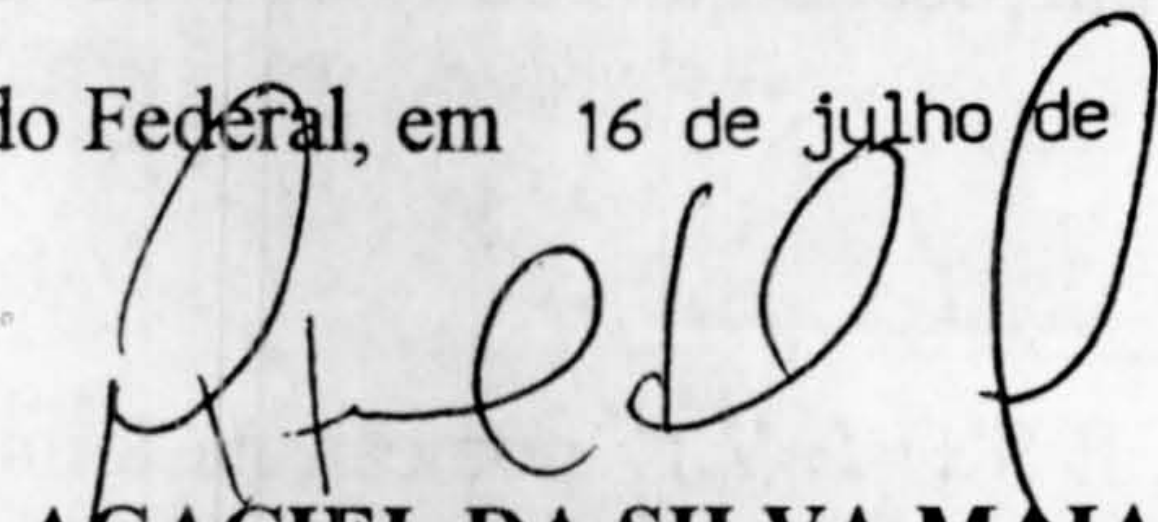
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.928, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012520/97-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EMILIA NELLY FRAXE DE QUEIROZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



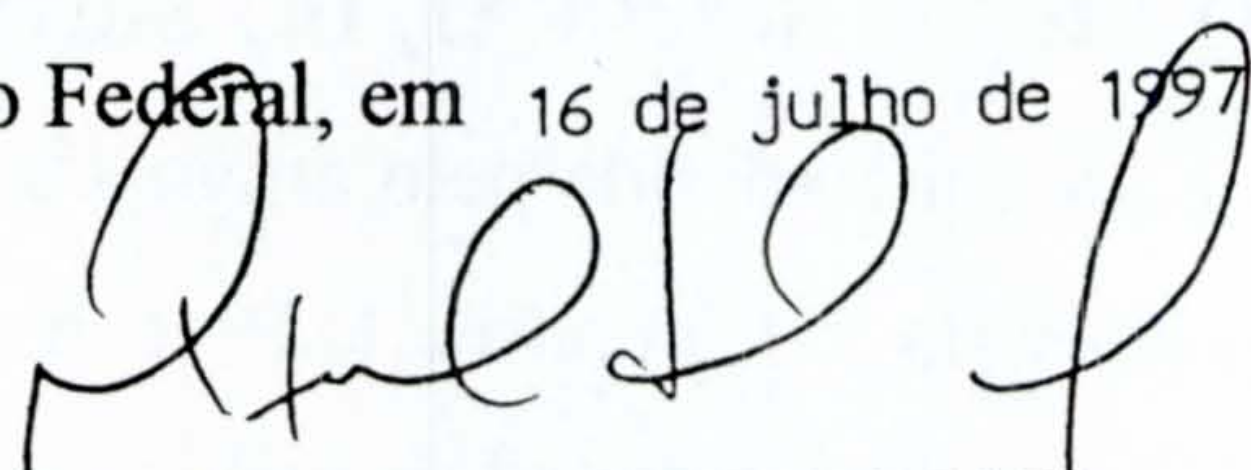
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.929, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012519/97-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTINE DA CUNHA NASCIMENTO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

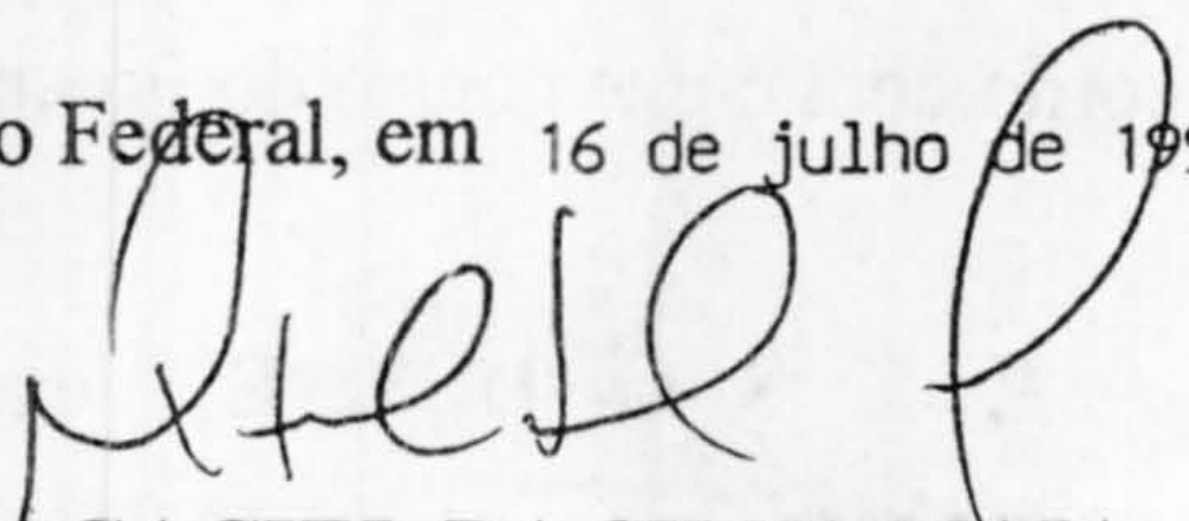
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.930, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012518/97-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AÉRCIO TORREIAS DO**

NASCIMENTO, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997.



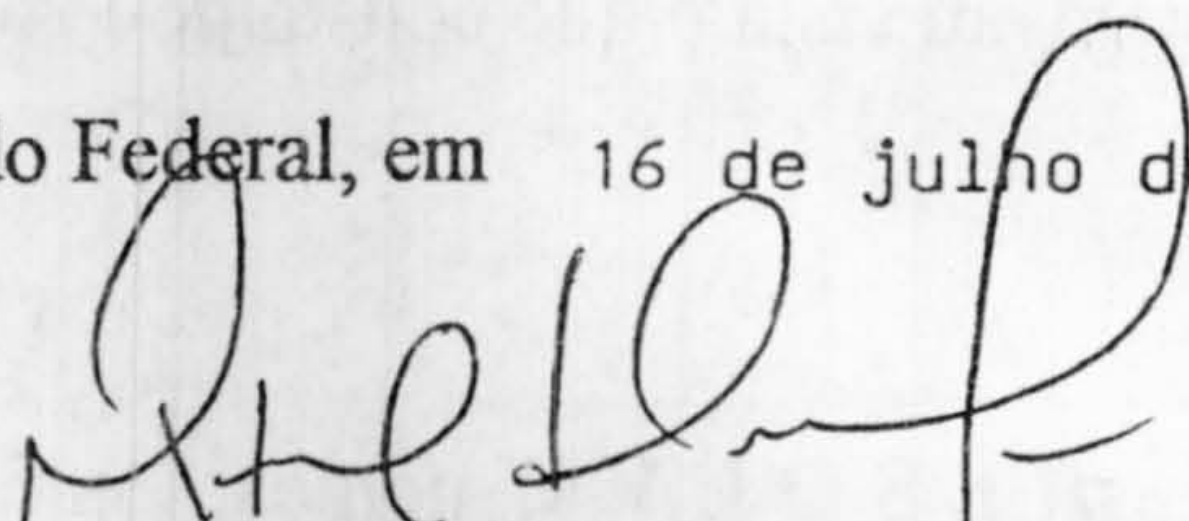
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.931, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012661/97-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NILCE RESENDE SOLÉO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



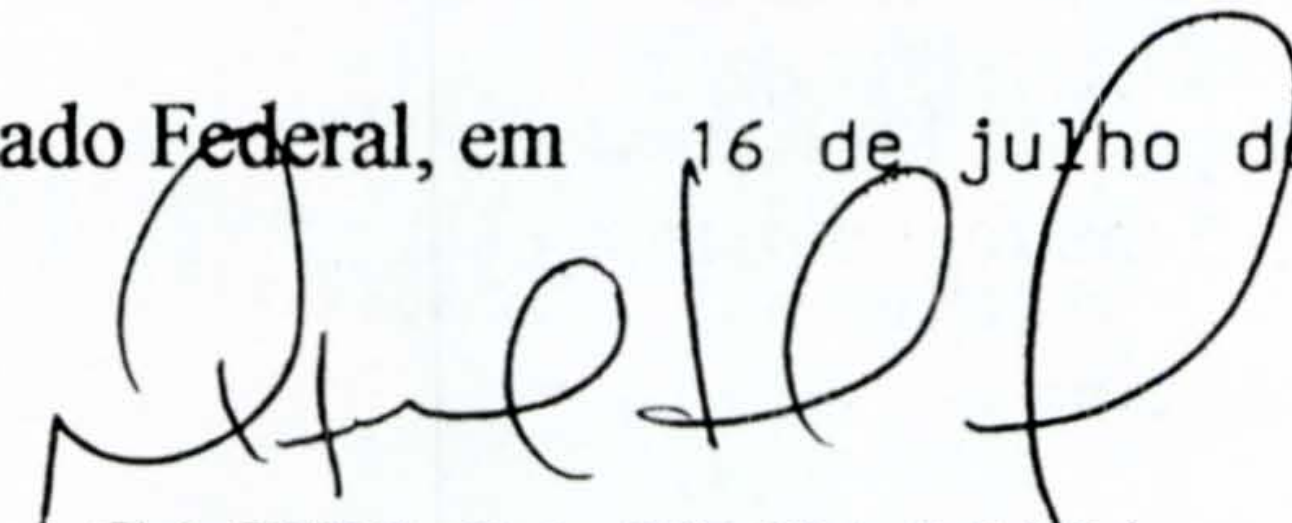
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.932, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 012.659/97-5,

R E S O L V E exonerar **THALES CHAGAS MACHADO COELHO**, Matrícula nº 6035, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

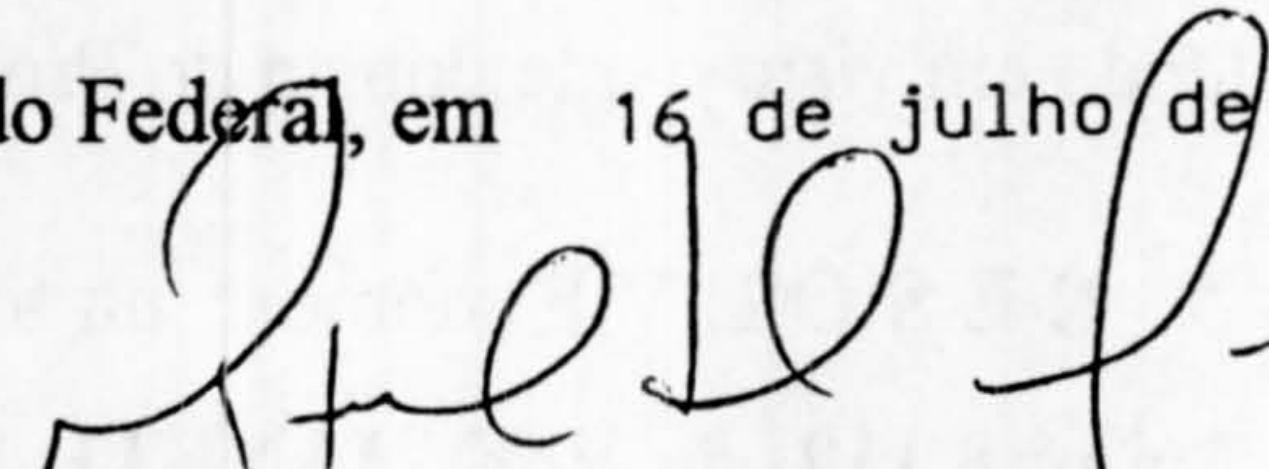
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.933, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012652/97-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ SÉRGIO FLORENTINO**,

para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.934, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 012.495/97-2,

R E S O L V E exonerar **ESDRAS ALVES DE QUEIROZ**, Matrícula nº 6079, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



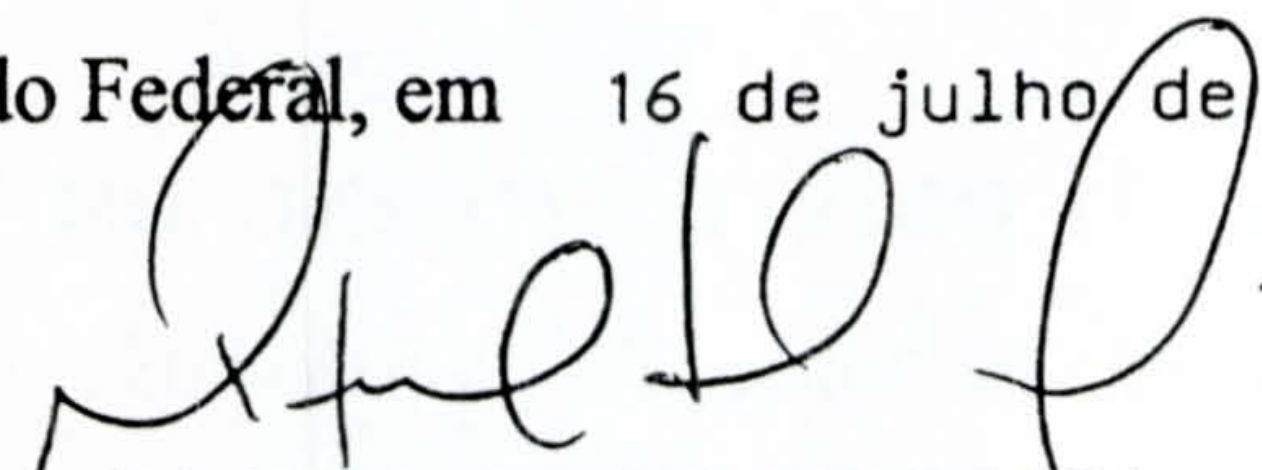
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.935, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012658/97-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JANETE RIBEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Ignácio Ferreira.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

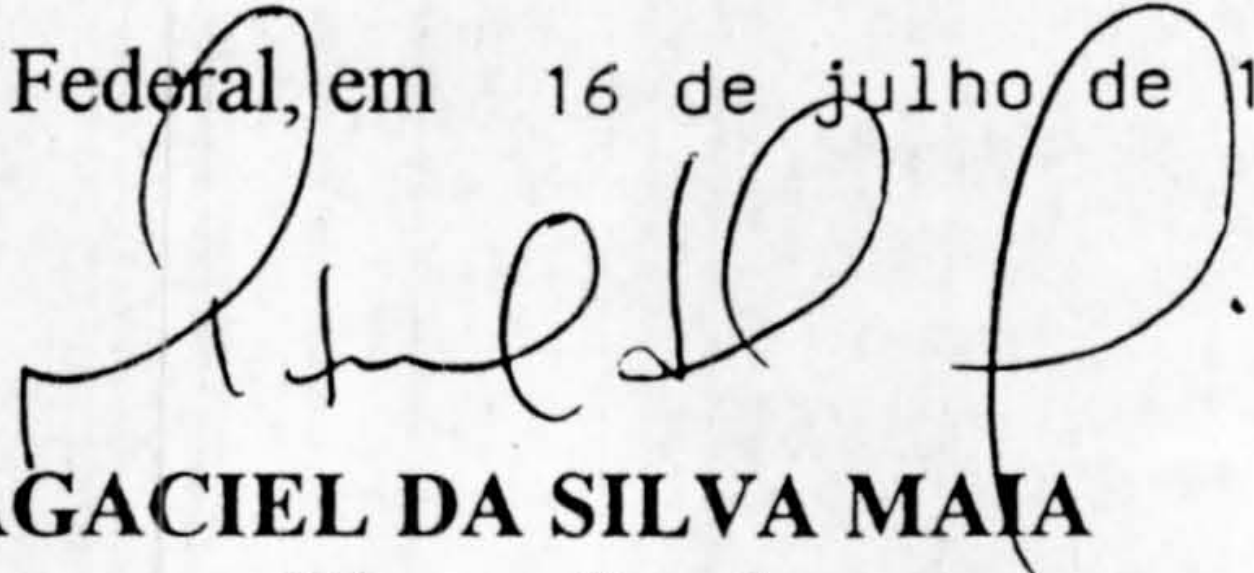
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.936, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012635/97-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO DE OLIVEIRA**

CAMPOS, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João França.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



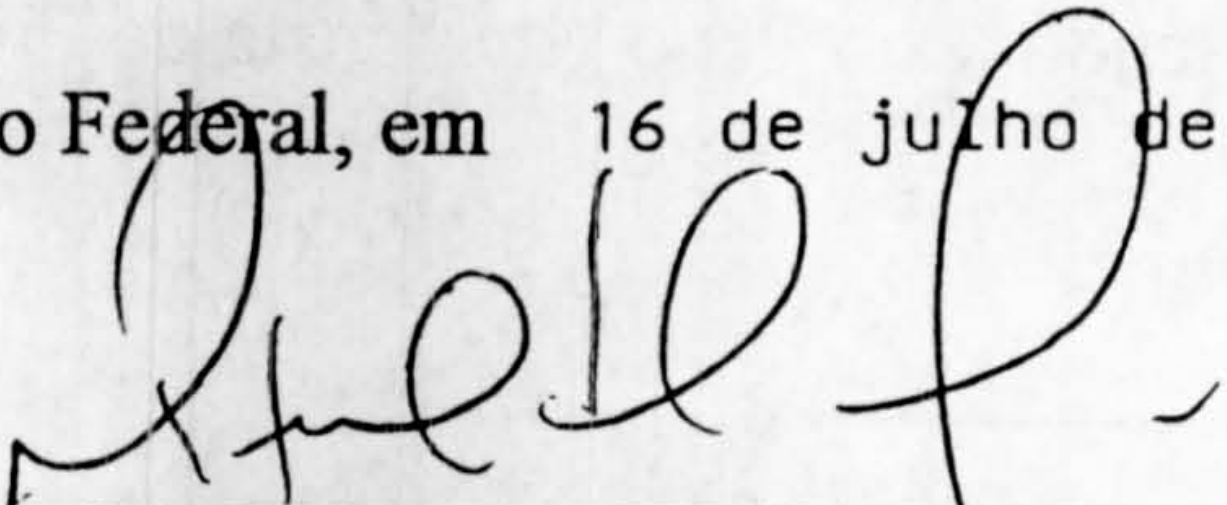
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.937, de 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012653/97-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSA MARIA DA FREIRIA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, em 16 de julho de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLAUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOINO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LUCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE (*)	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

(*) Posse como Ministro de Estado da Justiça, em 22.5.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 15/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
----------------	--------------

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSE SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LUDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGERIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requão	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Juca		Júlio Campos		PMDB	
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Espendão Amin	PPB		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Emília Fernandes	PTB			PSDB	
Osmar Dias(2)	PP		Franco Montoro		Yeda Crusius
	PT	Benedita da Silva	Fetter Júnior(3,4)	PPB	João Pizzolatti
		Eduardo Suplicy	Dilceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
		Lauro Campos	Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Lançamentos

- **História Institucional do Senado do Brasil (R\$ 20,00)** – Vamireh Chacon
Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.
- **O Livro da Profecia (R\$ 50,00)** – Joaquim Campelo Marques (org.)
Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.
- **Coleção Memória Brasileira**
 - **A Província (R\$ 8,00)** – Aureliano Cândido de Tavares Bastos
Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
 - **Sistema Representativo (R\$ 8,00)** – José de Alencar
Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.
- **Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado**
 - **Clodomir Cardoso (R\$ 10,00)** – Luciano de Souza Dias (org.)
Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.
- **Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)**
 - **Volume 11 (R\$ 3,00)**. “Análise Jurídico-Política do Mercosul”, de Victor S. Antunes Correia.
- **Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R\$ 5,00)**
Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Sílvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutações constitucionais judiciais como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vítor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2**, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS